

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DE
PASTORES BATISTAS.
UM ESTUDO SOBRE A FACULDADE
TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS**

Orientando

WAGNER DUDUCH

Orientadores

Prof. Dr. ELIÉZER RIZZO DE OLIVEIRA (IFCH)

Prof. Dr. EDUARDO CHAVES (FE)

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, Filosofia e Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

CAMPINAS

2001

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Área de História, Filosofia e Educação**

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DE
PASTORES BATISTAS.
UM ESTUDO SOBRE A FACULDADE
TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS**

Orientando

WAGNER DUDUCH

Orientadores

Prof. Dr. ELIÉZER RIZZO DE OLIVEIRA

Prof. Dr. EDUARDO CHAVES

COMISSÃO JULGADORA

2001

AGRADECIMENTOS

Creio que os agradecimentos são uma tentativa pálida de expressar a imensurável ajuda, de muitos amigos, que recebi nessa etapa de estudos, e dessa forma, qualquer atribuição de conquista individual é falsa, devendo ser dividida entre todos os que caminharam comigo.

À Leonor, Gabriel e Matheus, minha esposa e filhos, que suportaram os períodos de ausência em decorrência da pesquisa. Obrigado.

Ao professor Eliézer, meu orientador e amigo, que conseguiu antever esse momento, não permitindo que eu desanimasse, efetivamente orientando-me. Obrigado pela paciência diante de minhas limitações.

Ao professor Eduardo, meu orientador pela Faculdade de Educação. Obrigado pela confiança e por somar esforços nessa jornada.

Ao professor Geraldo Di Giovanni, a quem devo o primeiro estímulo e apoio para a pós-graduação.

Ao pastor Natanael, diretor da Faculdade Teológica Batista de Campinas, meu agradecimento especial por sua postura ética, dignidade e paciência, respeitando qualquer diferença de opinião em mim encontrada. Fica minha amizade.

À Nelma, pela torcida e auxílio nos momentos difíceis.

À Gecy, sempre disposta a ajudar.

À Bernardete, Sandra, Itacy e Liliane, pela simpatia e presteza com que me atenderam na secretaria e biblioteca da Faculdade Teológica.

Ao pastor Vieira, Secretário da Convenção Batista do Estado de São Paulo, por sua pronta ajuda e sinceridade.

Ao Jadison, sempre socorrendo a todos, a Sílvia e aos amigos do Núcleo de Estudos Estratégicos. Obrigado pela amizade desses dois anos.

À Wanda, Nadir, Cidinha e Rita, da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, pelo clima alegre e ajuda que sempre encontrei.

À Lilia, por sua competência na língua portuguesa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
A IDENTIDADE HISTÓRICA DOS BATISTAS	
1. Relações com a Reforma Protestante e os movimentos anabatistas	05
2. A Igreja Batista no Brasil	14
3. Estrutura e funcionamento da Igreja Batista	21
3.1. A igreja local	32
3.2. Estrutura de decisão da igreja local	38
3.3. A Convenção Batista do Estado de São Paulo	42
CAPÍTULO II	
ESTABELECIMENTO E HISTÓRIA DA FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS (FTBC)	
1. O contexto eclesiástico	51
2. A criação da Faculdade Teológica	56
3. Sede da Faculdade Teológica: opções e estratégias	58
4. A dimensão institucional	73
CAPÍTULO III	
A FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS E SUA PROPOSTA EDUCACIONAL	
1. Os objetivos educacionais para o corpo discente	83
2. Cursos e currículos	87
3. Sobre a formação do caráter do pastor	114
4. O papel do Conselho de Educação Teológica e Ministerial (CETM)	118
5. A “liberdade de cátedra”: normas e contradições	123
CAPÍTULO IV	
O PASTORANDO	
1. A vocação individual e sua legitimação: Igreja, Faculdade de Teologia e candidato	131
2. O imaginário com relação ao curso e à vida pastoral futura	138
3. A vida acadêmica como espaço de crises	143
4. O acompanhamento do pastorando pela igreja e pela Faculdade de Teologia	151
5. A relação docente-aluno e o futuro ministério pastoral	156
6. O pastorando e suas expectativas com relação ao futuro ministério pastoral	159

CAPÍTULO V	
A EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E A ESTRUTURA DENOMINACIONAL:	179
TENSÕES ENTRE PERMANÊNCIA E MUDANÇA	
1. Ministério pastoral da mulher: a discriminação interna e legitimação em construção	185
CONCLUSÃO	199
BIBLIOGRAFIA	203
ANEXOS:	211
1. Tabela de número de alunos por ano	215
2. Notas explicativas da Tabela de número de alunos por ano	216
3. Grade curricular – 1978	218
4. Grade curricular – 1981	219
5. Grade curricular – 1993	220
6. Grade curricular – 1995	221
7. Grade curricular – 1998	222
8. Princípios Batistas – Convenção Batista do Estado de São Paulo	223
9. Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira	227
10. Estatuto da Convenção Batista do Estado de São Paulo	240
11. Estatuto da Faculdade Teológica Batista de Campinas	251
12. Estatuto da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil	254
13. Regimento da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil	256
14. Estatuto da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Secção do Estado de São Paulo	258
15. Regimento da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Secção São Paulo	260
16. Código de Ética da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil	263
17. Código de Ética da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Secção São Paulo	266

INTRODUÇÃO

Essa dissertação procura analisar a educação superior teológica batista no Estado de São Paulo a partir do estudo da Faculdade Teológica Batista de Campinas. Cabe inicialmente o esclarecimento de que a Igreja Batista possui sob a supervisão da Convenção Batista do Estado de São Paulo – que é a estrutura burocrática dos batistas históricos no plano estadual – a Faculdade Teológica Batista de São Paulo, a Faculdade Teológica Batista de Campinas e a Faculdade Teológica de Bauru. Tomando como critério o tempo de existência das instituições e o número de alunos que abrigam, a Faculdade de São Paulo foi nossa primeira escolha para direcionarmos a pesquisa, tendo sido preterida, contudo, devido a impossibilidade que tivemos, da parte de sua direção, de acesso a qualquer informação ou pessoa ligada a sua burocracia interna. Assim, transferimos nossa atenção para a Faculdade Teológica Batista de Campinas, objeto dessa pesquisa, onde encontramos as condições necessárias para sua realização. Privilegiamos na análise as décadas de 80 e 90 por se constituírem o período de existência da Faculdade Teológica Batista de Campinas. Vale observar que essa educação possui como característica a confessionalidade, regida pela ortodoxia batista, sem contar ainda com o reconhecimento do Ministério da Educação.

Estabelecemos como primeiro objetivo da pesquisa a análise da educação superior teológica batista no Estado de São Paulo, entendendo a Faculdade Teológica Batista de Campinas como uma de suas representantes, uma vez que as diretrizes, normas e políticas aplicadas a área educacional superior teológica tem sua origem burocrática na Convenção Batista do Estado de São Paulo, que as estende igualmente à Faculdade de São Paulo e Bauru. Em segundo lugar, procuramos estabelecer o perfil do pastor batista buscando identificar os principais fatores determinantes que o caracterizam, as expectativas existentes nas igrejas locais para o desempenho de suas funções, bem como suas dificuldades pessoais e institucionais, seu imaginário e ansiedades enquanto sujeito no sistema educacional religioso batista. E finalmente estabelecer a relação dessa educação teológica com o poder e a burocracia batista. Procuramos verificar nesse ponto o

caráter instrumentalizador da burocracia batista sobre o ensino teológico superior por ela promovido – desembocando em última instância em igrejas locais e fiéis – cumprindo assim um papel voltado a dominação e hegemonia internos, contribuindo para a manutenção da continuidade do poder burocrático existente.

Quanto ao método, analisamos a educação superior teológica considerando os fatores históricos-institucionais, tentando levantar algumas dificuldades históricas que podem ser qualificadas como crônicas, a caracterização da política educacional interna desenvolvida por sua burocracia e a exigência de determinado perfil pastoral, que neste caso polariza interesses da burocracia batista de um lado e das igrejas locais e seus fiéis de outro.

Como fontes primárias levantamos documentos institucionais contendo informações qualitativas e quantitativas, ofícios, correspondências, relatórios internos encaminhados à burocracia batista, estatutos e regimentos (Faculdade Teológica Batista de Campinas e de diversos órgãos burocráticos batistas), Anais das Convenções Estaduais e Nacionais, jornais de circulação interna ao sistema batista e outras.

Realizamos quinze entrevistas incluindo autoridades burocráticas batistas ligadas à questão da educação, pastores-professores e alunos (especialmente últimoanistas), portanto dando forte ênfase à história oral. Elaboramos dois roteiros para as entrevistas, um para alunos e outro para autoridades e pastores-professores, mantendo em ambos os mesmos assuntos e adequando-as ao sujeito.

A observação participante foi privilegiada uma vez que o autor possui a formação em Teologia na Faculdade Teológica Batista de Campinas, egresso no ano de 1988. Desse modo, ampliou-se o acesso às fontes primárias, aos contatos pessoais para realização das entrevistas, à compreensão da linguagem hermética que cerca esse universo religioso, dentre outros. Destaca-se a imprescindível abertura por parte da direção da Faculdade Teológica Batista de Campinas para o levantamento dos dados e entrevistas, bem como a frequência às atividades ali desenvolvidas.

Tomamos como referencial teórico Max Weber e seus desenvolvimentos a respeito das questões do poder, da burocracia e da dominação. Dessa forma, nosso esforço foi no sentido de construir as categorias analíticas que dessem conta de explicar a educação superior teológica batista e as relações de poder internas que a determinam, o papel de sua burocracia, os mecanismos de dominação ali existentes e as contradições a que está exposta essa educação.

No desenvolvimento da pesquisa, encontramos como dificuldade a falta de dados sistematizados ligados às questões educacionais pela burocracia institucional batista, acarretando um consumo de tempo maior para sua composição e incorporação à análise. Também sentimos a ausência de pesquisas com relação ao ensino superior confessional protestante brasileiro que viessem suportar o desenvolvimento da presente dissertação, especificamente referentes à Igreja Batista.

Com relação à estrutura da dissertação, na primeira parte apresentamos em linhas gerais o desenvolvimento do protestantismo histórico desde a Reforma Protestante até o estabelecimento das Igrejas Históricas no Brasil, através das diversas *Missões*, principalmente americanas. Procuramos apresentar nesse amplo contexto o surgimento da Igreja Batista e seu relacionamento com movimentos como o dos Anabatistas no século XVI, bem como suas doutrinas centrais.

O capítulo segundo analisa o surgimento da Faculdade Teológica Batista de Campinas, sua trajetória histórica e suas principais dificuldades de consolidação institucional, dentro do sistema religioso batista. No terceiro capítulo nos fixamos nos cursos e em sua proposta educacional, na política de formação e alteração curricular e em questões como a liberdade de cátedra.

Os capítulos quarto e quinto são centrados no seminarista e em sua vivência no curso de teologia, nas questões de vocação, da construção de seu imaginário em relação a futura vida pastoral, suas carências, ansiedades e crises. Os acompanhamentos, em vários planos da vida do aluno, realizados pela Faculdade Teológica e por sua igreja local estão presentes na análise.

Finalizando, o sexto capítulo trata da questão da educação teológica superior e sua relação com a estrutura denominacional batista, que é sua tutora oficial. As questões de política interna do sistema religioso batista e de sua transferência para a educação superior também são considerados, especialmente o espaço de atuação da mulher na Igreja Batista e sua ordenação pastoral.

Esperamos estar contribuindo através desse trabalho para questões educacionais mais amplas, uma vez que a educação superior do sistema religioso batista, via pastores, forma a opinião e influencia fiéis de suas igrejas, que compõem cotidianamente outros sistemas da sociedade.

CAPÍTULO I

A IDENTIDADE DOS BATISTAS

1. Relações com a Reforma Protestante e os movimentos anabatistas

Os batistas não constituem o segmento histórico mais antigo entre os grupos protestantes no Brasil¹. Porém podem ser incluídos no grupo de igrejas cristãs que preservaram até hoje, com notável inflexibilidade, valores doutrinários, éticos e morais construídos desde a Reforma Protestante do século XVI. Esta inflexibilidade no plano dos valores aparece com destaque diante dos avanços apresentados nos sistemas sociais de educação, política, trabalho e até mesmo em face das práticas eclesiásticas do sistema religioso protestante em geral.

Que crenças são estas incorporadas desde a Reforma? De qual movimento surgem os batistas, de onde recebem maior influência e qual sua trajetória? As respostas a essas perguntas contribuirão para a compreensão da forma peculiar do pensamento batista. Contribuirão também para a análise das propostas e conteúdos de educação superior dos Seminários e Faculdades Batistas que qualificamos como reforçadores do continuísmo de sua ortodoxia². Nosso propósito é desvendar os mecanismos e interesses que, através dessa ortodoxia, operam no universo batista.

Os próprios batistas levantam três hipóteses para o seu surgimento³: primeira: sua existência vem desde os tempos da igreja primitiva, tendo João

¹ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O Celeste Porvir: A inserção do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1995, p. 33.

² DICIONÁRIO AURÉLIO. Ortodoxia: “(...) 2. Fiel, exato e inconcusso cumprimento de uma doutrina religiosa; conformidade com essa doutrina. 3. P. ext. Absoluta conformidade com um princípio ou doutrina. (...)”

³ PEREIRA, José dos Reis. **Breve História dos Batistas**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: JUERP, 1987, p. 9-10.

Batista como protagonista que a antecede, realizando batismos no rio Jordão. Após isso e a morte de Jesus, estabelece-se a igreja primitiva, de amplo caráter comunitário, no sentido de seus integrantes terem compartilhado uma vida de desprendimento quanto aos bens materiais, relatada na passagem bíblica no livro de Atos versículo 32: “todas as coisas lhes eram comuns”⁴. Essa hipótese, conhecida como “*Teoria JJJ*” (Jerusalém-Jordão-João), postula que a Igreja Batista descende diretamente da Igreja Primitiva, tendo recebido vários nomes durante séculos até o momento de se chamar “batista”, no século XVI ou XVII. Deve-se notar que as Igrejas Protestantes possuem um mesmo sentimento de pertença (ou filiação espiritual) à Igreja Primitiva, sentindo-se portadoras de uma doutrina mais próxima daquela professada pelos primeiros cristãos. O mesmo ocorre com a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Ortodoxa e outras mais.

Outra corrente – a segunda hipótese – defende a formação dos batistas a partir dos separatistas ingleses, que sofreram perseguições devido à fé que professavam e com a fuga desse grupo para a Holanda e retorno para a Inglaterra, houve o estabelecimento das primeiras igrejas denominadas Batista nesses países, até sua instalação na América do Norte através dos imigrantes ingleses e de lá chegando ao Brasil no século passado. Toda essa trajetória não teria relação mais forte com o movimento dos Anabatistas⁵ do século XVI.

A terceira hipótese é a do “parentesco espiritual” com os Anabatistas. Ou seja, o ideário, as doutrinas e os princípios adotados e praticados pelos batistas possuiriam uma identidade marcante com os Anabatistas, porém sem uma vinculação histórica mais profunda.

A Reforma Protestante⁶ do século XVI estava germinando dentro de uma situação sócio-econômica, política e religiosa bastante instigante. Muitos aspectos estão presentes para que se possa articular em prol do clima vivido à época e entender as proposições de reformadores destacados como Zwinglio e Lutero,

⁴ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. Atos dos Apóstolos 4: 32.

⁵ Movimento sectário surgido no século XVI a partir do movimento da Reforma Protestante, porém de caráter mais radical em relação às propostas reformadoras.

⁶ Movimento surgido no século XVI e que se contrapôs a Igreja Romana, dominante até então, com relação a certas doutrinas e práticas ligadas à cobrança de indulgências, infalibilidade papal, intermediação sacerdotal para perdão de pecados e outras. Teve em Lutero seu maior representante.

apreendendo a natureza da resistência dos Anabatistas para com estes. Na Alemanha pode-se listar os seguintes aspectos que contribuíram para o desencadeamento da Reforma, segundo Walker Williston, a quem devo boa parte do conteúdo da presente análise: “(a) impostos e interferência papais em assuntos de nomeações de forma opressiva; (b) administração onerosa e corrupta de negócios eclesiásticos pela Curia Papal ; (c) alto e baixo clero criticado por seu mau exemplo; (d) as cidades mercantis desgostosas com os impostos pagos ao clero; (e) a proibição da prática de juros nos negócios; (f) número excessivo de dias santos; (g) a tolerância da Igreja Romana para com a mendicância, como meio de sobrevivência, tornando-se em estímulo para sua prática; (h) a prática de uma moralidade em muitos mosteiros conflitante com suas convicções doutrinárias, havendo a necessidade de reformas; (i) a propriedade de extensas porções de terra pela Igreja Católica, produzindo a crítica dos nobres que desejavam possuí-las e dos camponeses que queriam nelas trabalhar; (j) dízimos e aluguéis pagos ao alto clero local pelos camponeses”⁷.

Esse contexto estava instalado no início do século XVI, fazendo com que certa inquietação tomasse conta da população em geral. Tudo isto colaborava para o acirramento das questões religiosas representados por três contrapontos básicos àquela situação: “(a) nascente humanismo germânico, tendo como característica o pacifismo, não impedindo, porém, o desenvolvimento de ações violentas futuras por parte do Estado, estimulado pela Igreja; (b) despertar religioso popular, promovido pela situação de penúria e exploração; (c) busca de salvação espiritual, promovida tanto pelo medo como pela consciência, desenvolvida pelos novos modelos que estavam embrionariamente na Reforma”⁸.

Nesse cenário nasce Martinho Lutero, na cidade de Eisleben em 10 de novembro de 1483, filho de um mineiro. Em 1505 gradua-se como Mestre em Artes, preparando-se para o curso de Direito. Todavia alteraria o rumo de sua vida quando escapa de ser fulminado por um raio, mas vê a morte de uma amigo. Essa experiência foi marcante para sua opção de abraçar a carreira monástica no

⁷ WALKER, Williston, **História da Igreja Cristã**. 2ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1980, 2 vols., p. 414. Resumo dos principais pontos apresentados por Walker.

⁸ Idem, p. 414-415.

mosteiro dos eremitas agostinianos em Efurt, escola de grande prestígio da época, sendo ordenado ao sacerdócio em 1507. Em 1509 obtém o grau de bacharel em Teologia na Universidade de Wittenberg, ali voltando em 1512 para receber seu doutorado em Teologia⁹. Em 1517, revoltado contra a venda de indulgências pelo Papa Leão X, afixa na porta da igreja do castelo de Wittenberg suas Noventa e Cinco Teses, das quais as mais importantes para o movimento reformador são: “1. Nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo em dizendo “Arrependei-vos, etc.”, afirmava que toda a vida dos fiéis deve ser um ato de arrependimento; (...) 5. O papa não tem o desejo nem o poder de perdoar quaisquer penas, exceto aquelas que ele impôs por sua própria vontade ou segundo a vontade dos cânones; (...) 10. Os sacerdotes que no caso de morte reservam penas canônicas para o purgatório agem ignorante e incorretamente; (...) 20. O papa pela remissão plenária de todas as penas não quer dizer a remissão de todas as penas em sentido absoluto, mas somente das que forem impostas por ele mesmo; (...) 21. Por isso estão em erro os pregadores de indulgências que dizem ficar um homem livre de todas as penas mediante as indulgências do papa; (...) 27. Os que afirmam que uma alma voa diretamente para fora (do purgatório) quando uma moeda soa na caixa das coletas, estão pregando uma invenção de homens (*hominem praedicant*); (...) 36. Qualquer cristão que está verdadeiramente contrito tem remissão plenária tanto da pena como da culpa, que são suas dívidas, mesmo sem uma carta de perdão.”¹⁰

Sobre Lutero, o teólogo luterano Paul Tillich observa: “Mas nenhum dos que protestaram contra o sistema romano havia conseguido romper com ele. O único homem que realmente conseguiu esta ruptura, e com ela transformou a face da terra, foi Lutero. Essa é sua grandeza”¹¹. A frase central da Reforma Protestante “*sola fide*” (apenas fé) é carregada do significado de que o lado religioso deve preceder o ético e as obras, estabelecendo a direção correta para a dinâmica de relacionamento com Deus. Uma das características dos reformadores,

⁹ Idem, p. 416-417.

¹⁰ BETTENSON, H. P. **Documentos da Igreja Cristã**. 2 ed. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1983, p. 232-238.

¹¹ TILLICH, Paul. **História do Pensamento Cristão**. São Paulo: ASTE, 1986, p. 209.

marcantemente em Lutero, é a ênfase não em novas doutrinas, mas em uma nova forma de relacionamento com Deus.¹²

Lutero teve como contemporâneo na Suíça a Ulrico Zwínglio, nascido em janeiro de 1484. Zwínglio estudou na Universidade de Viena e obteve o grau de Mestre em Artes em 1506, deixando depois os estudos para ser sacerdote na aldeia de Glarus por dez anos. Zwínglio acompanhou entre 1512 e 1515 o resultado que as vitórias, derrotas e saques das campanhas militares de seu distrito pela Itália produziram sobre os jovens e o impacto sobre a moral de sua sociedade. Essas experiências associadas a sua vida na Igreja colaboraram para que elaborasse idéias muito próximas das de Lutero sobre a Reforma. Zwínglio firmou suas convicções com base no exame sistemático das Escrituras – pois dominava o grego bíblico – e pelo repúdio que testemunhava das ações exploratórias da Igreja Romana, do Estado e da superstição do povo. Lutero e Zwínglio são alvos de comentários e comparações sobre suas defesas doutrinárias, uma vez que já levantavam agitação em torno de questões delicadas que esbarravam nas práticas da Igreja e do Estado¹³.

Lutero defendia a preservação das práticas tradicionais da ceia, batismo e culto, exceto aquelas que contradissem a Bíblia como as indulgências de pecados, o sacerdócio humano intermediário para o relacionamento espiritual dos fiéis com Deus ou restrição ao acesso às Escrituras¹⁴. Já Zwínglio tomou um caminho mais radical, propondo um “retorno às fontes primitivas”, no sentido de restauração de fé e práticas estritamente bíblicas, suprimindo, por exemplo, o uso de órgãos na igreja, uma vez que estes não existiam em nenhum período bíblico, aceitando o casamento de muitos sacerdotes, monges e freiras e a adoção de uma educação pública geral sem distinção de classes, pregando também contra as leis do jejum e abstinência¹⁵. Zwínglio alcançara o posto de cura de Zurique e o Conselho de Governo da cidade o apoiava, propiciando o início da Reforma ali.

¹² Idem, p. 213-216.

¹³ GONZALEZ, Justo L.. **Uma História Ilustrada do Cristianismo – A Era dos Reformadores**, São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1983, vol. 6, p. 89-91.

¹⁴ Idem, p. 65-73.

¹⁵ Idem, p. 93.

Lutero afirmava que a vida cristã só poderia ser plenamente usufruída no meio de uma comunidade de fiéis, a igreja, defendendo o sacerdócio universal dos crentes dentro de uma visão orgânica, em que além do relacionamento direto com Deus, os fiéis ministram uns aos outros, o que novamente valorizava o coletivo em detrimento do individual¹⁶. Quanto ao batismo, seria mais que um sinal da fé, entendendo que através dele os homens são feitos membros do corpo de Cristo. Aceitava o batismo infantil, pois a fé, um dom de Deus, deveria ser anunciada pelo rito do batismo, inclusive de crianças, permanecendo válido por toda a vida. A ceia contaria com a interpretação de uma participação literal e verdadeira do corpo de Cristo, adotando a doutrina da “consubstanciação”. Naquela época ainda não se fazia uso deste termo, cujo significado é de que o pão e o vinho continuariam a ser pão e vinho no momento da eucaristia; porém, através da presença mística de Cristo. Nesses dois elementos estariam o corpo e o sangue do Senhor¹⁷. Para Lutero estamos divididos em dois reinos: o da lei, onde o Estado põe limites ao pecado, e o do evangelho, em que as autoridades civis não têm poder algum. Todavia, como os cristãos são pecadores, estão sujeitos ao Estado e a sua lei¹⁸. No tocante ao perdão dos pecados, o arrependimento sincero era suficiente para a salvação do homem, não necessitando de cartas de perdão. Argumentou contra o livre arbítrio, coerente com sua defesa da predestinação e batismo infantil¹⁹.

Enquanto que Zwínglio declara que a predestinação é algo que podemos deduzir racionalmente do caráter de Deus, através de dois atributos – a onipotência e a onisciência – Lutero a enxerga como falta de capacidade do homem de libertar-se do seu próprio, pecado devendo recorrer à graça salvadora de Deus. Diferiam em certa medida na leitura da criação material de Deus. Zwínglio menosprezava o mundo material, contrastando-o com os valores espirituais, decorrendo disto sua orientação para um culto simples, sem o uso exagerado dos sentidos. Para Lutero a doutrina bíblica da criação é boa porque foi

¹⁶ Idem, p. 93.

¹⁷ Idem, p. 70-71.

¹⁸ Idem, p. 72.

¹⁹ WALKER, Williston, op. cit., p. 419.

Deus quem assim o fez, então o aspecto material da vida deve nos ajudar no cultivo da vida espiritual²⁰.

Outros personagens se incluem neste cenário. Felipe Melanchton (1497-1560), pessoa tímida e discreta, porém dotada de grande cultura, começa a lecionar grego em Wittenberg, tornando-se logo amigo e cooperador de Lutero. Assim com André Bodestein Karldstadt (1480-1541) e Martinho Butzer (Bucer ou Bucero). Ao lado de Zwínglio surgem Conrado Grébel e Félix Manz e Baltazar Hubmaier (1408?-1528).

A situação social conturbada dos camponeses alemães devido à opressão e à exploração, tanto religiosa como do Estado, associada à pregação dos reformadores de caráter espiritual e religiosa (que tinha suas conseqüências diretas na sociedade e em seus valores), propiciou a Guerra dos Camponeses em 1524 e 1525. Todo esse quadro sugeria mais do que uma simples discussão sobre temas teológicos, senão também uma afronta à autoridade da Igreja Romana, do Papa e de todo o modelo medieval seguido até então²¹.

Grandes debates públicos ocorriam entre os reformadores e os representantes da Igreja Romana, e dos reformadores entre si na defesa de suas convicções. Em 17 de janeiro de 1525, Grébel e Manz debatem publicamente com Zwínglio sobre o batismo infantil, sendo aconselhados a abandonar a questão, o que lhes pareceu uma imposição terrena de autoridade. Como não o fizeram, muitos do grupo a que pertenciam foram impedidos de continuar a exercer suas funções pelas autoridades locais, que também ordenaram o batismo de todas as crianças. Um dos primeiros a ser banido foi o sacerdote Guilherme Röubli. Este foi o estopim para o movimento sectário dos Anabatistas. Na semana seguinte, em repúdio frontal e como afirmação da crença de que a decisão do batismo e da fé deveria ser adulta e consciente, Jorge Blaurock pede para ser batizado por Conrado Grébel, demonstrando coerência de toda a pregação que vinham propagando. Começaram a encontrar-se nas casas dos membros do grupo e muitos outros foram batizados, mas ainda por aspensão. Semanas depois Baltazar

²⁰ GONZALEZ, Justo L., *op.cit.*, p. 94-96.

²¹ RANDELL, Keith, *op. cit.*, p. 60-63.

Hubmaier foi batizado por imersão pelo ex-sacerdote Rööbli²². O movimento começou a crescer, principalmente sobre o substrato do descontentamento popular vigente. Tornava-se-lhes inadmissível que a verdadeira igreja estivesse sob os auspícios de um governo civil, uma igreja do Estado e reconhecida por ele somente²³.

Grébel, Manz e Hubmaier, assim como todo seu grupo, receberam dos seus opositores, tanto da Igreja Romana como dos próprios reformadores, o apelido de Anabatistas, ou rebatizadores, pois o prefixo “ana” significa refazer algo que já foi feito, neste caso, o batismo. Era uma alusão clara à questão do batismo infantil, que possuía implicações mais profundas²⁴. Os Anabatistas afirmavam que a igreja não deve confundir-se com o restante da sociedade, muito menos unir-se ao Estado, como ocorreu com Constantino no séc. IV, com o respectivo abandono do Cristianismo Primitivo, cujas repercussões se faziam presentes até aquele momento. Seu pensamento principal era de que o indivíduo não pode decidir se nasce ou não em sociedade, porém, com a igreja, há uma decisão pessoal, pois a base do relacionamento e da existência da igreja é a voluntariedade. Portanto, seguindo-se este raciocínio, os Anabatistas repudiavam o batismo infantil, uma vez que não envolvia nenhum destes requisitos para que o indivíduo pudesse pertencer à igreja. Acreditavam que neste mundo os verdadeiros cristãos deveriam buscar uma vida conforme apresentada no Sermão do Monte, enfatizando uma vida pietista.

Porém o Anabatismo sofreu reveses através de líderes que distorciam a verdadeira natureza do movimento, ou almejavam projeção própria e tentaram instalar um anabatismo revolucionário. Assim aconteceu com Melchor Hoffman, seguidor de Zwinglio que tornou-se anabatista em Estrasburgo, passando a pregar a iminente volta de Cristo, transformando a cidade em uma Nova Jerusalém e sendo preso. Posteriormente a cidade de Münster, em 1534 e 1535, substituiu Estrasburgo como alvo do reino de Deus, e o equilíbrio existente ali foi rompido

²² WALKER, Williston, op. cit., p. 446-447.

²³ NICHOLS, Robert Hastings, **História da Igreja Cristã**, São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1978, p. 180-181.

²⁴ WALKER, Williston, op. cit., p. 447.

com a invasão e domínio dos anabatistas e expulsão dos católicos. Os líderes deste movimento foram o holandês João Matthys e seu discípulo João de Leiden, que passaram a estabelecer regras esdrúxulas, como tolerar a proliferação de vícios e decretar a poligamia, à semelhança daquela registrada no Antigo Testamento com relação aos patriarcas, uma vez que o número de mulheres era maior que a dos homens e porque o fim do mundo estaria próximo com a vinda de Jesus. Todos terminaram suas vidas pela força das armas²⁵, mas esses radicalismos não representavam verdadeiramente o pacifismo dos anabatistas.

Na Holanda, Menno Simons (1492-1559), por sua vez, assume o anabatismo em 1536 destacando-se por seu pacifismo, sua tolerância e liderança coerente. Porém defendia que os cristãos não deveriam prestar juramentos e, portanto, não poderiam ocupar cargos públicos nem pegar em armas, o que causava dificuldades com os governos locais que quisessem contar com os anabatistas seguidores de Menno como contingente militar²⁶. O movimento Anabatista sofreu forte perseguição durante todo este período, expandindo-se então para a Holanda e mantendo seu caráter separatista. Nesta época John Smyth (1570?-1612), ex-clérigo da Igreja da Inglaterra, adota os princípios do movimento anabatista, concluindo que o arrependimento, a confissão e o batismo consciente são os caminhos que a igreja deve seguir. Em 1608 ou 1609 ele batiza por derramamento a si mesmo e aos membros de sua igreja, estabelecendo a primeira igreja batista na Holanda. Em 1611 parte da congregação de John Smyth estabelece em Londres a primeira congregação batista na Inglaterra.²⁷

As principais crenças do movimento Anabatista são: "(a) a Bíblia como regra final de fé e prática; (b) sistema congregacional: se as Escrituras Sagradas são a regra de fé e prática, e cada pregador e estudioso possui uma interpretação própria, ela deve ser orientada pelo Espírito Santo através da congregação dos crentes reunidos; (c) amor: condição fundamental do cristianismo, deveria ser expresso pelo "carregar da cruz de Cristo" e pelo amor ao próximo. Eram

²⁵ DYCK, Cornelius J. (Editor). **Uma Introdução à História Menonita**. São Paulo: Cristã Unida, 1992, p. 93-94.

²⁶ GONZALEZ, Justo L., op. cit., p.104-105.

²⁷ WALKER, Williston., op. cit., p. 551-552.

pacifistas, negando-se a usar armas ou força física em qualquer circunstância; (d) batismo: somente aos crentes efetivamente professos que demonstrassem mudanças em suas atitudes e valores de vida, modelando-se aos valores cristãos; (e) admoestação: forma de disciplina destinada a manter o crente em comunhão com os irmãos e com Deus; (f) propriedade de bens: estabeleceram uma tesouraria comum para atender às necessidades dos membros como expressão de amor e cuidado cristão. Nunca pregaram a abolição da propriedade privada”.²⁸

2. A Igreja Batista no Brasil

A primeira tentativa missionária batista no Brasil foi promovida pela Junta de Missões Estrangeiras (Foreign Mission Board) da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, que enviou Thomas Jefferson Bowen (1814-1875) e sua esposa no ano de 1859²⁹. O casal Bowen estivera antes na Nigéria (África), onde haviam estabelecido a Missão Batista de Yoruba³⁰, mas devido a problemas de saúde do missionário Bowen, solicitou sua transferência para o Brasil. Já no Brasil, seu estado de saúde não melhorou, obrigando-o a retornar aos Estados Unidos no ano seguinte³¹. Em 1861 irrompe a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, tornando delicada a situação econômica americana, inclusive no que dizia respeito aos investimentos missionários³².

Os primeiros batistas colonos no Brasil imigraram em 1871, do sul dos Estados Unidos, estabelecendo-se no interior de São Paulo. Surgiu a Igreja Batista em Santa Bárbara d'Oeste (Memorial Chapel) para prover assistência

²⁸ DYCK, Cornelius J. (Editor), op. cit., p. 126-135.

²⁹ PEREIRA, José dos Reis, **História dos Batistas no Brasil (1882-1982)**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982, p. 10.

³⁰ CRABTREE, A.R., **Baptists in Brazil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1953, p.35.

³¹ CRABTREE, A.R., **História dos Batistas do Brasil até o ano de 1906, I Volume**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1937, p. 38. Observa-se que esse trabalho foi dividido em duas partes, sendo o II Volume escrito por Antônio Neves Mesquita, sobre a história dos batistas no período de 1907 a 1935.

³² PEREIRA, José dos Reis, op. cit., p.10.

espiritual aos colonos americanos, sem qualquer intenção expansionista³³. O desejo dessa comunidade estava orientado para o atendimento de suas famílias através do culto religioso e não da atividade de evangelização, que deveria ser realizada por missionários. Posteriormente, esses mesmos colonos solicitaram à Junta de Missões Estrangeiras (Foreign Mission Board) da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, ou simplesmente Junta de Richmond, o envio de missionários ao país³⁴. O casal William Buck Bagby e Ana Luther Bagby estabeleceu a Primeira Igreja Batista do Brasil em 15 de outubro de 1882, em Salvador, Bahia. Iniciou-se assim o desenvolvimento da denominação no Brasil. Em carta enviada à Junta de Missões Estrangeiras de Richmond, os Bagby elencam os seguintes motivos de escolha da cidade de Salvador: “(1) A grande população. Calcula-se contar 200 mil habitantes (...). (2) A área é de agricultura – muito produtiva – e a população não é, portanto, nômade (...). (3) Tem ligação por mar com outros pontos importantes, pela baía e por rios, com as vilas e redondezas, e por duas linhas de estradas de ferro, com muitos lugares no interior. (4) Na Bahia nós teremos um campo quase inteiramente desocupado. Enquanto há seis ou oito missionários evangélicos no Rio de Janeiro, na Bahia há somente dois, presbiterianos (...)”³⁵. Em São Paulo, a Primeira Igreja foi instalada efetivamente para brasileiros em 6 de julho de 1889.³⁶

Batistas haviam partido para os Estados Unidos, onde firmaram sua primeira colônia na Baía de Plymouth (Massachusetts) em 1620, estabelecendo-se posteriormente em Providence, Rhode Island, onde fundaram a primeira Igreja Batista na América do Norte (1639). Adoniram Judson (1788-1850), missionário que atuou na Índia através da Board of Commissioners for Foreign Missions (1810), de origem congregacional, adotou posteriormente a posição batista, tendo influído na formação pelos batistas de sua Junta Missionária (1814): Junta de

³³ PEREIRA, José dos Reis. **Breve História dos Batistas**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: JUERP, 1987, p. 81.

³⁴ REILY, Duncan Alexander, **História Documental do Protestantismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ed. ASTE, 1993, p. 133.

³⁵ HARRISON, Helen Bagby. **Os Bagby no Brasil; uma contribuição para o estudo dos primórdios batistas em terras brasileiras**. Rio de Janeiro: JUERP, 1987, p. 33.

³⁶ Idem., p. 128-129.

Missiões Estrangeiras (Foreign Mission Board) da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos³⁷.

No caso brasileiro, o corpo de doutrinas está consolidado na “Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil”, derivada da Confissão de Fé de New Hampshire (1833), cujos principais pontos em resumo são: “I - Das Escrituras: a Bíblia Sagrada foi escrita por homens divinamente inspirados por Deus; II - Do verdadeiro Deus: há um só Deus vivo e verdadeiro, em cuja Unidade Divina há três pessoas que são o Pai, o Filho e o Espírito Santo, iguais em todas as perfeições divinas e que executam ofícios distintos, porém harmônicos; III - Da queda do homem: o homem foi criado em santidade mas decaiu deste estado por transgressão voluntária. Por livre escolha a humanidade tornou-se pecadora e inclinada à prática do mal; IV - Do meio da salvação: é realizada pela mediação do Filho de Deus, Jesus Cristo, através de sua morte sacrificial e voluntária na cruz; V - Da justificação: a crença em Cristo assegura a justificação, ou seja, o perdão dos pecados e a promessa de vida eterna espiritual, com base nos princípios de justiça divina expressos na bíblia; VI - Da gratuidade da salvação: a salvação cabe gratuitamente a todos, por meio do evangelho, bastando para tanto crer e aceitar; VII - Da graça da regeneração: os homens para serem salvos necessitam voluntariamente adotar uma nova disposição de mente, valores e crença, ajudados pela pessoa do Espírito Santo da trindade. A regeneração transparece através da nova vida cotidiana; VIII - Do arrependimento e fé: convencido de sua culpa, o homem reconhece a Cristo como único e todo-suficiente Salvador; IX - Do propósito da graça de Deus: Deus gratuitamente regenera, santifica e salva pecadores, consoante com o livre arbítrio do homem; X - Da santificação: é um processo progressivo onde, pela vontade de Deus somos feitos participantes de sua santidade; XI - Da perseverança dos santos: são crentes verdadeiros os que perseveram em sua ligação com Cristo e não os que a professam com superficialidade; XII - Da harmonia entre a Lei e o Evangelho: a Lei de Deus é a regra eterna e imutável de seu governo moral; é santa, justa e boa para o homem; XIII - Da Igreja Evangélica: é uma congregação de crentes batizados que se

³⁷ Idem, p. 128

associam por um pacto de fé e na comunhão do evangelho. Seus únicos oficiais são os pastores e diáconos³⁸, definidos nas epístolas a Timóteo e a Tito; XIV - Do Batismo e da Ceia: o batismo cristão é a imersão do crente em água, simbolizando o Cristo crucificado, sepultado e ressuscitado. A Ceia do Senhor, simbolizada pelo uso do pão e do vinho, comemora o amor de Cristo em sua morte; XV - Do sábado cristão³⁹: o primeiro dia da semana, ou sábado, deve ser consagrado a propósitos religiosos; XVI - Do governo civil: o governo civil é de ordenação divina, para os interesses e a boa ordem da sociedade humana, devendo suas autoridades serem honradas e obedecidas, exceto nas coisas que se opõem à vontade de Jesus Cristo; XVII - Dos justos e dos ímpios: somente os que pela fé são justificados em nome de Jesus e santificados pelo Espírito Santo são justos perante Deus; XVIII - Do mundo vindouro: existe um mundo vindouro, onde justos e ímpios serão separados com base nos princípios de justiça divina, que determinará o estado final do homem no céu ou no inferno”.⁴⁰

Algumas doutrinas distintivas dos batistas: “ (a) Deus: é Espírito pessoal, eterno e imutável, manifestando-se na trindade como Deus Pai, criador do universo, Deus Filho, salvador espiritual e Deus Espírito Santo, iluminador e capacitador dos homens; (b) Igreja: composta de pessoas convertidas à fé cristã e batizadas, que se agregam espontaneamente para cultuarem a Deus segundo suas crenças; (c) Batismo e Ceia do Senhor: São duas ordenanças estabelecidas por Cristo para a igreja, com o objetivo de rememorar seu sacrifício vicário. O batismo é uma condição para ser membro da Igreja; (d) Liberdade religiosa: é um dos direitos fundamentais do homem de acordo com sua consciência, sendo inerente à sua natureza moral e espiritual e não devendo sofrer ingerência de qualquer poder humano; (e) Sacerdócio universal: o homem possui a capacidade de conhecer e compreender os conceitos espirituais e tomar suas próprias

³⁸ A consideração dos pastores e diáconos como únicos oficiais da igreja não é plenamente compartilhada pelo universo protestante histórico. Algumas igrejas, dependendo de sua particular interpretação, consideram as viúvas (I Timóteo 5: 3-16), os bispos e presbíteros (I Timóteo 3:1-7; 5: 17-22).

³⁹ Sábado: aqui faz-se alusão ao termo judaico referente ao dia de descanso e dedicação às atividades religiosas. Neste caso o culto cristão realizado tradicionalmente aos domingos.

⁴⁰ FERREIRA, Ebenézer Soares, **Manual da Igreja e do Obreiro**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. JUERP, 1985, pg.137.

decisões em assuntos religiosos. Ele não necessita de nenhuma mediação ou interferência humana para relacionar-se com Deus.”⁴¹

Em sua maioria as igrejas batistas no Brasil e no mundo estão vinculadas à Aliança Batista Mundial, fundada em 1905, data do “Primeiro Congresso Mundial Batista” ocorrida em Londres. Atualmente, a Aliança Batista Mundial possui 196 Uniões e Convenções⁴² em mais de 200 países, com 43 milhões de membros batizados, representando uma comunidade de aproximadamente 100 milhões de pessoas, levando-se em conta a estrutura familiar que compõe as igrejas locais⁴³.

BATISTAS NO MUNDO	IGREJAS	MEMBROS
África	18.922	3.575.408
Ásia	21.709	3.660.539
Europa	11.925	777.596
Oriente Médio	59	4.950
América do Norte	99.134	33.280.780
América Central	1.541	215.855
Caribe	1.443	224.047
América do Sul	8.678	1.309.655
Total	163.411	43.048.830

No Brasil, há 6.044 igrejas e aproximadamente 1.122.430, contados indistintamente do ramo batista a que pertencem. Todavia, considera-se nessa pesquisa os batistas históricos da Convenção Batista Brasileira, agregados em 4.810 igrejas e contando com 902.000 membros⁴⁴. Os demais 220.430 batistas não pertencem à Convenção Batista Brasileira, estando distribuídos em outras convenções, como a Convenção Batista Nacional, a Convenção Batista Regular e a Convenção Batista Independente, que são em quase sua totalidade resultado de desmembramentos dos batistas surgidos desde a Reforma Protestante, a partir de

⁴¹ CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.** Série Documentos Batistas. Rio de Janeiro: JUERP, 3º ed., 1996. Resumo das principais doutrinas batistas.

⁴² Os termos União ou Convenção, dizem respeito a uma parcela de igrejas batistas, agregadas com base em critérios geográficos, que habitualmente são países e estados.

⁴³ BAPTIST WORLD ALLIANCE. Site www.bwanet.org, em 12/09/2000.

⁴⁴ Idem. www.bwanet.org. Dados estatísticos sobre a América do Sul, 12/09/2000.

diferenças doutrinárias, de costumes ou práticas eclesiológicas. A Convenção Batista Brasileira divide-se em Convenções Estaduais, que por sua vez contêm Associações Regionais:

BATISTAS NO BRASIL ⁴⁵	IGREJAS	MEMBROS
Batistas da Convenção Batista Brasileira	4.810	902.000
Batistas de outras Convenções	1.234	220.430
Total	6.044	1.122.430

A Convenção Batista do Estado de São Paulo tem 924 igrejas locais associadas, 1.263 pastores, e 132.492 membros, distribuídos conforme o quadro:

IGREJAS BATISTAS E MEMBROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1999 ⁴⁶					
REGIÃO	MEMBROS	%	IGREJAS	%	MÉDIA DE MEMBROS
Interior	48.137	36	412	45	117
Capital	47.981	36	278	30	173
Grande São Paulo	28.910	23	183	19	164
Litoral	6.464	5	51	6	127
Total	132.492	100	924	100	144

⁴⁵ Idem, www.bwanet.org. Dados estatísticos sobre a América do Sul, 12/09/2000.

⁴⁶ ROCHA, José Vieira. **O Plano Cooperativo e o Crescimento das Igrejas**. Jornal O Batista Paulistano. Edição Comemorativa do Centenário dos Batistas em São Paulo, 1999, p. 64.

A Associação Batista de Campinas e Adjacências possui aproximadamente 7000 membros batistas distribuídos em 55 igrejas locais⁴⁷.

Os dados se referem aos batistas vinculados à Convenção Batista do Estado de São Paulo, sendo necessário também inseri-los num contexto mais amplo, que são os protestantes históricos, os pentecostais e os neo-pentecostais, comparando-os no mesmo plano estadual.

De maneira genérica os protestantes históricos são formados pelos grupos luteranos (1823), metodista (1835), congregacional (1858), presbiteriano (1862), batista (1871) e episcopal (1890). Os pentecostais⁴⁸ são subdivididos pela Congregação Cristã do Brasil (1910), Assembléia de Deus (1911), Evangelho Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955)⁴⁹. Pode-se enquadrar como neo-pentecostais as demais igrejas existentes a partir da década de 80, como a Casa da Benção, Maranata, Deus é Amor, Cristo Vive, Universal do Reino de Deus, Comunidade Sara Nossa Terra e Renascer. Outro grupo são as igrejas pentecostais pertencentes à Convenção Batista Nacional, existentes desde o final da década de 70, e saídas dos batistas históricos por questões doutrinárias. Apesar do surgimento recente dessas igrejas, sua estrutura, doutrina e funcionamento as identificam como pentecostais, enquanto as neo-pentecostais possuem um caráter mais “empresarial”, praticando cultos semelhantes a “shows”, envolvendo promessas de milagres e progresso econômico-financeiro e sacralização de objetos, desvinculados de práticas consagradas pelos protestantes históricos e pentecostais. Do ponto de vista da distribuição desses grupos temos:

⁴⁷ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Dados levantados a partir de lista fornecida por e-mail de igrejas filiadas, em 26/09/2000.

⁴⁸ CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. *Anais da 79ª Assembléia*, Goiânia, GO, 1998. Grupo de Trabalho “Doutrinas e Práticas Pentecostais”, p. 579-588.

⁴⁹ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir-A Inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1995, p. 28-33.

RELIGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE (Habitação) Estado de São Paulo - 1991 ⁵⁰
Evangélica tradicional	692.759
Outra cristã tradicional	123.749
Evangélica pentecostal	2.064.599
Cristã reformada não determinada	174.082
Neo-cristã	304.800
Total	3.359.989

Atualmente os batistas históricos possuem 33 (trinta e três) Seminários e Faculdades com mais de 7.000 (sete mil) alunos matriculados. As instituições de ensino teológico superior estão congregadas pela Associação Brasileira de Instituições Batistas de Ensino Teológico, órgão da Convenção Batista Brasileira. Dentro do Estado de São Paulo se tem três Faculdades Teológicas sob coordenação direta da Convenção Batista do Estado de São Paulo, nas cidades de São Paulo, Campinas e Bauru⁵¹.

3. Estrutura e funcionamento da Igreja Batista

A organização e funcionamento da Igreja Batista no Brasil reproduzem o modelo estrutural norte-americano desde o estabelecimento da Convenção Batista Brasileira em 1907⁵², ou seja, através de uma Convenção nacional, Convenções estaduais e Associações regionais. Conforme se disse, a primeira Igreja Batista no

⁵⁰ INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 1991**. Site www.ibge.gov.br, base de dados Sidra. Em consulta telefônica ao IBGE, realizada em janeiro de 2000, foi nos confirmada a indisponibilidade temporária da atualização de dados referente a religião da população residente no Estado de São Paulo.

⁵¹ CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. Anais da 79ª Assembléia, Goiânia, GO, 1998, p.515-516.

⁵² CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. Anais da 79ª Assembléia. “**Regimento Interno da Convenção Batista Brasileira**”, Goiânia, GO, 1998, p. 52 a 77.

Brasil foi fundada em 15 de outubro de 1882⁵³ em Salvador, Bahia, e a primeira na capital do Estado de São Paulo, em 06 de julho de 1889. A Convenção Batista Brasileira passou a existir respectivamente 25 e 18 anos após a fundação dessas igrejas, e a Convenção Batista do Estado de São Paulo tem sua existência ligada à fundação da Primeira Igreja Batista de São Paulo, em 1889.

As igrejas batistas constroem sua normatização a partir da aplicação de princípios bíblicos às igrejas locais. De modo mais relevante, tem-se uma lista de 10 princípios, no livro “Teologia dos Princípios Batistas”, de John Landers, outra com 6, constante da “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira” e o texto “Princípios Batistas”, entregue pela Convenção Batista do Estado de São Paulo às igrejas locais por ocasião de sua filiação. Abaixo tem-se os princípios mais relevantes sobre os quais é estruturado o funcionamento, as relações e o poder dentro igreja:

? Princípio de autonomia da Igreja Batista⁵⁴: cada igreja batista local é livre para decidir sobre todos os assuntos de sua vida, sejam patrimoniais, financeiros, trabalhistas, eclesiológicos e, com pequenas flexibilizações, de prática e doutrina.

? Princípio da competência do indivíduo ou sacerdócio universal de cada crente⁵⁵: a experiência do “encontro” com Deus é individual, não havendo necessidade nem direito de intermediação de nenhuma autoridade civil ou religiosa para isto. Por decorrência, tem-se o princípio do livre exame e interpretação da Bíblia.

? Princípio do livre exame e livre interpretação das Escrituras Sagradas⁵⁶: todo cristão tem o direito de livre exame e interpretação bíblica, com liberdade de tirar conclusões sobre os assuntos abordados.

⁵³ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial**. Jornal O Batista Paulistano. Edição comemorativa dos 100 anos dos batistas em São Paulo, p.2.

⁵⁴ CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira**. Série Documentos Batistas. Rio de Janeiro: JUERP, 3º ed., 1996, p. 4.

⁵⁵ LANDERS, John. **Teologia dos princípios batistas**. Série Documentos Batistas. Rio de Janeiro: JUERP, 2ª ed., 1987, cap. 2, p. 35-47.

⁵⁶ Id., cap. 3, p. 49-56.

? Princípio da autoridade das Escrituras Sagradas⁵⁷: a Bíblia se constitui a regra de fé e prática, e nela poderão ser encontradas as respostas, direta ou indiretamente, às questões de vida relacionadas à igreja e aos vários sistemas sociais onde o indivíduo está inserido.

? Princípio de cooperação entre Igrejas Batistas⁵⁸: cada igreja batista, mantida sua autonomia local, coopera institucionalmente através de parceria com outras igrejas batistas ou de projetos e planos das convenções estaduais e Convenção Batista Brasileira, para consecução de objetivos comuns. Esta participação é voluntária e depende da concordância dos membros de uma igreja local, que votam suas decisões em assembleia.

? Princípio de liberdade religiosa⁵⁹: baseado na competência individual e na separação entre igreja e Estado, os batistas afirmam que cabe ao indivíduo seguir ou não uma confissão religiosa. Não é função do Estado definir ou impor ou proibir religião aos seus cidadãos.

? Princípio de separação entre a Igreja e o Estado⁶⁰: a igreja possui um caráter espiritual e não político, o que não a isenta de estabelecer opinião sobre quaisquer questões que envolvam os sistemas sociais. A igreja Batista defende a separação do Estado, estimulando o respeito às leis e autoridades constituídas, podendo esta orientação ser rompida em questões de consciência. A base bíblica principal para esta postura é: “Daí, pois, a César, o que é de César, e a Deus, o que é de Deus”⁶¹.

Toda a construção do universo batista é baseada nesses princípios, os quais, *a priori*, estão acima do estabelecimento burocrático e legal de suas igrejas, o que equivale a dizer que a construção e o funcionamento da burocracia batista, bem como o estabelecimento das normas que regem seus membros, órgãos e instituições, deveriam derivar deles. Na prática, porém, como ocorre em

⁵⁷ Id., cap. 1, p. 15-33.

⁵⁸ Id., cap. 10, p. 125-144.

⁵⁹ Id., cap. 9, p. 115-124.

⁶⁰ FERREIRA, Ebenézer Soares. **Manual da Igreja e do Obreiro**, Rio de Janeiro: JUERP, 4ª ed., 1985, p. 68.

⁶¹ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. Mateus 22: 21.

instituições complexas, o poder eclesiástico encontra outras fontes para a sua sustentação e desenvolvimento.

Além destes princípios, os batistas adotam, com base no texto bíblico de I Coríntios 12: 12-31⁶² sobre a igreja, o modelo orgânico de funcionamento. Esse texto compara o funcionamento do corpo humano com a igreja. Deste modo, o corpo humano possui vários membros diferentes, com suas funções específicas definidas, não havendo valor ou mérito especial para nenhum deles, pois o mais importante é que cada membro cumpra o papel para o qual foi designado. A cabeça, porém, tem o papel de reger todo o corpo, cuidando de seu bem-estar geral, e este responde prontamente ao seu comando e decisões. Analogicamente, Cristo é a cabeça⁶³, e a igreja, assim como as demais instituições dela oriundas ou a ela ligadas, funciona como os membros de um corpo, desenvolvendo seu trabalho e ministérios segundo as orientações deixadas nas Sagradas Escrituras. Isso vale também para a igreja local e seus membros, que devem trabalhar em harmonia, conforme o funcionamento de um corpo. Então a missão fundamental da igreja, de anunciar hodiernamente ao mundo “as boas novas do evangelho”,

⁶² BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. I Coríntios 12: 12-31: “12 Porque, assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim é Cristo também. 13 Pois todos nós fomos batizados em um Espírito formando um corpo, quer judeus, quer gregos. quer servos, quer livres, e todos temos bebido de um Espírito. 14 Porque também o corpo não é um só membro, mas muitos. 15 Se o pé disser: Porque não sou mão, não sou do corpo; não será por isso do corpo? 16 E se a orelha disser: Porque não sou olho não sou do corpo; não será por isso do corpo? 17 Se todo o corpo fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo fosse ouvido, onde estaria o olfato? 18 Mas agora Deus colocou os membros no corpo, cada um deles como quis. 19 E, se todos fossem um só membro, onde estaria o corpo? 20 Agora pois há muitos membros, mas um corpo. 21 E o olho não pode dizer a mão: Não tenho necessidade de ti: nem ainda a cabeça aos pés: Não tenho necessidade de vós. 22 Antes, os membros do corpo que parecem ser os mais fracos são necessários; 23 E os que reputamos serem menos honrosos no corpo, a esses honramos muito mais; e aos que em nós são menos decorosos damos muito mais honra. 24 Porque os que em nós são mais honestos não têm necessidade disso; mas Deus assim formou o corpo, dando muito mais honra ao que tinha falta dela; 25 Para que não haja divisão no corpo, mas antes tenham os membros igual cuidado uns dos outros. 26 De maneira que, se um membro padece, todos os membros padecem com ele; e, se um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele. 27 Ora vós sois o corpo de Cristo, e seus membros em particular. 28 E a uns pôs Deus na igreja, primeiramente apóstolos, em segundo lugar profetas, em terceiro doutores, depois milagres, depois dons de curar, socorros, governos, variedades de línguas. 29 Porventura são todos apóstolos? são todos profetas? são todos doutores? são todos operadores de milagres? 30 Têm todos o dom de curar? falam todos diversas línguas? interpretam todos? 31 Portanto, procurai com zelo os melhores dons; e eu vos mostrarei um caminho ainda mais excelente.”

⁶³ Essa analogia é encontrada na Bíblia Sagrada em textos como Efésios 5:23 e Colossenses 1:18.

através do ministério da evangelização, sintetiza o “ide”⁶⁴ de Cristo, e é cumprida dentro dos princípios mencionados, que permeiam o modelo orgânico bíblico adotado.

Se este é o modelo ideal, o funcionamento prático, respondendo a necessidades e estímulos sociais e históricos, nem sempre guarda coerência com tais princípios. Os batistas defendem o sacerdócio universal de cada crente. Assim, cada homem é livre para relacionar-se com Deus sem a intermediação de um sacerdote ou de qualquer outra fonte de intermediação. Ele pode pedir a expiação dos seus pecados, prestar culto e ler os textos sagrados sem nenhuma barreira formal de caráter eclesiástico ou burocrático. Os ritos da ceia e do batismo, são ofícios privativos do pastor, podendo o leigo administrá-los, em condições de impossibilidade de assistência pastoral.

Há quatro maneiras de uma pessoa tornar-se membro de uma igreja batista local⁶⁵:

? pela “conversão”, que é a manifestação pessoal e espontânea de crença nas afirmações de fé batista, ocorrendo geralmente em consequência da ação evangelística da Igreja. O novo crente passará a freqüentar as atividades de uma igreja local, será doutrinado, educado nas práticas e doutrinas e acompanhado quanto à sinceridade de sua opção, e por fim apresentará sua “profissão de fé”, sendo em seguida batizado por imersão por um pastor batista. A profissão de fé é um ato público, realizado no âmbito da igreja local, podendo ser assistido por qualquer pessoa, pois esta é a natureza do culto cristão batista. As questões versarão sobre as doutrinas, costumes e tradição da Igreja Batista, ou até mesmo sobre fidelidade em caso de alteração

⁶⁴ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. Mateus 28:19: “Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; (...)”. O “ide” diz respeito ao papel evangelizador do crente, a partir de sua igreja local e seu contexto pessoal de vida.

⁶⁵ FERREIRA, Ebenézer Soares. **Manual da Igreja e do Obreiro**, Rio de Janeiro: JUERP, 4ª ed., 1985, p. 29-30. Além das modalidades de transferência, reconciliação e aclamação citadas no Manual da Igreja e do obreiro, introduzi a de conversão, desenvolvendo seus respectivos conceitos e aceitação tradicional. Dada a autonomia da igreja local, ela poderá agir com certa flexibilidade nesses assuntos.

de suas crenças. Imediatamente se instalará uma assembléia administrativa extraordinária, da qual participam todos os presentes oficialmente membros daquela igreja local, que por sua vez votarão pela inclusão dos batizados como novos membros.

? por “transferência” de membros da mesma fé e ordem (leiga ou pastoral), ou seja, entre igrejas batistas filiadas à Convenção Batista Brasileira. Eventualmente pode-se aplicar a transferência até entre igrejas de outros países, como no caso de recepção de missionários batistas estrangeiros ou imigrantes, porém mantidos os mesmos princípios e requisitos para as Convenções reconhecidas oficialmente pela Igreja Batista brasileira. O crente batista freqüentará a nova igreja escolhida e que solicitará sua transferência, devendo sua antiga igreja enviar uma “carta de transferência”. Na carta constará que o solicitante estava oficialmente inscrito em sua relação de membros, nada impedindo sua nova filiação, caso contrário, deverá primeiro resolver as pendências com a igreja de origem. Da mesma forma se procederá a instalação de uma assembléia administrativa extraordinária para votação e aceitação do pedido de transferência, não sendo exigido o rebatismo neste caso.

? por “aclamação”, modalidade em que um crente de outra denominação evangélica decide filiar-se à Igreja Batista. Esta igreja de origem poderá ser protestante histórica, pentecostal ou neopentecostal, devendo, no entanto, comungar das crenças bíblicas básicas das igrejas cristãs evangélicas. Haverá um período probatório para o aprendizado das doutrinas e costumes batistas, realizando-se a profissão de fé para então ser rebatizado. Também pessoas, cujas igrejas estão extremamente distantes, impossibilitando uma comunicação adequada, ou que se dissolveram, serão submetidas a este processo.

? por “reconciliação”, abrangendo as pessoas que sofreram o processo de exclusão da igreja batista ou que se afastaram voluntariamente, portanto, ex-membros, que desejam filiar-se novamente. Neste caso não é necessário o rebatismo, porém é comum requerer-se o “testemunho público”

para a comunidade da igreja local, onde se dará o reingresso, cujo padrão inclui os motivos do afastamento e exclusão, a expressão de seu “arrependimento”, e o desejo de reingresso nos quadros da igreja.

O desligamento de um membro de uma igreja batista local se dará por morte, transferência para outra igreja batista de mesma fé e ordem, abandono ou exclusão do rol de membros, este último geralmente por disciplina aplicada pela igreja.

A Igreja Batista admite como cristão evangélico os crentes pertencentes às igrejas protestantes históricas e pentecostais, que baseiam sua crença na trindade divina e na salvação pela mediação de Cristo. Por isso não consideram como evangélicos, por exemplo, os Testemunhas de Jeová, Mórmons e Messiânicos, uma vez não considerarem a Cristo como Deus e pessoa da trindade. Os Católicos e Ortodoxos não são considerados evangélicos nem cristãos em decorrência de suas afirmações doutrinárias a respeito da intermediação de Maria, mãe de Jesus, no relacionamento do indivíduo para com Deus e a outras questões classificadas como idolatria, portanto, sendo exigida sua declaração de conversão para admissão à Igreja Batista.

Uma vez filiado a uma igreja batista, o novo membro será regido em sua participação por normas que envolvem o estatuto e regimento da igreja⁶⁶, pelos costumes e tradições, e pelos princípios e doutrinas bíblicas, na forma como são interpretadas pelos batistas, em diversas modalidades, através das assembléias e órgãos de direção. Essa participação possui caráter totalmente voluntário. O tipo de participação será determinado por algumas condições pessoais ou de estabelecimento pela comunidade, além dos anteriormente citados. Uma delas é o tempo de conversão à fé protestante, não necessariamente batista, que significa maior experiência no mundo evangélico, devendo o novato integrar-se em atividades que envolvam menor responsabilidade e poder de decisão. Desta forma, os cargos de liderança da igreja e a natureza das funções são exercidos

⁶⁶ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**. São Paulo, 1997, p. 34. 91,8% igrejas pequenas e 100% das igrejas médias e grandes possui estatuto registrado em cartório. Pesquisa realizada pela empresa Serviços de Pesquisa, Análise e Informações (SPAI).

por crentes mais antigos, levando-se em conta o tempo e a experiência específico de sua filiação. O engajamento em determinada atividade poderá ocorrer por afinidade profissional, gênero, faixa etária ou qualidades pessoais. Pessoas com experiência em finanças, contabilidade e economia, por exemplo, poderão cuidar da tesouraria, do planejamento, da contabilidade, do patrimônio e de aspectos que envolvam a administração de valores. As mulheres e os homens estabelecerão projetos específicos para seus grupos, organização de eventos e confraternizações, ou atividades voltadas a outros grupos da igreja. Pessoas com aptidão ou formação musical, instrumental e vocal, participarão do ministério litúrgico.

Há uma diferenciação entre cargos oficiais ou bíblicos e cargos de liderança. Os batistas reconhecem bíblicamente dois cargos oficiais, que são o pastor e o diácono. O pastor possui três termos bíblicos⁶⁷ que enfatizam seu papel diante de sua comunidade: “presbítero”, que é o ancião, pessoa respeitada por sua experiência na igreja; “bispo”, que administra e fiscaliza o serviço de outras pessoas, e “pastor”, analogia ao pastor de ovelhas das narrativas bíblicas, tendo como ênfase a afetividade, liderança e direção. Apesar dos títulos diferentes, os três cargos representam, na prática, a mesma função. Os batistas adotam o termo *pastor* entendendo que as características de diácono e ancião estão intrinsecamente presentes no desempenho do seu ofício. O pastor também é membro da igreja local onde exerce o seu ministério, sendo este o único cargo dotado de exigências burocráticas e de legitimação mais amplas, sendo sua investidura de caráter vitalício. O pastor é contratado por tempo determinado pela igreja local, a partir de decisão da assembléia, devendo possuir o curso superior

⁶⁷ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. Presbítero: I Timóteo 4:14: “Não desprezes o dom que há em ti, o qual te foi dado por profecia, com a imposição das mãos do presbitério”. Bispo: Atos 20:28: “Olhai pois por vós, e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue”. Pastor: Efésios 4:11: “E ele mesmo deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores, (...)”.

em teologia e estar vinculado a Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, reconhecido pela Convenção Batista Brasileira. O perfil de pastor esperado pelas igrejas e outras características de vida ministerial, administrativa, espiritual e de relacionamento com sua comunidade serão tratados mais à frente, em capítulo apropriado. Aqui se enfatiza a condição do pastor como membro de uma igreja local, detentor de cargo específico, o que não o impede de exercer cargos cumulativamente em outras áreas da igreja.

O cargo de diácono, cujo sentido é o de serviço à comunidade⁶⁸, é orientado por textos bíblicos que descrevem seus trabalhos na igreja primitiva cristã, onde sua função principal era atender às pessoas mais carentes, como os órfãos e viúvas, preocupando-se com problemas de ordem prática, voltados à assistência social interna. O escopo de atuação do diácono é interno à sua igreja local, enquanto ao pastor cabe também se relacionar de forma mais ampla com outras igrejas, pastores, instituições públicas e privadas, pois ele é o presidente de sua igreja local. Pode-se comparar as informações bíblicas de qualidades e habilidades exigidas aos pastores e diáconos, conforme segue:

⁶⁸ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. Atos dos Apóstolos 6: 1-7: “1 Ora naqueles dias, crescendo o número dos discípulos, houve uma murmuração dos gregos contra os hebreus, porque as suas viúvas eram desprezadas no ministério cotidiano. 2 E os doze, convocando a multidão dos discípulos, disseram: Não é razoável que nós deixemos a palavra de Deus e sirvamos às mesas. 3 Escolhei pois, irmãos, dentre vós, sete varões de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais constituamos sobre este importante negócio. 4 Mas nós perseveraremos na oração e no ministério da palavra. 5 E este parecer contentou a toda a multidão, e elegeram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, e Filipe, e Prócoro, e Nicanor, e Timom, e Parmenas e Nicolau, prosélito de Antioquia, 6 E os apresentaram ante os apóstolos, e estes, orando, lhes impuseram as mãos”. Este texto fala sobre a instituição dos primeiros diáconos, motivada inicialmente pela necessidade assistencial às viúvas, pertencentes às igrejas primitivas. (...)”

PASTOR⁶⁹ e DIÁCONO⁷⁰

QUALIDADES DISTINTAS CITADAS

- ? irrepreensível
- ? moderado
- ? sóbrio
- ? ordeiro
- ? capacitado para o ensino
- ? hospitaleiro
- ? pacífico
- ? conciliador
- ? cristão (experiente)
- ? bom testemunho

QUALIDADES COMUNS CITADAS

- ? bom caráter
- ? sábio
- ? sério
- ? sincero
- ? preservador da consciência e fé
- ? moderado no beber vinho
- ? não ambicioso por riqueza
- ? fiel na relação conjugal
- ? bom pai
- ? bom administrador de sua própria casa

Essas qualidades requeridas para os pastores e diáconos devem se apresentar em suas vidas não somente no âmbito da igreja, mas também no familiar e profissional, confirmando assim seu perfil para essa função específica. Dessa forma, torna-se essencial ser reconhecido como uma pessoa responsável, que sabe ouvir e conduzir as questões de forma conciliadora, tendo bom domínio sobre os textos bíblicos e evitando vícios de qualquer espécie. No plano familiar deve ser um marido fiel e atencioso, cuidando da educação secular dos filhos e de sua orientação espiritual na igreja.

Os demais cargos (como o de professor, regente e tesoureiro) estão distribuídos em departamentos, termo utilizado para designar as divisões organizacionais internas de uma determinada igreja. Temos, por exemplo, o

⁶⁹ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. I Timóteo 3: 1-7: “1 Fiel é esta palavra: Se alguém aspira ao episcopado, excelente obra deseja. 2 É necessário, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma só mulher, temperante, sóbrio, ordeiro, hospitaleiro, apto para ensinar; 3 não dado ao vinho, não espancador, mas moderado, inimigo de contendas, não ganancioso; 4 que governe bem a sua própria casa, tendo seus filhos em sujeição, com todo o respeito 5 (pois, se alguém não sabe governar a sua própria casa, como cuidará da igreja de Deus?); 6 não neófito, para que não se ensoberbeça e venha a cair na condenação do Diabo. 7 Também é necessário que tenha bom testemunho dos que estão de fora, para que não caia em opróbrio, e no laço do Diabo. (...)”

⁷⁰ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. I Timóteo 3: 8-13: “ (...) 8 Da mesma forma os diáconos sejam sérios, não de língua dobre, não dados a muito vinho, não cobiçosos de torpe ganância, 9 guardando o mistério da fé numa consciência pura. 10 E também estes sejam primeiro provados, depois exercitem o diaconato, se forem irrepreensíveis. 11 Da mesma sorte as mulheres sejam sérias, não maldizentes, temperantes, e fiéis em tudo. 12 Os diáconos sejam maridos de uma só mulher, e governem bem a seus filhos e suas próprias casas. 13 Porque os que servirem bem como diáconos, adquirirão para si um lugar honroso e muita confiança na fé que há em Cristo Jesus. (...)”

departamento de “Missões”, responsável pelas atividades de evangelização, de “Educação Religiosa”, pelo ensino bíblico e de “Finanças”, pela administração da entrada e saída de recursos e de sua contabilidade. Na alocação dos membros procura-se valorizar o dom “natural do crente, ou seja, sua preocupação pessoal com as questões sociais de sua igreja, como desemprego e problemas de saúde, sendo estimulado então a participar do ministério de ação social. Em lugar de “departamento” algumas igrejas adotam o termo ministério, uma linguagem mais bíblica. Assim, o ministério de ação social será exercido pelo departamento de ação social da igreja local. Pode-se elencar ministérios clássicos ligados à liturgia, música sacra, louvor, educação religiosa (ensino bíblico), ação social, administração (finanças, contabilidade, patrimônio, tesouraria, planejamento), evangelismo, missões, pregação bíblica, comunicação social, diaconia, sociabilidade (esportes, lazer, confraternização) e zeladoria. Por sua vez, estas categorias terão subdivisões internas, segundo as características e necessidades de cada igreja local. A educação religiosa geralmente atende aos membros divididos por faixa etária, gênero ou categoria específica, havendo classes de ensino bíblico para crianças, adolescentes, adultos, mulheres, casais jovens ou crentes novos. Assim ocorre com os demais ministérios. Não há norma geral para estas atividades, que são baseadas na tradição. Dentro das categorias apresentadas acima, pode-se flexibilizar criativamente o modelo desejado. O princípio de autonomia da igreja local rege essa conduta.

O membro se orienta em suas atividades religiosas, administrativas e organizacionais através dos responsáveis pelos departamentos estabelecidos, por delegação do pastor e da igreja, uma vez que os cargos (eletivos e representativos) são preenchidos por decisão da assembleia. O detentor de um cargo não possui autonomia para decidir plenamente sobre questões pertinentes a sua área de atuação, devendo submetê-las à assembleia, conforme o seu desenvolvimento e as necessidades. Geralmente os pontos de decisão que envolvem a igreja são aqueles ligados às despesas financeiras, à mobilização

interna de pessoas ou ao desejo da igreja em rever certos direcionamentos de vida, exigindo prévia concordância e planejamento da comunidade.

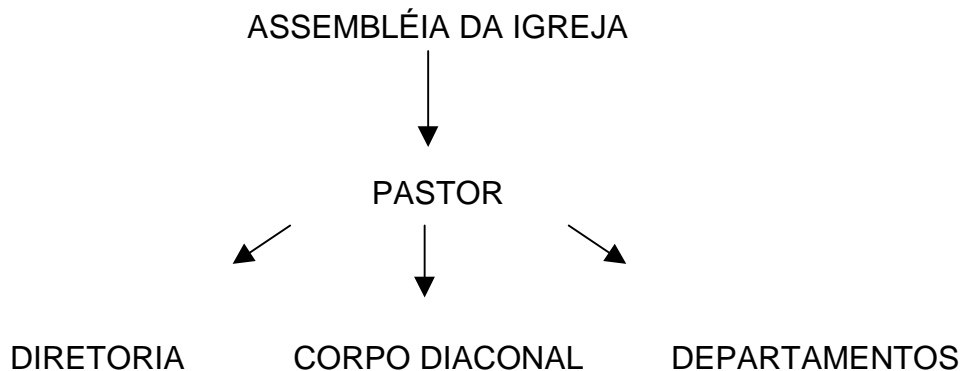
3.1 - A igreja local

A idéia de igreja, na forma como concebem os batistas, liga-se à reunião pública registrada na Grécia desde o séc. V a.C., chamada *ekklesia*, quando os cidadãos da “pólis” deliberavam em praça pública sobre os assuntos de sua localidade. Os cidadãos atenienses realizavam essa reunião sistematicamente, 30 a 40 vezes por ano, e o caráter de seus assuntos era eminentemente político. Outro modelo que se fundiu com o da *ekklesia* foi o da *synagoga*⁷¹ judaica, ou sinagoga, que significa o ajuntamento de pessoas ou de alimentos, valorizando a ênfase coletiva. A absorção pela igreja primitiva dessa idéia, por decorrência das culturas helênica e judaica, fez surgir o conceito de igreja como adotado pelos protestantes em geral. Assim, os batistas elaboraram seu modelo de igreja, privilegiando a forma de governo congregacional, na tentativa de atender à sua interpretação do que seria a prática no primeiro século da era cristã da *ekklesia*, “para designar um encontro de crentes para o culto”⁷². A forma congregacional de governo exige que os assuntos pertinentes a uma igreja sejam votados pela maioria da igreja, conforme determinar seu estatuto, prevalecendo a decisão da maioria absoluta.

⁷¹ BROWN, Colin e COENEN, Lothar (editores), **O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. Verbetes “Igreja”. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1984, vol II, p. 393-408.

⁷² LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**, Rio de Janeiro: JUERP, 2ª ed., 1985, p. 498.

Organograma de uma igreja batista:



Uma igreja batista no Brasil é uma instituição jurídica de caráter religioso, sem fins lucrativos, dotada de estatuto e regimento próprios, presidida em princípio e tradicionalmente por seu pastor titular, e vinculada à Convenção Batista de seu respectivo Estado e à Convenção Batista Brasileira. A participação de todos os membros é voluntária (não obrigatória e não remunerada) e o único cargo de caráter religioso dentro da igreja local, passível de remuneração, é o de pastor, incluindo-se o “ministro de música”, sem a exigência de curso superior em teologia, existente em 44,5% das igrejas batistas no Estado de São Paulo⁷³. Outros “cargos” poderão ser remunerados, como o de zelador, função de natureza operacional, sem qualquer envolvimento nos ofícios religiosos. Os diáconos não recebem salário algum para o desempenho de suas atividades.

A criação de uma nova igreja se dá por decorrência do desenvolvimento de vários tipos de iniciativa, sendo a mais comum o estabelecimento de um “ponto de pregação” ou de um “grupo de estudos bíblicos”, por uma igreja. Outros tipos de atividades, destinadas a casais ou jovens, também podem dar origem uma igreja. A especificidade destes trabalhos é sua realização fora do ambiente físico e geográfico da igreja local, geralmente em casas de membros que moram em bairros distantes , ou por locação de um imóvel destinado a esse fim. A escolha do local segue algumas orientações éticas, como, por exemplo, evitar a proximidade

⁷³ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**, op. cit., p.39.

de outra igreja evangélica, batista ou não, evitando-se, assim, qualquer tipo de conflito ou interferência⁷⁴. O suporte para esta atividade é dado pela igreja local que estabeleceu o projeto, normalmente denominada “igreja-mãe”, através do trabalho voluntário de seus membros. Assim que esta atividade, de caráter mais informal, crescer e incorporar a seus trabalhos religiosos a forma e o ritual do culto tradicional protestante, semelhante à igreja-mãe, ela ganhará a condição de “congregação” ou “missão”, devido à natureza evangelística e missionária de seu surgimento. Uma congregação, assim definida por seu pequeno número de membros e dependência eclesiástica, estará reproduzindo em parte os ministérios de uma igreja local, tendo como objetivos, para tornar-se uma igreja, a contratação de um pastor institucional e a construção de um templo ou sede própria, resultado de nova fase de crescimento. O crescimento está também relacionado com a qualidade dos serviços religiosos prestados, traduzido pelo “cuidado” do pastor pelos que são membros de sua congregação. Sua emancipação será determinada por um estágio de desenvolvimento que lhe permita ter vida própria e auto-sustentação, de maneira a conseguir, sem auxílio da igreja-mãe, pagar o salário de seu pastor e todas as demais despesas que lhe são pertinentes. Nesse ponto do processo, a igreja-mãe terá contribuído, na medida de sua possibilidade e dentro da tradição batista, para a compra de um terreno e construção de um templo, gabinete pastoral e salas para ensino bíblico, ou seja, com o mínimo para o funcionamento de uma igreja local. Porém, enquanto não se emancipar, a administração e principais decisões sobre a vida institucional, eclesiástica e religiosa da missão ou congregação, serão tomadas pela comunidade da igreja-mãe.

Para a transformação de uma congregação ou missão em igreja, a igreja-mãe vota esta proposta e convoca um concílio, composto por igrejas batistas de sua região, publicando a convocação em forma de edital. Das igrejas que participam diretamente do concílio, uma comissão será composta de um

⁷⁴ Apesar das orientações éticas se realizarem, observa-se na prática que esse cuidado não ocorre, cada vez mais havendo igrejas muito próximas em um mesmo bairro.

presidente, um secretário e examinadores. Os membros que irão compor a futura igreja devem estar relacionados nominalmente, para desta forma cumprirem as exigências estatutárias para elaboração de ata administrativa e preparação documental para registro em cartório. Esses membros são aqueles que desenvolveram e consolidaram a congregação, deslocando-se da igreja-mãe, bem como todos aqueles que se agregaram por conversão ou adesão voluntária, que serão os membros fundadores da nova igreja. Alguns destes, portanto, serão transferidos da igreja-mãe, num processo de ampliação e/ou renovação de lideranças pastorais e leigas.

O exame conciliar para formação da nova igreja será realizado por pastores das igrejas convidadas, dirigido à comunidade que forma a congregação, e que responderá coletivamente sobre questões doutrinárias, eclesiológicas, administrativas, ministeriais, disciplinares, de governo interno, costumes e tradições. O exame também possui um caráter de aconselhamento preventivo, voltado à implantação e manutenção do poder burocrático/eclesiástico sobre a nova igreja local. A finalidade do concílio, além do efetivo cumprimento das exigências legais para a constituição pública da igreja, cumpre o papel político de manter, desde o início, a igreja dentro da “ortodoxia” da igreja batista, uma vez que as respostas deverão explicitar a concordância com as normas e doutrinas batistas. A Convenção Batista do Estado de São Paulo, quando da filiação de uma nova igreja local em seu quadro, apresenta-lhe cópia da “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira” e dos “Princípios Batistas”⁷⁵, este último com ênfase à vida da igreja local, contendo em resumo os seguintes pontos:

⁷⁵Documento “**Princípios Batistas**”. Emitido pela Convenção Batista do Estado de São Paulo, e entregue às igrejas locais, por ocasião de sua filiação oficial.

Princípios Batistas

1. “A autoridade
 - 1.1. Cristo como Senhor
 - 1.2. As Escrituras
 - 1.3. O Espírito Santo

2. O indivíduo
 - 2.1. Seu valor
 - 2.2. Sua competência
 - 2.3. Sua liberdade

3. A vida cristã
 - 3.1. A salvação pela graça
 - 3.2. As exigências do discipulado
 - 3.3. O sacerdócio do crente
 - 3.4. O cristão e seu lar
 - 3.5. O cristão como cidadão

4. A Igreja
 - 4.1. Sua natureza
 - 4.2. Seus membros
 - 4.3. Suas ordenanças
 - 4.4. Seu governo
 - 4.5. Sua relação com o Estado
 - 4.6. Sua relação para com o mundo

5. A nossa tarefa contínua
 - 5.1. A centralidade do indivíduo
 - 5.2. O culto
 - 5.3. O ministério cristão
 - 5.4. Evangelismo
 - 5.5. Missões
 - 5.6. Mordomia
 - 5.7. O ensino e treinamento
 - 5.8. Educação cristã
 - 5.9. A autocrítica”

Esses princípios contribuem fortemente para a expressão do pensamento doutrinário oficial da Igreja Batista, proporcionando os conteúdos, limites e indicações da forma das igrejas batistas no Brasil. A nova igreja local, quando aceita como associada de sua convenção estadual, inclui-se no sistema de

autonomia concorrente do sistema batista, outra de suas especificidades. Ela poderá de agora em diante promover de forma autônoma, sem requerer a autorização de qualquer instância externa, a escolha de um pastor, decidir sobre seu patrimônio, elaborar projetos voltados à comunidade interna e externa, desde que mantenha sua lealdade para com a burocracia superior batista, e não fira os limites da ortodoxia adotada, pois:

“A CONVENÇÃO tem legitimidade para reivindicar a posse e/ou domínio de quaisquer bens patrimoniais que estejam em seu nome, ou que tenha recebido por doações ou legados, embora usados por igrejas, especialmente no caso destas apresentarem cisão ou desvio doutrinário, total ou parcial, a critério da CONVENÇÃO”⁷⁶.

Apresenta-se como contradição, discutível no campo da ética, a situação em que os membros de uma igreja local promovem o seu crescimento numérico, financeiro e patrimonial, ficando, entretanto, suscetíveis à reivindicação judicial de seu patrimônio, no caso de divisão ou desvio doutrinário. Pode-se tomar como exemplo a Primeira Igreja Batista de Campo Limpo, na capital de São Paulo, que no final de 1999 ordenou a primeira pastora batista no Estado de São Paulo. Como os batistas não aceitam a ascensão da mulher para o desempenho do cargo pastoral, a referida igreja e seu pastor sofreram processo de desfiliação por parte da Convenção Batista do Estado de São Paulo. Nesse caso, as normas estabelecidas pela burocracia batista, através do estatuto da Convenção Batista do Estado de São Paulo, facultavam a reivindicação da propriedade onde encontra-se instalada a igreja, pois a ordenação da mulher ao ministério pastoral no Estado de São Paulo, ainda não está reconhecida pela burocracia batista estadual, rompendo com a ortodoxia vigente, incluindo-se por consequência em “desvio doutrinário”. Todavia, a sanção imposta limitou-se apenas à desfiliação, provavelmente porque a reivindicação da propriedade de bens imóveis acarretaria um conflito judicial.

⁷⁶ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatuto**. Capítulo II, Art. 3º, § 6º.

A lealdade de uma igreja local à doutrina batista, supervisionada pelos detentores do poder, representada pela convenção de seu Estado e, conseqüentemente, pela Convenção Batista Brasileira, é o que mantém seu vínculo e reconhecimento como uma igreja batista histórica-tradicional⁷⁷. Quando do exame e constituição de uma nova igreja, tradicionalmente é lido o Pacto das Igrejas Batistas⁷⁸, ato simbólico que reafirma a natureza do relacionamento com as demais igrejas batistas, e algumas das crenças básicas que a nova igreja deve seguir, balizando sua inserção no universo protestante batista.

3.2 – Estrutura de decisão da igreja local

Os cargos oficiais de decisão na igreja batista são o de pastor e diácono. A maioria das igrejas batistas do Estado de São Paulo possui apenas um pastor⁷⁹, estatutariamente o presidente da igreja, e na falta temporária deste assume o vice-presidente, que é um membro eleito pela comunidade. Já os diáconos formam o “corpo diaconal”, e seu número é determinado pelo estatuto da igreja local, sendo eleitos pelos membros em assembléia. Uma igreja local, em geral, segue uma grande divisão composta do grupo diaconal, diretoria e liderança. Os diáconos são responsáveis pelo amparo social interno aos membros da igreja, sendo considerada também sua característica de maior conhecimento doutrinário e da tradição batista, atuando na prática como auxiliares espirituais do pastor para a igreja local.

⁷⁷A maioria dos ramos batistas existentes na atualidade, são decorrentes de cisões de igrejas batistas tradicionais, historicamente vinculadas às convenções estaduais e Convenção Batista Brasileira citadas.

⁷⁸ O Pacto das Igrejas Batistas possui natureza simbólica, reafirmando-se o compromisso de lealdade para com a ortodoxia batista.

⁷⁹ ROCHA, José Vieira. **O Batista Paulistano**. São Paulo, ano 81, nº 1, janeiro/1999, p.64. São Paulo possui 924 igrejas e 1263 pastores. Há pastores sem atividade ministerial, estando apenas como membros de uma igreja local, e outros ocupando o cargo de Ministro de Música.

A *diretoria da igreja local* é quem decide, juntamente com o pastor, o encaminhamento de questões para a assembléia da igreja e sua respectiva inclusão em pauta de discussão. Porém a comunidade, ou totalidade da igreja local, faz seu desejo manifesto pela discussão informal de seus problemas, indicando previamente a forma de tratamento futura destas questões. A tríplice relação (direção–pastor–igreja local) ganha contornos políticos à medida em que a relevância de uma questão qualquer fica condicionada a fatores diversos, como o interesse eventual das partes, o grau de esclarecimento sobre a matéria discutida, a conduta ética do grupo, seus valores subjetivos de vida comunitária e a normatização colocada pelo estatuto da igreja. O interesse objetivo de um assunto e seu interesse político são freqüentemente contrastados, havendo dois momentos principais de embate pelas questões colocadas. O primeiro dá-se pela inclusão de assuntos na pauta da assembléia da igreja, ou sua oficialização formal. O outro dá-se no caso da apresentação formal do assunto à assembléia, que discutirá e deliberará em caráter efetivo esses assuntos. O número de membros de uma diretoria varia de uma igreja para outra, com relação à sofisticação da estrutura interna da própria igreja, eleitos com mandato de um ano, sem restrições quanto a reeleições. Esse padrão é seguido para todos os cargos, menos para o de pastor. Há, no entanto, igrejas que contratam uma sistemática assemelhada também para o pastor, exigindo que ele coloque sua continuidade no cargo pastoral em votação pela igreja, porém com um intervalo de tempo mais dilatado, que servirá como oportunidade de demonstração de governabilidade interna e apoio renovado ao pastor. Os departamentos ou ministérios também possuem um “diretor” eleito. O ministério da palavra ou pregação bíblica geralmente está mais afeito ao pastor, que convoca aqueles que o auxiliarão. Cada diretor, juntamente com sua equipe, planejará as atividades de sua área específica, compondo-se assim a agenda da igreja local, incluindo a avaliação orçamentária para sua realização global.

O conceito de liderança, ligado a determinada responsabilidade assumida e desempenhada efetivamente, não se relaciona necessariamente com o

desempenho de cargo de direção. Assim, um professor de crianças da área de ensino bíblico, pode não ser o diretor da Escola Bíblica Dominical, mas é considerado um líder pela função e responsabilidade de sua atividade. Nesse sentido específico, muitas igrejas batistas realizam duas reuniões sistemáticas, geralmente mensais, para decidir sobre seus assuntos internos, funcionando como se fossem fóruns de afunilamento e composição da pauta da assembléia da igreja local. A reunião de liderança possui um caráter mais amplo do que a diretoria, mais restrita que a assembléia, que é restrita aos diretores dos departamentos, sendo as três presididas pelo pastor. Desta forma os assuntos a serem deliberados em assembléia já terão passado em três instâncias: o departamento, a liderança e a diretoria da igreja. A orientação sobre um determinado assunto, tendo como origem a diretoria da igreja, possui força de proposta para votação perante a igreja, podendo entretanto existir, por parte de qualquer membro, uma proposta substitutiva, aditiva ou supressiva. As regras parlamentares da assembléia exigem que um assunto seja apresentado como proposta de um membro com o apoio de outro, ambos presentes, não podendo os membros se representarem por terceiros. Qualquer outro membro poderá manifestar a sua opinião, confirmando ou alterando o rumo das propostas iniciais. Somente membros da igreja local podem participar de uma assembléia com voz e voto, tendo suas decisões valor jurídico, registradas sua ata administrativa em cartório quando for o caso, sendo facultado aos não membros assisti-la.

A assembléia é, a maior instância de decisão dentro de uma igreja local, estando, portanto, acima do pastor e da diretoria. No entanto, quando grupos de uma igreja desenvolvem interesses específicos que nem sempre coincidem com os da comunidade, havendo a tentativa de imposição sobre a totalidade dos membros, sem deliberação da assembléia, rompe-se o princípio batista de governo congregacional.

Outra peculiaridade que envolve o princípio de funcionamento congregacional é o respeito a qualquer decisão tomada pelo conjunto, ficando em plano menor o grau de acerto técnico ou político. Por exemplo, a compra de um bem é apresentada para decisão da igreja, havendo para isto o parecer prévio de

um especialista ou de uma comissão interna. Um membro da igreja, por ocasião da discussão da compra em assembléia, e em decorrência de seu desconhecimento técnico, opina contrariamente à compra, influenciando toda igreja, que também vota contra a aquisição. Apesar da contradição ser evidente, à medida em que exista uma necessidade, que será suprida pela compra, prevalecerá o que foi decidido pelo conjunto da igreja, mesmo que resulte em atraso ou prejuízo de sua vida institucional.

Aos diretores de departamentos e líderes, em um primeiro momento, é delegado o planejamento de suas atividades, que serão encaminhadas como propostas para eventual votação, condicionada ao grau de complexidade operacional ou financeira. As decisões tomadas pela assembléia são comunicadas à igreja e executadas pelas respectivas áreas. Portanto essa delegação da igreja para com os diretores não é plena, e sim limitada ao planejamento inicial e execução final, havendo a prerrogativa da igreja ratificar ou retificar os projetos apresentados por uma área. Observa-se que o modelo congregacional novamente leva a algumas situações inusitadas, pois todos os membros têm a oportunidade e o direito estatutário de participar da assembléia e votar conforme sua consciência. Todavia, caso alguma deliberação coletiva diga respeito à área de atuação de um membro, cujo voto pessoal não coincidiu com a decisão tomada pela maioria, ele deverá respeitar o resultado e cumprir seu papel executivo. O princípio de autonomia e o governo congregacional da igreja local levam o sistema batista a enfrentar seus conflitos de interesses de forma mais aberta, não restringindo suas decisões a uma diretoria e presidência, com riscos expressivos quanto à estabilidade da própria igreja local.

No plano estadual, as suas bases, que são as igrejas locais e seus respectivos membros, pouco respondem ao Plano Cooperativo proposto pela Convenção Batista do Estado de São Paulo⁸⁰, que seria o dízimo⁸¹ pelas igrejas locais para a manutenção da estrutura denominacional, denotando desinteresse

⁸⁰ ROCHA, José Vieira. **O Plano Cooperativo e o Crescimento das Igrejas**. *Jornal O Batista Paulistano*. Edição Comemorativa do Centenário dos Batistas em São Paulo, 1999, p. 64.

⁸¹ O dízimo é a prática de doação de 10% de toda a renda obtida do trabalho individual para a igreja, incorporada a partir do judaísmo e verificada nas Escrituras Sagradas desde o Antigo Testamento.

pelos projetos desenvolvidos por sua burocracia, preferindo estabelecer projetos locais próprios, concentrando esforços em si mesma e não de maneira sistêmica. A autonomia dessa igreja local não é plena, estando restringida pelo poder condigno da Convenção Batista do Estado de São Paulo, que reconhece tal autonomia até o ponto em que não fira a ortodoxia batista. Esses dois aspectos da relação das igrejas com sua estrutura burocrática, além do desinteresse da igreja local, podem gerar o abandono da associação oficial à denominação batista.

3.3 - A Convenção Batista do Estado de São Paulo

A Convenção Batista do Estado de São Paulo-CBESP define-se como uma associação religiosa, sem fins lucrativos, composta de igrejas batistas que, através de um formulário próprio de adesão, declaram possuir como única regra de fé e prática as Escrituras Sagradas, ou Bíblia Protestante, reconhecendo como fiel a “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”, que relaciona dezenove pontos:”I – Escrituras Sagradas; II – Deus (1. Deus Pai; 2. Deus Filho; 3. Deus Espírito Santo); III – O homem; IV – O pecado; V – Salvação; VI – Eleição; VII – Reino de Deus; VIII – Igreja; IX – O batismo e a ceia do Senhor; X – O dia do Senhor; XI – Ministério da palavra; XII – Mordomia; XIII – Evangelização e missões; XIV – Educação religiosa; XV – Liberdade religiosa; XVI – Ordem social; XVII – Família; XVIII – Morte; XIX – Justos e ímpios.”⁸²

Desta forma, uma igreja batista local passa a fazer parte da lista oficial de igrejas da Convenção Batista do Estado de São Paulo quando aceita como válido o corpo doutrinário (ortodoxia) vigente, e defendido pelos detentores pelo poder burocrático e institucional. Por decorrência, o desvio da igreja local das doutrinas e práticas aceitas pela Convenção poderá ser o critério principal para romper a relação entre ambas. No entanto, quando se entra no campo das práticas e costumes, um novo universo se abre, menos objetivo e preciso do que a lista

⁸² CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.** Série Documentos Batistas. Rio de Janeiro: JUERP, 3º ed., 1996.

doutrinária da Convenção Batista do Estado de São Paulo. Ao se ressaltar o que seria uma prática ou um costume aceitável na composição das igrejas brasileiras, frente à tão grande diversidade étnica e cultural, confunde-se a ortodoxia doutrinária com costumes que nada tem a ver com a fé. Pode-se citar como exemplo o uso do tempo aos domingos exclusivamente para o culto, evitando-se atividades de lazer ou trabalho, mesmo que esporádicas, ou então o monitoramento dos comportamentos sexuais de namoro, em que manifestações de afeto podem ser compreendidas como “pecado”, bem como a aceitação de pessoas cujos casamentos não foram formalizados pela igreja. Outras exigências são dotadas de estranheza, como o uso de terno e gravata para os homens e saia ou vestido às mulheres, que fizerem uso do púlpito para ministrar a “palavra”, como representativo de uma “boa moral cristã” e de uma atitude de respeito aos membros da igreja e a Deus. Muitos desses comportamentos são transmitidos pelo puritanismo cultivado nas igrejas protestantes.

A Convenção Batista do Estado de São Paulo relaciona como sua finalidade: “(a) zelar pela fidelidade doutrinária de suas igrejas; (b) defender interesses, patrimônio e bens, seus ou das igrejas; (c) promover e executar os programas cooperativos das igrejas; (d) estimular a fraternidade e solidariedade entre as igrejas.”⁸³

Para o desenvolvimento de seus objetivos sociais, de evangelização e missões, a Convenção Batista do Estado de São Paulo cria e mantém instituições religiosas, educacionais e sociais, realizando sua promoção através de material impresso e através de qualquer produto de mídia que lhe convier. Os programas de cooperação possuem lugar de destaque nessa estrutura, sendo o mais importante deles o “Plano Cooperativo”. A proposta do Plano Cooperativo é captar recursos financeiros das igrejas locais, a partir dos dízimos ofertados por seus membros. Portanto, na oferta mensal do conjunto das igrejas batistas do Estado de São Paulo estaria o princípio de funcionamento do Plano Cooperativo, e do sustento da burocracia batista estadual. Há programas, de caráter mais específico, voltados ao sustento de missionários, ao Lar Batista de Crianças, à evangelização,

⁸³ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatuto**. Capítulo II, Art. 4º.

acordando-se determinados meses para o levantamento destes fundos, para que haja sincronismo por parte das igrejas locais participantes.

A Convenção Batista do Estado de São Paulo se reúne em Assembléia Geral anualmente, podendo haver reuniões extraordinárias, conforme os assuntos assim o exigirem. Participam da Assembléia Geral os pastores das igrejas filiadas à Convenção Batista do Estado de São Paulo, além de um quorum mínimo de 5% (cinco por cento) de representação de “mensageiros”, que são membros devidamente credenciados pelas assembleias das igrejas. Sua instância máxima é o Conselho Geral, que é composto estatutariamente: “(a) pelos membros da Diretoria da Convenção; (b) pelo presidente da Ordem dos Pastores Batistas do Estado de São Paulo; (c) da Diretoria do Conselho de Educação Teológica e Ministerial; (d) da Junta de Educação; (e) de um representante de cada Associação de igrejas batistas existentes no Estado de São Paulo; (f) e de um representante das seguintes entidades: (f1) UFMBESP-União Feminina Missionária Batista do Estado de São Paulo; (f2) UMMBESP-União Masculina Missionária Batista do Estado de São Paulo; (f3) JUBESP-Juventude Batista do Estado de São Paulo; (f4) ODBESP-Ordem dos Diáconos Batistas do Estado de São Paulo; (f5) AMBESP-Associação de Músicos Batistas do Estado de São Paulo.”⁸⁴

Assessoram o Conselho Geral o Secretário Executivo do Conselho de Administração e Missões e os executivos das instituições e entidades associadas à Convenção Batista do Estado de São Paulo.

Quanto à estrutura administrativa da Convenção Batista do Estado de São Paulo, os seguintes órgãos estão subordinados ao Conselho Geral, cujos membros são eleitos anualmente, com mandato máximo de seis anos e renovação obrigatória da sexta parte de seu corpo a cada assembleia: “(a) Conselho de Administração e Missões: responsável pelos programas de evangelização e missões, ação social, comunicação social, apoio a pequenas igrejas, e pelo Acampamento Batista de Sumaré; (b) Conselho de Educação Teológica e

⁸⁴ Estes órgãos que congregam homens, mulheres, jovens, diáconos e músicos sacros, existem com a finalidade de planejar, organizar e executar atividades de interesse de suas respectivas categorias, no Estado de São Paulo.

Ministerial-CETM: integra esse conselho um representante da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil-Secção São Paulo, sendo responsável pelos programas e pelas instituições de educação teológica e ministerial, de educação cristã e de música sacra; (c) Junta de Educação: integra essa junta à diretoria da Convenção, sendo responsável pelas instituições de ensino secular, bem como no implemento de pesquisas e propagação de resultados”⁸⁵.

O disciplinamento referente aos desvios doutrinários e práticas batistas são tratados pelo Concílio Arbitral, convocado pela Ordem dos Pastores Batistas a pedido do Conselho Geral da Convenção Batista do Estado de São Paulo, com a finalidade de reexaminar qualquer igreja ou pastor batista que estejam a ela filiada. Esse Concílio Arbitral terá um mínimo de 10 (dez) pastores, de igrejas igualmente filiadas à Convenção, que estejam em pleno exercício do ofício pastoral, *“podendo, ao final do reexame, declará-los: I – em desvios dos princípios batistas; II – afastado do exercício do ministério batista; III – revel por não comparecimento ao Concílio Arbitral; IV – em consonância com os princípios e práticas batistas.”*⁸⁶

A Ordem dos Pastores Batistas do Brasil–Secção do Estado de São Paulo, estabelece o “Código de Ética da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil-Secção do Estado de São Paulo”, a fim de regular o relacionamento do pastor com vários planos de sua vida: “Capítulo I – O Pastor e sua Vida; Capítulo II – O Pastor e sua Família; Capítulo III – O Pastor e sua Igreja; Capítulo IV – O Pastor e seu Trabalho; Capítulo V – O Pastor e seus Colegas; Capítulo VI – O Pastor e sua Denominação; Capítulo VII – O Pastor e sua Comunidade.”⁸⁷

Esse Código de Ética estabelece os parâmetros éticos que a Igreja Batista considera fundamentais para a atuação do pastor em vários planos de sua vida pessoal e profissional, relacionado-os assim com a ortodoxia denominacional. Seu papel também seria de um referencial para a instauração de processos disciplinares, norteados a conduta recíproca de pastores e igrejas e utilizando

⁸⁵ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatuto**. Capítulo IV, Art. 20.

⁸⁶ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatuto**. Capítulo II, Art. 3º, § 7º.

⁸⁷ ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL-SECÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. “**Código de Ética Ordem dos Pastores Batistas do Brasil- Secção Estado de São Paulo**”. Anais da 58ª Assembléia Anual Estadual, São Caetano-SP, 05 e 08/07/2000, p.26-29.

categorias e valores específicos ao universo religioso protestante batista, levando em conta principalmente o princípio de autonomia da igreja local que, se não regido por normas claras e objetivas, pode tornar-se um forte instrumento de manipulação. Comportamentos quanto a assumir compromissos financeiros pela igreja local, dividir o ministério pastoral com atividades de outra natureza, promover ou apoiar manobras políticas para manter-se no cargo e respeitar as decisões da igreja local⁸⁸ são abordados no Código de Ética. Da mesma forma, existem normas de conduta quanto ao desempenho específico da função pastoral, relacionadas a seu papel de orientador espiritual, como o não recebimento de qualquer quantia, além de seu salário pastoral, pelos serviços que presta: observação do decoro, urbanidade e respeito, manutenção do sigilo em razão de aconselhamento ou acompanhamento pastoral e não exercício de proselitismo sobre membros⁸⁹. O Código de Ética subsidia a atuação do Concílio Arbitral, semelhante a um “tribunal religioso”, que deve primar pela liberdade na condução de julgamentos, estabelecendo de forma clara seus critérios, instâncias, recursos, normatizações e funcionamento, promovendo a divulgação de sua finalidade e o modo de acesso às igrejas locais e seus membros. O espaço preenchido pelo Código de Ética está entre a igreja local com seus estatutos e regimentos e a ação do Concílio Arbitral, neste caso, ligado ao poder burocrático estadual batista. Todavia, as igrejas e os seus membros estão longe de conhecer esse Código de Ética e aos pastores não interessa pessoalmente ou corporativamente divulgá-lo, pois o mesmo se constitui em importante instrumento de mobilização dos membros contra uma certa moralidade condenável tanto pela Igreja Batista como pela sociedade.

Pode-se perguntar sobre a suficiência e pertinência do Estatuto e regimento de uma igreja local sobre determinadas questões internas, que estão atreladas ao seu princípio de autonomia. Uma contradição fica aparente à medida em que situações semelhantes podem se apresentar em diferentes igrejas locais, sem a

⁸⁸ ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL-SECÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Código de Ética Ordem dos Pastores Batistas do Brasil- Secção Estado de São Paulo”. Anais da 58ª Assembléia Anual Estadual, São Caetano-SP, 05 e 08/07/2000, p. 27.

⁸⁹ Idem, p.27-28.

garantia de que sejam julgadas sob um mesmo critério, podendo trazer como consequência resultados muito diversos para estas mesmas situações. Portanto o princípio de autonomia da Igreja Batista, no tocante especificamente aos problemas e litígios que envolvam seus participantes, não carrega intrinsecamente a garantia de isonomia das partes. Além do direito do membro recorrer a expedientes externos à igreja local no caso de julgar-se prejudicado, também a processualística, no que concerne ao tratamento institucional destinado aos pastores faltosos, deveria ser manifesta com mais clareza aos membros da Igreja Batista.

Permito-me tratar aqui, numa espécie de conclusão *“avant la lettre”*, de alguns aspectos importantes da convivência batista.

Especificamente com relação ao disciplinamento de membros de uma igreja local, esta autonomia deveria conter limites mais definidos a partir de um código próprio. O estabelecimento de normas, critérios e métodos resguardaria a igreja da degeneração a que estão expostas as instituições que não se preocupam com a promoção constante de garantias aos seus participantes, seja tanto dentro do sistema religioso como na sociedade. Os estatutos das igrejas locais não bastam em si mesmos para isto, possuindo lacunas que podem ser oportunisticamente exploradas. A simples existência de uma norma ou estatuto não impede ações de moralidade duvidosa, calcadas nas imperfeições ou modos de interpretação que toda lei pode conter. Pode-se citar, por exemplo, estatutos e regimentos que não estabelecem bem a forma de convocação de “assembléias extraordinárias”, abrindo a possibilidade delas ocorrerem no meio da semana, dispensando o quorum mínimo de membros após uma terceira chamada⁹⁰, vindo então a realizarem-se independente do número de membros presentes. Nesse caso, se um determinado pastor inescrupuloso, associado a uns poucos membros iguais, assim procederem e, amparados pela norma, votarem a exoneração e substituição da diretoria da igreja, a venda do patrimônio pertencente à igreja. Sendo esta ação legal, é porém imoral. O Código de Ética é mais um recurso de fato e de direito à

⁹⁰ Tradicionalmente, as igrejas batistas estabelecem como norma, três chamadas para o início de uma assembléia, com exigência de número ou percentual de membros decrescente para cada uma, e com certo intervalo de tempo entre elas.

disposição de igrejas, pastores e membros, para alçar essas e outras questões em instâncias superiores que lhes faça justiça, incluindo-se também o Poder Judiciário constituído na sociedade. Não se deve confundir a autonomia da igreja local com a garantia de direitos ou justiça, muito pelo contrário, esta autonomia pode levar à sua diminuição, uma vez que a própria igreja local será interprete de suas leis. A autonomia associa-se à identidade batista, ligada ao modelo de governo congregacional, que lhe é específica. A justiça e a garantia de direitos individuais e coletivos, religiosos ou não, associam-se à consciência moral de todas as pessoas e ao aperfeiçoamento de todas as instituições e sistemas sociais, incluindo-se o religioso. Acresce-se, no caso das igrejas protestantes, o desenvolvimento específico de uma ética e moral cristã, com base em textos bíblicos⁹¹ que orientam os participantes das igrejas a resolverem suas demandas em fóruns internos, evitando que saiam do âmbito religioso, o que explica a resistência generalizada do sistema batista em recorrer ao sistema judiciário para resolver determinadas demandas, preferindo-se, na maioria das vezes, administrar o prejuízo decorrente dessa conduta. Por outro lado, o apelo a mecanismos jurídicos externos à Igreja Batista, frente a sua especificidade no tratamento de demandas, constitui-se uma contradição, gerada pela falta de recursos internos do sistema religioso batista para a promoção de uma justiça mais igualitária. O modelo atual não deixa claro quais são os recursos e mecanismos de defesa dos acusados, quando levados ao plano estadual, assim como as igrejas locais também não o possuem. O membro da igreja local, por tradição e pressões internas, é levado a considerar a aceitação do veredicto sobre suas demandas em atitude pietista, representando com isto a aceitação da “vontade de Deus”, não importando a natureza do resultado. Assim também ocorre com pastores, por vezes vítimas de sua comunidade em questões

⁹¹ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. I Coríntios 6: 1-7: “1 Ousa algum de vós, tendo uma queixa contra outro, ir a juízo perante os injustos, e não perante os santos? 2 Ou não sabeis vós que os santos hão de julgar o mundo? Ora, se o mundo há de ser julgado por vós, sois porventura indignos de julgar as coisas mínimas? 3 Não sabeis vós que havemos de julgar os anjos? Quanto mais as coisas pertencentes a esta vida? 4 Então, se tiverdes negócios em juízo, pertencentes a esta vida, constituís como juízes deles os que são de menos estima na igreja? 5 Para vos envergonhar o digo. Será que não há entre vós sequer um sábio, que possa julgar entre seus irmãos? 6 Mas vai um irmão a juízo contra outro irmão, e isto perante incrédulos? 7 Na verdade já é uma completa derrota para vós o terdes demandadas uns contra os outros. Por que não sofreis antes a injustiça? Por que não sofreis antes a fraude? (...)”

fúteis e sem relevância, vendo nisto a oportunidade de substituí-lo. A busca de outras instâncias, ao contrário, é classificada como rebeldia e não aceitação da autoridade, representada pela diretoria da igreja local e seu pastor. Assim, a autonomia estaria agindo como cerceadora de garantias, uma vez que o possível engano no julgamento, ou então a má-fé em defesa de interesses escusos, ficam respaldadas pelo pequeno horizonte que representa a igreja local.

CAPÍTULO II

ESTABELECIMENTO E HISTÓRIA DA FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS (FTBC)

1. O contexto eclesiástico

Até o ano de 1978, as igrejas batistas contavam no Estado de São Paulo apenas com a Faculdade Teológica Batista de São Paulo-FTBSP, fundada em primeiro de março de 1957 e localizada na capital paulista, para o ensino teológico superior. Os Institutos Teológicos Bíblicos, Institutos Coral e Cursos de Discipulado ministravam cursos de nível médio, servindo muito mais aos membros leigos das igrejas locais, na formação do “obreiro” não voltando o ensino para formação superior.

O termo obreiro designa uma categoria de pessoas que possuem alguma formação teológica de nível médio, as quais cooperam de maneira mais intensa com os trabalhos de sua igreja local, acumulando em geral alguma experiência ligada aos ministérios pastorais. O obreiro não faz parte do oficialato da igreja batista, exclusivo a pastores e diáconos, e não acumula nenhum direito para as práticas pastorais. O obreiro trabalhará nos ministérios de música, de escola dominical (destinada ao ensino bíblico aos membros), de evangelismo e outros, dando o suporte necessário a essas atividades.

Aos candidatos, geralmente jovens, ao curso superior de teologia, procedentes do interior paulista, estava reservado ir para a capital ou então mudar de Estado, distanciando-se de suas famílias e igrejas. Mas, com a instalação da Faculdade Teológica Batista de Campinas em 1978, a Igreja Batista passa a ter a

seguinte distribuição dos principais Seminários e Faculdades de Teologia no Brasil.⁹²

INSTITUIÇÃO	LOCALIDADE	nº alunos
Seminário Teológico	Recife	483
Seminário Teológico	Rio de Janeiro	424
Faculdade Teológica	São Paulo	363
I.B.E.R.	Rio de Janeiro	185
S.E.C.	Recife	184
Seminário Teológico	Curitiba	106
Seminário Teológico	Belém	95
Faculdade Teológica	Brasília	72
Faculdade Teológica	Belo Horizonte	63
Seminário Teológico	Campos	57
Faculdade Teológica	Campinas	16

O Projeto de criar-se uma instituição de ensino superior teológica em Campinas foi definido em 1977, nas reuniões de planejamento da Convenção Batista do Estado de São Paulo, apoiado entre os pastores de igrejas da região, uma vez que a cidade crescia, bem como as localidades vizinhas. Campinas possuía nesta época cerca de 600.000 habitantes⁹³, e juntamente com as cidades próximas tornava-se um pólo industrial e comercial, proporcionando um estímulo à migração. Além disso, oferecia boas condições de emprego, educação, habitação e segurança, destacando-se também pelo excelente nível de atendimento médico-hospitalar. A política empreendida então pela CBESP valorizava a desconcentração dos Seminários do Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, pois a

⁹² TERCEIRA IGREJA BATISTA DE NOVA ODESSA. Tabela extraída do Boletim Semanal nº 69 de, em 05/11/78 (circulação interna). Igreja pastoreada interinamente pelo pastor Ilgonis Janait, à época diretor da Faculdade Teológica Batista de Campinas.

⁹³ FUNDAÇÃO SEADE. Site www.seade.gov.br. População no Município de Campinas em 1980: 661.992 habitantes.

demanda, de formação de novos pastores crescente e regional sugeria a criação de outras instituições de ensino superior:

ASSOCIAÇÃO BATISTA DE CAMPINAS E ADJACÊNCIAS		
Mês/Ano ⁹⁴	igrejas	total de membros
dezembro/1976 ⁹⁵	40	5.817
dezembro/1977 ⁹⁶	42	6.285
dezembro/1979 ⁹⁷	44	6.567

Campinas torna-se candidata ao estabelecimento de uma Faculdade Teológica, o que veio efetivamente a ocorrer dentro desta filosofia de descentralização.

“Com o crescimento do número de alunos das grandes escolas teológicas, principalmente da Faculdade Teológica Batista de São Paulo, nas reuniões de previsão para a denominação batista no Estado de São Paulo para o ano 2.000, surgiu a idéia de o ensino teológico ser descentralizado, criando-se novas escolas teológicas em lugares estratégicos.”⁹⁸

Contribuía para a idéia da instalação de uma Faculdade Teológica em Campinas o fato de que a distância média da maioria das cidades circunvizinhas não ultrapassava 50 quilômetros, o que facilitaria a freqüência aos cursos, a manutenção da vida familiar e os vínculos eclesiásticos dos candidatos da região,

⁹⁴ Os dados do ano de 1978 não constam dos Anais da 70^a, 71^a e 72^a Convenções Batistas do Estado de São Paulo.

⁹⁵ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anais da 70^a Assembléia Anual**, vol. 1, 1978, p.24-25.

⁹⁶ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anais da 71^a Assembléia Anual**, vol.1, 1979, p. 39-40.

⁹⁷ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anais da 72^a Assembléia Anual**, vol 1, 1980, p. 49-50.

⁹⁸ JANAIT, Ilgonis. **Faculdade Teológica Batista de Campinas**. O Jornal Batista. Edição do Centenário, 15/10/1982, p. 34.

não só dentro de sua igreja local, como também através da Associação Batista no âmbito regional.

Estes vínculos eclesiásticos se desenvolvem em variadas modalidades, permitindo a sua socialização religiosa. Estabelece-se um padrão para o exercício de atividades que, dentro da igreja, irão anteceder à vida universitária teológica do candidato, preparando-o para o ministério e validando seu desejo de seguir a “chamada ministerial” frente a sua comunidade religiosa e sua família.

A “chamada ministerial”, ou “vocação”, possui para os batistas o significado de uma convicção íntima de dedicar a vida ao ministério pastoral, ou seja, trabalhar como pastor de uma igreja local.

“A vocação verdadeira para o ministério é aquela consciência de que é isso que eu quero fazer a minha vida toda e se eu não fizer eu estou frustrado. Eu fiquei dois anos fora como vice-reitor de um Seminário, coordenando um projeto de mestrado, para mim foi um desespero. Eu creio que vocação é esta consciência, se eu não fizer isso eu morro. É uma crise existencial, ou se faz aquilo ganhando menos do que se ganharia em outra função, mas não se tem sossego, está faltando alguma coisa.”⁹⁹

A vocação é o desejo íntimo e pessoal de ser pastor, sendo substantivada no jargão batista como “dom”, ao passo que a chamada ministerial seria a consecução da vocação na forma do pastorado efetivo, trilhando para isto o curso superior teológico. A legitimação dessa vocação e chamada ministerial é dada em vários planos da vida do candidato, para ele então principiar seus estudos visando a futura prática pastoral. Na igreja local, o jovem começa a destacar-se pelo interesse e efetiva participação em diversos ministérios, bem como seu engajamento nas atividades de sua Associação Batista regional. O ministério com

⁹⁹ Entrevista concedida ao autor por Isaltino Gomes Coelho Filho, pastor da Igreja Batista do Cambuí, Campinas-SP. Presidente da ABIBET – Associação Batista de Instituições de Ensino Teológico (1993 a 1999), Vice-Diretor da Faculdade Teológica Batista de Brasília (1984 a 1989) e Diretor (1989 a 1993), Vice-Reitor e Diretor do Departamento de Mestrado do Seminário Teológico Batista Equatorial em Belém (1998 a fev/2000), em 18/04/2000.

os próprios jovens e suas atividades, a liturgia, o ensino bíblico, a ação social e o evangelismo são exemplos dessa atuação.

Na família existe alguma variação no grau de apoio para essa decisão devido às convicções religiosas diversas que possam existir entre seus membros. Estes são os dois sistemas principais envolvidos na vocação e chamada ministerial ou pastoral.

“a minha mãe e as pessoas da Igreja (...) falavam: “Ai, vai ser pastor” (...) com o passar do tempo eu comecei a fazer alguns trabalhos na Igreja e algumas pessoas começaram a falar também para mim: “olha, você deve ir para o Ministério, você tem jeito para a coisa” (...) e aí eu começava ver as pessoas pregarem, dirigirem a igreja, e eu comecei a considerar no coração isso: será que é isso que Deus quer para mim, será que é? Eu me aconselhei com o pastor (...)”¹⁰⁰

Ao seminarista é franqueada a possibilidade de cooperação na igreja, integrando as equipes que cuidam da liturgia, as chamadas “equipes de louvor”, tocando algum instrumento, cantando (nos conjuntos, corais ou nas chamadas equipes de louvor para o culto), ou controlando os equipamentos de som, tudo isto como parte integrante do conteúdo dos cultos, retiros, Escola Bíblica, etc. Sua atuação mais intensa é geralmente voltada ao grupo de jovens da igreja, participando de sua liderança e desenvolvendo projetos específicos. A prática de reuniões semanais desses jovens, geralmente nos finais de semana, envolve o estudo de temas religiosos, sociais, políticos, esportivos, de vida familiar, segundo a sua leitura e interpretação dos princípios bíblicos e espirituais da fé batista. Também pode o seminarista cooperar no ensino na chamada Escola Bíblica Dominical, que ocorre como prática geral aos domingos pela manhã, enquanto parte das atividades sistemáticas da igreja, e que divide seus membros em classes de idade, à semelhança de uma escola tradicional. Nessas aulas são

¹⁰⁰ Entrevista concedida ao autor por Edmar Miguel em maio/2000, 4º anista do curso de Teologia da Faculdade Teológica Batista de Campi nas.

ensinadas as doutrinas bíblicas abraçadas pelos batistas e temas que auxiliarão o fiel em sua vida diária nos vários sistemas que venha a integrar na sociedade: moralidade, ética, saúde, evangelismo, escolha profissional, família, casamento, trabalho, morte, doença e todos os demais que incorporam sua vida cotidiana. Assim, praticamente todos os aspectos da vida pessoal e social são interpretados à luz de valores existentes dentro da fé. Outros projetos do candidato ao ministério podem ser o planejamento e realização de acampamentos internos ou com outras igrejas, onde se dará a integração com jovens, aumentando assim o conhecimento mútuo entre os membros das igrejas da região e a possibilidade de casamentos no interior da denominação. Campeonatos esportivos também são comuns. A CBESP também possui em seu quadro a JUMOC-Junta da Mocidade Batista do Estado de São Paulo – órgão que tem como missão congregar, organizar e promover eventos e atividades específicas para sua juventude.

2. A criação da Faculdade Teológica

Em 10 de março de 1977, a Ordem dos Pastores Batistas de Campinas e Adjacências, seccional da Ordem dos Pastores do Brasil¹⁰¹, tendo como presidente o pastor Edwart Cavalcante Albuquerque, reúne-se no Acampamento Batista de Sumaré para discutir a criação de uma instituição teológica de ensino superior que atendesse à demanda crescente de interessados pelo ministério pastoral da região de Campinas. Uma segunda reunião é marcada, solicitando-se a presença do Dr. Werner Kaschel, diretor da Faculdade Teológica Batista de São Paulo, cuja experiência era considerada fator decisivo para a questão em pauta.

Em 12 de abril de 1977, na Junta de Rádio e Televisão-JURATEL, situada no bairro Guanabara, em Campinas, ocorre a discussão sobre a possibilidade de criação da Faculdade Teológica. Da “Comissão de Implantação”, constituída para

¹⁰¹ A Ordem dos Pastores do Brasil é uma instituição de caráter jurídico, cuja finalidade é congregar os pastores enquanto categoria. Através de registro interno próprio e emissão de “carteira pastoral”, válida a atuação do pastor.

prossequir os estudos, fazem parte os pastores Ilgonis Janait (Junta de Rádio e Televisão), como relator, Alcides Marsola (Presidente da Associação Batista de Campinas e Adjacências), Edwart Cavalcante de Albuquerque (Presidente da Secção Campinas da Ordem dos Pastores Batistas), Gutemberg Rodrigues da Silva (Capelão do Colégio Batista de Campinas)¹⁰², Paulo Stouffer (Secretário Executivo da Associação Batista de Campinas e Adjacências e Missão Batista do Sul)¹⁰³, John D. Oase (União Batista Evangélica)¹⁰⁴ e Will Moir (Diretor do Instituto Bíblico Batista de Campinas e Missão Conservadora Batista)¹⁰⁵. As quatro primeiras instituições fazem parte do quadro oficial da Convenção Batista do Estado de São Paulo e as demais missões são de âmbito internacional que apesar de terem suas filiais instaladas no país, não têm ingerência sobre a Convenção Batista Brasileira, nem sobre as Convenções Batistas estaduais; pois dedicam-se a ações missionárias evangelísticas e no auxílio às igrejas e instituições batistas brasileiras através de seus missionários aqui alocados, que obrigatoriamente se tornam membros de uma igreja local, cooperando com seus trabalhos. Qualquer outro tipo de auxílio é considerado uma “liberalidade” por parte dessas missões, uma vez que não existe vínculo hierárquico e institucional entre elas e as igrejas locais: a fé e ordem (batista) e a herança religiosa dos batistas históricos americanos constituem a base de suas relações.

Deliberou-se ainda que a proposta de criação da Faculdade constaria da pauta da próxima reunião da Assembléia Anual da Associação Batista de Campinas e Adjacências (prevista para dezembro de 1977), e no caso de aprovação, seria encaminhada uma solicitação de aprovação à Junta de Educação Teológica da CBESP, elevando-a ao plano estadual. A Comissão de Implantação passa a estudar aspectos relacionados ao funcionamento do curso,

¹⁰² A Capelania nos Colégios Batistas tem como função o atendimento e aconselhamento espiritual ao alunos e professores que assim o desejarem. Assemelha-se neste aspecto a um parte das funções pastorais, sendo ocupada de praxe por um pastor ou seminarista.

¹⁰³ A Missão Batista do Sul, associada a Junta de Richmond da Convenção Batista do Sul Estados Unidos, responsável pela manutenção dos batistas brasileiros até meados de 1950 e envio de missionários para auxílio das igrejas nacionais.

¹⁰⁴ A União Batista Evangélica é missão do sul dos Estados Unidos, mantendo missionários que colaboram com as igrejas locais do Brasil..

¹⁰⁵ A Missão Batista Conservadora, associada a Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, colabora com as igrejas nacionais através de missionários e projetos locais.

ao nome a ser dado à instituição (Faculdade ou Seminário e Teológico ou Ministerial), ao levantamento da demanda de possíveis candidatos nas igrejas da região e à composição de um corpo docente. Inicialmente a Comissão de Implantação sugere que o curso seja noturno, funcionando de segunda a sexta-feira. O tratamento dessas questões se dará ao mesmo tempo do complexo problema da sede da Faculdade Teológica.

3. Sede da Faculdade Teológica: opções e estratégias

Em 15 de junho de 1977, o relator da Comissão de Implantação, pastor Ilgonis Janait, é eleito presidente da Associação Batista de Campinas e adjacências. A Comissão de Implantação promove a alteração de parte de seus membros, definindo assim sua composição: pastores Paulo Stouffer, Ielton A. Nascimento, Roque Monteiro de Andrade, Karl Lachler e Oscar Pauzer (Diretor do Colégio Batista de Campinas)¹⁰⁶.

Algumas providências e solicitações de ordem prática para início e funcionamento da nova instituição são tomadas. O Colégio Batista de Campinas coloca à disposição da Comissão de Implantação uma sala para reuniões, assessoramento administrativo e de secretaria, bem como equipamento gráfico. Tenta-se auxílio financeiro junto às três Missões Batistas americanas estabelecidas no Estado de São Paulo: Missão Batista do Sul, União Batista Evangélica e Missão Batista Conservadora. O pedido foi negado, porque durante os primeiros 60 anos da Igreja Batista no Brasil os batistas americanos das missões tradicionais teriam mantido os trabalhos da denominação, não desejando mais a manutenção dessa política interna. Em meados de 1950 as igrejas batistas do Brasil assumiram a responsabilidade pela manutenção dos programas das Convenções Estaduais e da Convenção Batista Brasileira¹⁰⁷. As missões se

¹⁰⁶ O Colégio Batista de Campinas atende a formação de alunos no ensino fundamental e médio.

¹⁰⁷ ROCHA, José Vieira, **O que é Plano Cooperativo**, Jornal “O Batista Paulistano”, São Paulo, nº 04, em dez/1999, p. 16.

mantiveram dentro desta filosofia ao responderem negativamente ao pedido da Comissão de Implantação.

Nesse momento, enfrenta-se a necessidade de um local para instalação física da Faculdade. Uma vez não existirem recursos para aquisição de uma sede própria, solicitou-se o acolhimento da Faculdade, com o aval da JET¹⁰⁸ (atual CETM), à JURATEL¹⁰⁹ (11/08/77), a qual colocou o assunto “sobre a mesa” (não deliberou nem retirou de pauta), postergando sua decisão. Recorreu-se também ao Seminário Presbiteriano de Campinas (22/09/77), para cessão de suas dependências no período vespertino. A resposta oral foi negativa¹¹⁰. Essa concessão poderia estender-se por um tempo maior do que o desejado pelo Seminário Presbiteriano de Campinas, além de causar certo desconforto à diferença existente em alguns pontos doutrinários com os batistas, o que poderia criar um clima desfavorável com os seminaristas presbiterianos. Além disto, os batistas possuíam sua Convenção em âmbito estadual e nacional, devendo resolver a questão da instalação física com seus próprios recursos.

Dadas estas dificuldades e a proximidade do semestre letivo de 1978, a própria Comissão de Implantação decide criar duas subcomissões que dessem conta de problemas específicos. No mês de outubro, são acrescentados à Comissão de Implantação os nomes dos pastores Dr. Werner Kaschel, Edwart Cavalcante de Albuquerque e Ricardo Gibbs, para tratarem da questão física, que possibilitaria o início das atividades. O pastor Bertoldo Gatz (Deão)¹¹¹ da Faculdade Teológica Batista de São Paulo) e Dr. Paulo Rizzi (advogado), ajudariam a formular a proposta de um currículo e do corpo¹¹² docente. Em 01 de dezembro de 1977 o

¹⁰⁸ Junta de Educação Teológica (JET) é órgão da Convenção Batista Do Estado de São Paulo, responsável pelas instituições de ensino superior teológico no Estado. Atualmente chama-se Conselho de Educação Teológico e Ministerial (CETM), mantendo as mesmas funções.

¹⁰⁹ Junta de Rádio e Televisão da Convenção Batista do Estado de São Paulo (JURATEL), responsável pelo desenvolvimento de programas voltados à mídia em geral. Possuía à época uma Escola de Línguas para ensino de português para missionários batistas estrangeiros.

¹¹⁰ **Resenha histórica do primeiro decênio da Faculdade Teológica Batista de Campinas**, elaborada por seu ex-diretor, pastor Ilgonis Janait.

¹¹¹ A figura do deão consta do Art. 7º do estatuto da Faculdade Teológica, substituindo o Diretor em seu impedimento. Possui as funções de Coordenação Pedagógica, selecionando docentes, elaborando o currículo a grade e as ementas das disciplinas. Ele se constitui o responsável pelos docentes.

¹¹² As questões curriculares, do corpo docente, de conteúdo programático, de políticas educacionais internas e outras de mesma natureza serão tratadas em capítulo específico.

currículo e o corpo docente já estão constituídos, bem como uma resposta positiva ao uso das dependências das igrejas Batista Central de Campinas (Centro), Batista Nova Jerusalém (bairro Jardim Chapadão) e Batista Vila Nova (atual Igreja Batista Vida Nova, no bairro Vila Nova). Porém a Comissão de Implantação reitera a solicitação de que os trabalhos se iniciem na JURATEL (bairro Guanabara), a qual concede o uso provisório de algumas salas. Em 05 de março de 1978, o pastor Ilgonis Janait é eleito diretor da nova Faculdade Teológica. As aulas são ministradas a 17 estudantes por 8 docentes. Esta situação durou apenas seis meses, pois a partir de 19 de julho de 1978, a Faculdade Teológica já funcionava na igreja Batista Central de Campinas, que concedeu gratuitamente não só o uso das salas como também água, luz, telefone, cantina e equipamentos.

Em 10 de dezembro de 1977 a Associação Batista de Campinas e Adjacências, reunida em assembléia extraordinária na Primeira Igreja Batista de Campinas (bairro Castelo), cria oficialmente a Faculdade Teológica Batista de Campinas com base em relatório da Comissão de Implantação. Em janeiro de 1979 a Faculdade Teológica supera o seu caráter regional ao desvincula-se da Associação de Campinas, sendo encampada pela Convenção Batista do Estado de São Paulo e ficando sob responsabilidade da Junta de Educação Teológica.

Dois aspectos pontuam e permeiam a história de vida institucional da Faculdade desde a sua fundação. O primeiro estaria relacionado à sua luta pela sobrevivência, ou como manter um equilíbrio e uma saúde financeira entre as entradas e saídas orçamentárias. Outro seria a conquista da sede própria, que estaria intrinsecamente ligada à luta da sobrevivência, pois estabeleceria a base necessária a esse equilíbrio financeiro e a atuações em planos mais elevados.

“Os grandes aumentos salariais colocaram as finanças além das previsões, gerando uma situação de apertura e de expectativa. A necessidade de uma sede própria se torna cada vez mais premente e ao mesmo tempo mais difícil (...)”¹¹³.

¹¹³ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. **Relatório Administrativo-Ano de 1980.**

A constante busca por uma sede ou instalação própria tornou-se simbólica e representativa de uma política adotada pela CBESP. A primeira tentativa deu-se ainda na época de estudos de instalação da Faculdade, através da suposta doação de um terreno de 8 alqueires situado em Sumaré, limite do município de Paulínia, por uma senhora que era membro da Primeira Igreja Batista de Nova Odessa. No entanto, a doação jamais foi concretizada em razão das exigências impostas pela doadora à Comissão de Estudos. Na verdade, alguns compromissos estavam atrelados ao recebimento da propriedade, os quais não foram atendidos. Isso pode ser evidenciado pelas resoluções da Associação de Campinas em sua reunião de 05 de dezembro de 1977¹¹⁴. Além disso, a propriedade estava localizada em uma região de difícil acesso aos alunos, professores e funcionários, embora a proposta de implantação da Faculdade tivesse o propósito atender a candidatos de cidades circunvizinhas, não oferecendo infra-estrutura de transporte e segurança semelhante a Campinas. Não obstante, a insistência, tanto da FTBC como da Associação de Campinas, em considerar a proposta como plausível poderia estar relacionada com a possibilidade de venda de parte do imóvel e mudança para outro local novamente em Campinas.

Além das exigências, que aparentam mais uma troca do que propriamente uma doação, houve o estudo por parte da JET para a instituição de um Fundo Memorial “Helena Karklis”, que além de reiterar as colocações anteriores, acrescia outras:

“Instituir o Fundo Memorial “Helena Karklis”, que será administrado livremente pela donatária, com assistência da doadora.(...)”

A donatária, uma vez investida na posse e propriedade dessa área de 4 (quatro) alqueires poderá, opcionalmente, construir, no local,

¹¹⁴ Dentre as exigências estava a compra de imóveis em Campinas para renda da doadora, bem como obras de infra-estrutura na propriedade a ser doada para valorização de área remanescente da proprietária. Relatório da Reunião da Comissão de Estudos sobre a Faculdade Teológica Batista de Campinas em 05/12/77, na sede da Associação Batista de Campinas e Adjacências.

*estabelecimento de ministração dos seus cursos de educação teológica, para atendimento da região de Campinas, ou ainda com assistência da doadora, alienar referida área(...)*¹¹⁵

Já na instalação da Faculdade, a doadora em potencial era alvo de um tratamento diferenciado. No culto solene do início do ano letivo de 1979, onde também realizou-se a transferência administrativa da FTBC da Associação de Campinas para a Junta de Educação Teológica,

*“o diretor da Faculdade apresenta o Corpo Docente presente, a Secretária (...), a doadora da propriedade, irmã Helena Karklis e os novos alunos.”*¹¹⁶

A exposição pública da doação por parte da direção da Faculdade transparecia como assunto certo e não dotado de conflitos. No entanto em 1980 as expressões com relação à doação já demonstravam certa decepção:

*“a situação da propriedade doada é idêntica à do ano passado: temos a promessa verbal da doação.”*¹¹⁷

O crescimento da Faculdade Teológica se dava nesse momento a passos largos, considerando-se as condições precárias de seu início. Em 1981, o número total de alunos era de 45 e 44 para o primeiro e segundo semestre respectivamente, contra os 13 alunos regulares iniciais no ano de 1978. No ano seguinte, 1982, houve 59 alunos. O crescimento nesse período de quatro anos (1978-1982) foi de 453,8%. A Igreja Batista Central de Campinas disponibilizava

¹¹⁵ Modelo de Escritura de Instituição de Fundo Memorial “Helena Karklis” e de Doação com Encargo de Área de Imóvel Rural, elaborado pelo advogado Dr. Paulo Rizzi, Assessor Jurídico da Faculdade Teológica Batista de Campinas.

¹¹⁶ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Ata do Culto Solene do Início do Ano Letivo de 1979 e da Transferência Administrativa da mesma, da Associação Batista de Campinas e Adjacências para a JET da CBESP, em 01/03/1979.

¹¹⁷ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório-Ano de 1980.

08 pequenas salas¹¹⁸, chegando nesse instante a seu limite de ocupação. O crescimento de oferta de vagas estaria agora vinculado à mudança física da Faculdade.

Entretanto, em 1982 as esperanças da doação ainda perduravam, expressa assim pela direção da Faculdade com relação à doadora:

“agora concorda em que, caso necessário, a propriedade possa ser vendida, desde que os recursos auferidos sejam aplicados integralmente na aquisição da nova sede”¹¹⁹.

Um engenheiro e um assessor jurídico haviam sido mobilizados para as providências legais necessárias. Posteriormente a doadora procura a direção da Faculdade para se inteirar da responsabilidade da demarcação, para efeito de lavração de escritura, e:

“Pedi que seu nome não fosse objeto de homenagem por agora, para não servir de impedimento a possíveis outras bençãos de Deus. Disse: Se há um lugar onde deveria ficar a minha fotografia, que lá se escreva: FÉ, ORAÇÃO E, SE NECESSÁRIO, JEJUM (sic)”¹²⁰.

A CBESP, após esse longo tempo de espera, passa a recomendar o seguinte:

“Quanto a uma campanha de levantamento de fundos, para aquisição de sede própria, a ser feita pela Junta, até agora não foi o momento, uma vez que estavam em negociações as condições de doação do

¹¹⁸ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório referente ao período de 01 março/30 outubro de 1979.

¹¹⁹ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório referente ao ano de 1982.

¹²⁰ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório à Junta de Educação Teológica da Convenção Batista do Estado de São Paulo, em 17/08/1982.

terreno. Cremos que agora chegou o momento oportuno e carente para tal esforço."¹²¹

Nesse ínterim, várias oportunidades comerciais surgiram em Campinas para uma eventual compra, sendo a falta de recursos financeiros o impedimento constante. Em 1983 houve uma proposta de aluguel ou venda preferencial à FTBC de um andar de imóvel localizado no centro de Campinas, contando com 14 salas e área total de aproximadamente 1000m², cujo valor estaria avaliado entre Cr\$ 150.000.000,00 e 180.000.000,00¹²². O valor da propriedade a ser doada estava então estimado em Cr\$ 13.000.000,00, o que seria insuficiente para aquisição ou construção de um imóvel adequado¹²³.

Em agosto de 1984 a Igreja Batista Nova Jerusalém manifesta o desejo de mudar-se e oferece à FTBC suas instalações para venda. Localizada no bairro Jardim Chapadão, possuía 740m² e ocupação de apenas 40% do terreno, com possibilidade de construção de outros andares. É formada uma comissão de sete professores, um aluno e um assessor jurídico para estudos de viabilidade. Fica estabelecida uma proposta inicial de comodato mediante à qual a referida igreja continuaria executando seus trabalhos religiosos aos finais de semana, ao mesmo tempo em que a Faculdade funcionaria durante a semana. A igreja buscaria novo terreno para construção e a Faculdade saldaria sua dívida gradativamente à medida em que a igreja construísse seu novo templo. A JET também nomeia uma comissão composta por seu presidente e dois membros, o diretor da FTBC e um assessor jurídico¹²⁴.

A CBESP e a JET autorizam e apóiam o lançamento oficial de uma campanha de âmbito estadual destinada à compra da sede própria. A campanha inicia-se com alvo de Cz\$ 600.000,00 em 1986, porém sua publicação já estava

¹²¹ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório à Junta de Educação Teológica da Convenção Batista do Estado de São Paulo, referente ao ano de 1982.

¹²² FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório à Junta de Educação Teológica da Convenção Batista do Estado de São Paulo, em 23/08/1983.

¹²³ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório à Junta de Educação Teológica da Convenção Batista do Estado de São Paulo, referente ao ano de 1982.

¹²⁴ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório à Junta de Educação Teológica da Convenção Batista do Estado de São Paulo, em 28 e 30/08/1984.

sendo veiculada através do jornal “O Batista Paulistano” desde agosto/setembro de 1984¹²⁵. Para alcançar esse objetivo, a Faculdade também recorreu a seus alunos, uma vez que assim estaria envolvendo as igrejas das quais participavam. Até o final daquele ano, os alunos visitaram mais de 60 igrejas e missões na promoção da campanha, tendo-se alcançado o valor de Cz\$ 20.000,00, resultado que pode ser considerado inócuo frente às necessidades existentes. A campanha também foi publicada em O Jornal Batista, de abrangência nacional a qual produziu resultados quase nulos¹²⁶.

No final de 1987, o então diretor, pastor Ilgonis Janait, pede demissão de seu cargo, e o pastor Eliézer Pereira de Barros, deão, assume interinamente. A doação de Sumaré começa a cair no esquecimento, uma vez que não há indícios de que a doadora estivesse disposta a abrir mão de suas exigências e efetivamente concretizar o negócio.

Assume a Faculdade o pastor Sebastião Lúcio Guimarães, como diretor efetivo em 20 de dezembro de 1988, estabelecendo uma comissão para apresentar relatório preliminar sobre a questão da sede própria. O relatório propõe as seguintes ações ¹²⁷: (a) criação de um fundo pró-sede própria e investimento dos valores em aplicações que garantam sua atualização; (b) promoção contínua de campanhas; (c) parcerias com juntas missionárias estrangeiras para envio de missionário para atuar na divulgação da Faculdade; (d) convidar um seminário dos Estados Unidos a se tornar um seminário-irmão, divulgação nos jornais da denominação.

A fórmula e modelo aplicados para solucionar o problema da sede própria desde o surgimento da Faculdade, novamente se repetiram. Em 30 de junho de 1990 o pastor Sebastião entrega seu cargo, ficando em seu lugar o pastor Onésimo Pereira do Nascimento Filho, até o dia 16 de fevereiro de 1991, quando assume a direção a Prof^a Dr^a Sophia Gomes Steibel¹²⁸, que estabelece medidas

¹²⁵ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório à Junta de Educação Teológica da Convenção Batista do Estado de São Paulo, em 18/11/1986.

¹²⁶ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório-Ano de 1986, em 14/03/1987.

¹²⁷ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório-Ano de 1988, em 27/02/1989 e Parecer da Comissão (anexo 01) de 18/11/1988.

¹²⁸ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório-Ano de 1990, em maio/1991.

mais objetivas para a saúde financeira da Faculdade. Dentro dos seus planos administrativos está a figura do Assistente Financeiro, cuja função seria, entre outras, trabalhar junto às igrejas que contribuem ativamente na manutenção da instituição, dinamizar o processo de aplicação financeira dos recursos, mantenedores individuais e garantir os já existentes e assistir a direção na divulgação dos trabalhos da Faculdade¹²⁹. Outra iniciativa foi a criação GAT-Grupo de Ação Teológica, que buscava proporcionar bolsas de estudo através do comprometimento individual de contribuintes, automaticamente participantes desse grupo, o qual se reunia periodicamente a convite da Faculdade, oportunidade em que era divulgado em maiores detalhes suas atividades. Os contribuintes, por sua vez, poderiam fazer o mesmo em suas igrejas, agiriam como agentes multiplicadores. Opera-se assim uma mudança na dinâmica da administração: agora a Faculdade Teológica traz para perto de si os colaboradores, por estímulo de sua direção, estabelecendo um mecanismo sistemático que vai além de seus muros, cuja base é o diálogo e a informação¹³⁰. Associado a estas medidas e aos colaboradores está o crescimento de participantes em disciplinas avulsas, que sobe da média até então de 6 (seis) alunos para 17 (dezesete), fazendo com que o ambiente da Faculdade não se restrinja aos “vacionados” para o ministério, mas também ao leigo da igreja local¹³¹. Esse processo irá ampliar-se na gestão seguinte, com a implantação dos “Cursos de Ministério”.

A Faculdade Teológica está há 14 anos nas dependências da Igreja Batista Central de Campinas e, para crescer e melhor administrar-se, uma vez que ainda não tem sede própria, deve recorrer a outra mudança. Desta vez a Igreja Batista Vida Nova (no bairro Vila Nova) acaba de concluir a ampliação de um novo templo na parte superior da estrutura já existente, com capacidade para 500 pessoas. A Faculdade Teológica deveria arcar com as despesas básicas de uma reforma para

¹²⁹ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório Administrativo, período de jan-mar/1991.

¹³⁰ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Informativo do GAT-Grupo de Ação Teológica, ano 1, nº 1, ago/1991.

¹³¹ Para a média de 6 (seis) alunos consideramos o período de 1978-1988 e para a média de 17 (dezesete) alunos o período de 1991-1993, utilizando para isto os dados encontrados em cada semestre.

adaptação do espaço antigo da ordem de Cr\$ 57.000.000,00, consumo de água, luz, manutenção em geral e ampliar seu mobiliário¹³². Estabelece-se um contrato de comodato e em 25 de fevereiro de 1993 as aulas se iniciam oficialmente no novo local. O número de alunos salta de 60 (sessenta) no segundo semestre de 1992 para 82 (oitenta e dois) no primeiro semestre de 1993, com um aumento de 33% (trinta e três por cento)¹³³.

Outras promessas para a sede surgiram. A 1ª Igreja Batista em San Angelo, Texas-Estados Unidos da América em correspondência com a direção, compromete-se com a doação em memória de um membro daquela igreja, desde que se use o nome do mesmo no prédio principal e/ou campus da Faculdade Teológica, sugerindo que se coloque uma placa de reconhecimento. Porém a doação seria efetuada assim que o terreno ou imóvel fosse adquirido¹³⁴. A resposta parcial a esta iniciativa viria mais à frente na gestão do Pastor Márcio Loureiro Redondo.

Em 17 de dezembro de 1993 a professora Sophia deixa a direção da Faculdade Teológica, assumindo em seu lugar o pastor Júlio Oliveira Sanches, também professor da casa, em 21 de fevereiro de 1994.

Nesse momento articula-se a possibilidade de aluguel de parte das instalações da JURATEL, voltando a Faculdade às suas origens¹³⁵. Uma das atividades da JURATEL seria promover o ensino da língua portuguesa, através da “Escola de Línguas”, aos missionários estrangeiros que chegaram ao país. Todavia grave crise se abate sobre ela, fazendo com que haja substancial declínio dessa e de outras atividades, o que deixa grande parte de seu prédio ocioso, necessitando de reparos gerais provocados pelo abandono.

¹³² FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório Administrativo, período de ago-out/1992

¹³³ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório Administrativo, período de nov/1992 a fev/1993.

¹³⁴ id., p. 2.

¹³⁵ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório Administrativo, período de out/1993 a mar/1994.

Após tentativas de negociações com imóveis da região, frustradas sempre em razão de capital insuficiente, a direção sugere duas alternativas: solicita à Convenção Batista do Estado de São Paulo a venda de imóveis ociosos no interior do Estado (que estão em seu nome), e, de modo não excludente, a cessão por parte da Junta de Missões Mundiais da Convenção Batista Brasileira de 10.000m² de seu terreno em Campinas, no bairro Rosolém, cuja área passa de 25.000m². Incluía-se nesse plano a construção de alojamentos para os alunos de outras regiões e ônibus próprio para transporte aos que utilizassem o terminal urbano e rodoviário da cidade. Agora a decisão de apoiar a Faculdade Teológica está lançada em duas instâncias superiores, concomitantemente¹³⁶.

O Pastor Márcio Loureiro Redondo assume a direção da Faculdade Teológica em 03 de janeiro de 1995, promovendo a mudança de local, com a autorização de uma comissão nomeada pelo Conselho Geral da Convenção Batista do Estado de São Paulo, para a JURATEL, que estabeleceu um contrato de locação de 4 (quatro) anos ao valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais. Em 1996 o pastor Natanael Gabriel da Silva passa a dirigir interinamente a Faculdade Teológica Batista de Campinas, sendo posteriormente confirmado nessa função. Essa gestão, comparativamente às anteriores, produziu uma significativa elevação das atividades administrativas e acadêmicas. A mudança física da Faculdade para a JURATEL não alterou substancialmente as condições materiais da instituição para a continuação de suas atividades de ensino, pois ela manteve a mesma estrutura, o mesmo número de funcionários e o mesmo espaço de ocupação. Todavia em 1996 possuía 77 alunos e no ano 2000 possui 200 alunos, praticamente triplicando seu quadro discente, chegando ao limite de sua expansão¹³⁷. A manutenção dessas mesmas condições de funcionamento frente ao maior número de alunos está vinculada a uma preocupação quanto à saúde financeira da instituição e a própria limitação material da Faculdade que impede sua expansão. Esses motivos levam ao problema recorrente da falta de uma sede

¹³⁶ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório Administrativo, período de ago-nov/1994.

¹³⁷ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório do Ano Convencional, período de julho 1999 a julho 2000.

própria, ainda pendente na vida da Faculdade Teológica Batista de Campinas. A JURATEL, por ser órgão da Convenção Batista Brasileira e não da Convenção estadual, entende que deve estabelecer com a Faculdade Teológica um vínculo contratual através da cobrança de aluguel da parte de seu prédio por ela ocupado, de parte proporcional de impostos, água e luz, e do aluguel da casa do Diretor que fica no mesmo terreno. O contrato vigente até 2000 é de R\$ 900,00¹³⁸ para a casa do Diretor e R\$ 2.000,00 pelas salas de aula e salas de administração¹³⁹, que correspondem a aproximadamente 400m². Comparativamente a mensalidade cobrada dos alunos é de R\$ 255,00 para os cursos superiores e R\$ 55,00 para os ministeriais, e a Faculdade Teológica Batista de Campinas contava no primeiro semestre de 2000 com 141 alunos de cursos superiores e 52 em cursos ministeriais diversos, o que representa um montante de mensalidades aproximado de R\$ 39.000,00.

Pode-se perceber a contradição existente entre o crescente desenvolvimento da Faculdade Teológica Batista de Campinas, que preenche a expectativa da formação ortodoxa para pastores que integrarão suas igrejas batistas, e a falta de apoio que a estrutura burocrática lhe oferece, dentro do pensamento de que em última instância a Faculdade Teológica colabora para a manutenção da continuidade tanto dessa burocracia como da denominação. A falta de percepção denominacional de que as faculdades teológicas batistas servem a toda a denominação, à medida em que o campo de trabalho eclesialístico de seus futuros pastores se estende pelas igrejas locais de todo o Brasil, conflita com os poucos recursos enviados pela Convenção para sua sobrevivência através do Plano Cooperativo (10,5% do total arrecadado pelas igrejas locais filiadas à Convenção Batista do Estado e cooperantes com este programa)¹⁴⁰ e divididos por todas as instituições de ensino teológico superior batista no Estado de São Paulo,

¹³⁸ Documento Ofício s/nº da Faculdade Teológica Batista de Campinas referente a “Cálculo dos valores de locação” encaminhado à JURATEL, com cópia ao Conselho de Educação Teológica e Ministerial e ao Presidente da Convenção Batista do Estado de São Paulo, em 14/01/1999.

¹³⁹ Documento Ofício JURATEL A036/99 encaminhado à Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 27/10/1999.

¹⁴⁰ ROCHA, José Vieira. Jornal **“O Batista Paulistano”**, São Paulo, nº 04, em dez/1999, p. 16.

reproduzindo assim a dinâmica encontrada no princípio de autonomia adotado pela Igreja Batista e impregnado na mentalidade de seus membros:

‘Nós temos um sistema de funcionamento denominacional, que é um sistema congregacional, e esse sistema congregacional dá uma liberdade democrática e às vezes isso acaba comunicando até a própria instituição. Enquanto a própria instituição não demonstra que ela é uma instituição que pode ser acreditada, em termos da sua produção, em termos da sua qualidade, em termos de tudo aquilo que ela pode oferecer de serviços, e evidentemente, no sistema nosso de trabalho eclesiástico, denominacional, os recursos são poucos, sempre foram; os recursos sempre faltam. (...)’¹⁴¹

Esse tipo de mentalidade se reflete na dificuldade para a aquisição da sede própria, fazendo com que o esforço de rompimento dessa postura tenha que se dar verticalmente, tanto nas igrejas locais com seus pastores como também com sua burocracia, através da legitimidade alcançada pela confiança de que a Faculdade Teológica Batista de Campinas irá corresponder às expectativas que o fundamentalismo batista propõe ao formar os pastores que, por sua vez, irão reproduzir suas doutrinas e práticas expressas:

“Eu vejo que hoje a Faculdade é uma instituição que as igrejas estão confiando, que os pastores estão confiando na formação daquilo que ela oferece, então a gente percebe que há um caminhar nessa direção, há um despertar para isso. Mas, é claro, que se nós tivéssemos sede, tivéssemos outros recursos, claro que nós poderíamos oferecer serviços melhores. É evidente que isso iria contribuir, mas eu acho que é uma questão da instituição mesmo mostrar que ela é digna de crédito

¹⁴¹ Entrevista concedida ao autor por Natanael Gabriel da Silva, Diretor da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 21/10/2000.

e esse é nosso individualismo, que vem via – a questão do próprio capitalismo, essa sobrevivência meio individual aí, ela é quase que um pressuposto aí, uma condição subliminar aí que existe na nossa cultura.”¹⁴²

Ainda do ponto de vista administrativo, outras introduções foram realizadas como a informatização da administração de forma mais sistêmica, pois todos os recursos implantados nessa área funcionam integrados com o banco de dados da Convenção Batista do Estado de São Paulo. Cabe aqui a observação que se a vantagem de se informatizar estas atividades é inegável – pois proporciona uma melhor qualidade nos serviços – por outro lado sua vinculação à Convenção Estadual denota o caráter controlador desta e seu “espírito tutor”, não só da área acadêmica como também da área gerencial. Também a Biblioteca sofreu esse processo de informatização através de programas específicos, que incluem o cadastro eletrônico de seu acervo. Os alunos dispõem agora de acesso à internet, possibilitando seu maior desenvolvimento acadêmico, através de uma tecnologia que se torna indispensável no mundo atual, incluindo-se os sistemas religiosos de ensino superior¹⁴³. A Faculdade Teológica Batista de Campinas, o Seminário Presbiteriano do Sul do Brasil, o Seminário da Igreja do Nazareno e o Seminário Batista Independente de Campinas associaram-se em um projeto para o uso comum de suas bibliotecas por alunos e professores e pesquisadores, portanto, aumentando muito o acervo disponível aos usuários.

Um elemento que pode se traduzir como avanço foi a contratação de serviços de auditoria, garantindo dessa forma a idoneidade da instituição. Nas organizações privadas seculares é comum a realização de auditorias como um recurso de controle e legitimação da empresa interna e externamente, ocorrendo esse mesmo fenômeno nas instituições do sistema religioso¹⁴⁴.

As propostas também se seguiram na área acadêmico-pedagógica,

¹⁴² Idem.

¹⁴³ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório Anual, em 03/05/1996.

¹⁴⁴ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório para o Conselho de Educação Teológica e Ministerial da CBESP, período de mar-mai/1997.

havendo o interesse declarado de compatibilizar com mais profundidade o aspecto acadêmico do curso com um clima considerado adequadamente “espiritual”¹⁴⁵, postura buscada também como forma de legitimação através da demonstração de um comportamento espiritual e conteúdo programático compatível com a ortodoxia batista. Os cultos diários, a “Sala de Oração” e os cultos de “Vigília”, além de palestras e conferências, contribuem para esse objetivo. Desta forma se instala também o Programa de Estágio Supervisionado em 1997, que acompanha mais proximamente as atividades de aperfeiçoamento dos alunos¹⁴⁶ e o Curso de Formação de Líderes em 1998, voltado ao membro da igreja local, enfocando disciplinas como Panorama Bíblico, Vida Cristã em Ação, Panorama do Antigo Testamento e Panorama do Novo Testamento¹⁴⁷, e dinamizando o contato da Faculdade Teológica Batista de Campinas com o público leigo da Igreja Batista. Outra categoria de cursos introduzida foi a de Cursos de Ministérios, também para o leigo e sua atuação na igreja local. Estes cursos foram voltados inicialmente aos ministérios de Ajuda, Discipulado e Educação Infantil. As modificações curriculares ocorridas em 1995 e 1998 fazem com que o curso tenha uma carga teológica e ministerial maior pela introdução de disciplinas específicas deste campo¹⁴⁸.

O SAE-Serviço de Apoio ao Estudante- é criado em 1997 para atender os alunos nas áreas de Aconselhamento, Integração com as Igrejas e Socialização dos Alunos¹⁴⁹, trabalhando aspectos fundamentais relacionados à natureza humana e ao futuro desempenho dos pastorandos em uma função ministerial que, por princípio, também trabalha em primeira instância com pessoas¹⁵⁰.

A visão da gestão atual em reforçar o caráter ministerial do curso obteve seus resultados no crescente número de alunos e na conseqüente confiabilidade

¹⁴⁵ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório do Ano Convencional, período de julho/1999 a julho /2000.

¹⁴⁶ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório para o Conselho de Educação Teológica e Ministerial da CBESP, período de mar-mai/1997.

¹⁴⁷ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório de Atividades, período de mar-jun/1998.

¹⁴⁸ Este assunto será tratado mais a frente em capítulo apropriado.

¹⁴⁹ O Serviço de Apoio ao Estudante será examinado em capítulo apropriado.

¹⁵⁰ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório para o Conselho de Educação Teológica e Ministerial da CBESP, período de mar-mai/1997.

por parte das igrejas locais no encaminhamento de seus candidatos, culminando na dispensa de 25 desses candidatos no ano 2000 devido à oferta de vagas ser menor do que a de interessados, uma ocorrência histórica na vida da Faculdade Teológica Batista de Campinas.

4. A dimensão institucional

É conveniente, nesse momento, dedicar uma atenção adequada à complexa questão da institucionalidade batista. O primeiro aspecto institucional é o vínculo da nova Faculdade Teológica: o que asseguraria maior âmbito de liberdade institucional e acadêmica para a futura Faculdade: permanecer na Associação de Campinas ou ligar-se à CBESP? Essa questão não possuía um grau elevado de relevância para os atores que protagonizavam a implantação da Faculdade Teológica. A hegemonia das idéias sobre a educação teológica batista no Brasil sempre foi exercida pelas Convenções Batistas Brasileira e Estaduais, não havendo espaço oportuno para sugestões de natureza alternativa, seja sobre suas políticas educacionais ou administrativas, sobre o planejamento para implantação de novas instituições de ensino superior ou para avaliação de seus conteúdos e modelo. Em razão dessa rigidez, que ainda hoje permanece, não era colocado em questão a centralização do controle institucional, nem da adoção de novas formas de gestão e de propostas educacionais. Esta dimensão conservadora não abre espaço aos avanços alcançados na sociedade ou em instituições congêneres, trazendo prejuízos à própria educação teológica batista e ao sistema religioso batista. Em decorrência dessa perspectiva “continuista”, a importância de iniciar-se a Faculdade sob os auspícios da CBESP ou da Associação Batista de Campinas e Adjacências não era considerado em seus vários aspectos e conseqüências. Acresce-se a isso que a cooperação das igrejas com a burocracia da Convenção Batista do Estado de São Paulo era maior por conta de um espírito crítico menor, não havendo um questionamento do papel das convenções com relação às suas igrejas associadas. Naquela ocasião como hoje,

o papel das convenções no apoio às igrejas se transmuta do apoio em direção. Ao lado deste aspecto político, desenvolve-se a vertente burocrática da direção eclesial.

As instituições de ensino superior batistas, vinculadas às Associações Batistas regionais, sofrem menor controle administrativo, financeiro e de políticas do que experimentam as que são submetidas à Junta de Educação Teológica, órgão colocado pela CBESP como responsável pelas instituições de ensino superior teológicas no Estado de São Paulo. O menor controle decorre da estrutura mais simplificada que as Associações regionais possuem e do número menor de igrejas associadas. Por outro lado, dado o seu caráter estadual, a CBESP possui maior capacidade de promover o desenvolvimento de suas instituições, uma vez que recebe recursos de igrejas de todo Estado de São Paulo através do chamado Plano Cooperativo:

“O Plano Cooperativo é o sistema financeiro adotado de comum acordo pelas igrejas, convenções estaduais e a Convenção Batista Brasileira, para seu sustento e expansão das obras comuns de evangelização, missões, educação e beneficência”¹⁵¹

O Plano Cooperativo tem como fundamento e princípio a reprodução da prática do dízimo dentro da igreja local, em escala regional (Associações), estadual (Convenções Estaduais) e nacional (Convenção Batista Brasileira). É difícil determinar quando o dízimo foi adotado como prática religiosa e mesmo um significado único, porém secularmente encontramos seu uso pelos babilônicos, etruscos, persas, gregos e romanos. Na Lei de Moisés consta a regulamentação da oferta das primícias da terra¹⁵², precursora do dízimo, que veio a ser usado depois para especificar a quantidade esperada sobre o total da colheita. No

¹⁵¹ FERREIRA, Ebenézer Soares. **Manual da Igreja e do Obreiro**. JUERP, Rio de Janeiro, 1985, 4ª ed., p. 126.

¹⁵² BÍBLIA SAGRADA. Antigo Testamento. Êxodo 23:15-16: “(...) 15 A festa dos pães ázimos guardarás: sete dias comerás pães ázimos como te ordenei, ao tempo apontado no mês de abibe, porque nele saíste do Egito; e ninguém apareça perante mim de mãos vazias; 16 também guardarás a festa da sega, a das primícias

judaísmo bíblico do Velho Testamento os dízimos serviam de sustento aos levitas, categoria responsável pelos serviços religiosos. No Novo Testamento a tradição continua como parte da adoração cristã da Igreja Primitiva e defendido posteriormente pelos Pais da Igreja, Justino Mártir ¹⁵³, Irineu ¹⁵⁴ e Orígenes ¹⁵⁵, ganhando o sentido de compartilhar e retribuir a bondade de Deus, não mais por força de uma lei. Todavia Jesus jamais instruiu a igreja a dar o dízimo, antes ele fala da prática de escribas e fariseus ¹⁵⁶. O apóstolo Paulo fala ¹⁵⁷ do dízimo como auxílio aos pobres, do sustento do ministério cristão e generosidade. ¹⁵⁸

Os cristãos batistas têm como convicção que o sustento de suas igrejas deva ocorrer através da contribuição mensal de parte dos ganhos salariais de seus membros, ficando a critério de cada contribuinte retirar do salário bruto ou líquido o valor ou porcentagem que desejar, existindo a orientação geral de respeitar-se os 10% (dez) por cento sobre sua renda individual. Ser “dizimista” não se constitui obrigação institucional, mas de moral cristã. Os cultos incorporam um momento litúrgico de entrega do dízimo chamado “ofertório”, acompanhado de cânticos, orações e leitura bíblica. Do orçamento da igreja local, assim constituído, é realizado o pagamento do salário pastoral, água, luz, contabilidade, manutenção predial, obrigações trabalhistas e fiscais, eventos e tudo o mais que fizer parte de suas atividades. Do ponto de vista interno da igreja, ser dizimista possui o significado de fidelidade pessoal a Deus, acarretando prestígio e poder, pois muitas igrejas

do teu trabalho, que houverses semeado no campo; igualmente guardarás a festa da colheita à saída do ano, quando tiveres colhido do campo os frutos do teu trabalho.(...)”

¹⁵³ O texto de Justino Mártir está em I Apol. 67.

¹⁵⁴ O texto de Irineu está em Haer. 4, 18, 2.

¹⁵⁵ O texto de Orígenes está em In Num. hom. 11.

¹⁵⁶ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. Lucas. 11:42: “Mas ai de vós, fariseus! porque dais o dízimo da hortelã, e da arruda, e de toda hortaliça, e desprezais a justiça e o amor de Deus. Ora, estas coisas importava fazer, sem deixar aquelas”.

¹⁵⁷ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. I Coríntios 16:1-3: “1 Ora, quanto à coleta para os santos fazei vós também o mesmo que ordenei às igrejas da Galiléia. 2 No primeiro dia da semana cada um de vós ponha de parte o que puder, conforme tiver prosperado, guardando-o, para que se não façam coletas quando eu chegar. 3 E, quando tiver chegado, mandarei os que por carta aprovardes para levar a vossa dádiva a Jerusalém;(...)”

¹⁵⁸ BROWN, Colin e COENEN, Lothar (editores), **O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. Verbete “Dízimo”. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1984, vol I, p. 675-681.

possuem como norma para ascensão a cargos de liderança a observância de sua prática. O dízimo também pode representar a posição social do indivíduo, uma vez que está ligado à renda, fazendo com que os membros tenham uma distinção maior perante a comunidade de acordo com suas ofertas.

À semelhança da prática dizimista, o Plano Cooperativo recebe o “dízimo” das igrejas em caráter voluntário, servindo esses valores para a administração e desenvolvimento institucional e denominacional batista. Dessa forma, as igrejas locais contribuem com a denominação batista através de valores remetidos à Associação regional e à Convenção Estadual, e indiretamente, à Convenção Batista Brasileira (através das Convenções estaduais). Porém, a igreja local recebe seu sustento de uma única fonte, que vem de seus membros. Os dados de contribuição indicam que, do universo das igrejas batistas do Estado de São Paulo ligadas à CBESP, 50% (cincoenta) não contribuem com o Plano Cooperativo, 30% (trinta) contribuem eventualmente (15% do arrecadado) e 20% (vinte) contribuem regularmente (85% do arrecadado). São dados sintomáticos que requerem uma avaliação mais profunda do que a matemática ou contábil, mas pesquisas internas que revelem a natureza do distanciamento das igrejas batistas com relação às suas estruturas burocráticas. A arrecadação da Convenção Batista do Estado de São Paulo está assim distribuída¹⁵⁹:

¹⁵⁹ROCHA, José Vieira. Jornal “O Batista Paulistano”, São Paulo, nº 04, em dez/1999, p. 16

Associações Regionais	13,00%
UFMBESP, UMMESP, JUBESP ¹⁶⁰	09,00%
Educação Teológica	10,50%
Missões e Administração ¹⁶¹	32,50%
Apoio a pequenas igrejas ¹⁶²	10,00%
Convenção Batista Brasileira	25,00%
Total	100,00%

As Associações Batistas congregam as igrejas de uma determinada região, como é o caso de Campinas e Adjacências, possuindo, portanto, seu “plano cooperativo” em menor escala, o que diminui seu poder de apoio para certas iniciativas institucionais, pois o volume dessa arrecadação também é menor. Uma determinada Faculdade que venha a ligar-se diretamente a uma Associação pode ou não adotar as normas e diretrizes de atuação definidas pela Junta de Educação Teológica da CBESP; caso não as adote, ela deverá desenvolver seus próprios princípios de funcionamento. O modelo de autonomia concorrente proporciona maior flexibilidade e personalização das instituições do que o existente via estrutura da CBESP, que impõe sujeitos a aspectos políticos, administrativos e teológicos mais rígidos, pois sua representatividade é maior. As divergências entre esses dois modelos poderão se dar, por exemplo, na forma de captação de recursos financeiros, de pagamento dos cursos e sua política de subsídios, de contratação dos docentes e sua respectiva liberdade de cátedra, estabelecimento e ênfase em determinados núcleos disciplinares e outros. Torna-se evidente que as dificuldades também terão algo de diferente, determinadas pelo modelo escolhido.

¹⁶⁰ União Feminina Missionária Batista do Estado de São Paulo (UFMBESP), União Masculina Missionária do Estado de São Paulo (UMMESp) e Juventude Batista do Estado de São Paulo (JUBESP). Apesar do termo “missionário”, estes são órgãos formados por membros de igrejas locais, que irão responsabilizar-se pela aplicação destes valores em projetos no Estado de São Paulo.

¹⁶¹ “Administração” refere-se à administração da própria Convenção Batista do Estado de São Paulo, cujo valor percentual é dividido com a manutenção dos missionários da convenção estadual.

¹⁶² ROCHA, José Vieira. **Editorial**, Jornal “O Batista Paulistano”, São Paulo, dez/1999, p. 2.. Quadro de distribuição percentual por número de membros nas igrejas batistas do Estado de São Paulo: 50% das igrejas têm menos de 100 membros. São Paulo possui hoje 924 igrejas batistas.

Oferecida esta explicação talvez um tanto longa, as faculdades ligadas a uma Associação regional possuem um menor número de igrejas contribuindo financeiramente para o seu desenvolvimento, mas gozam de maior liberdade de organizar-se e gerir-se por estarem mais próximas das arenas de decisão. Tanto a horizontalidade dessa estrutura burocrática quanto sua verticalização são menores (com relação ao nível nacional), portanto mais simplificadas, sendo um fator favorável para o empreendimento de projetos eclesiais, respeitada a atuação regional das Associações.

Ora, a Faculdade Teológica Batista de Campinas nasceu sob a égide da Associação de Campinas com o intuito de servir a região. Atualmente essa característica é mantida, não impedindo que ela concorra com outras Faculdades e Seminários batistas. A base dessa concorrência, que leva os candidatos a escolherem uma instituição de ensino e às igrejas e pastores a indicarem uma determinada instituição aos seus candidatos ao ministério, é dada muitas vezes por aspectos informais e subjetivos de qualidade, atribuídos internamente pelo meio batista, uma vez não existem, da parte das Convenções Batistas, estudos sistemáticos e parâmetros acadêmicos e institucionais que possibilitem uma visibilidade maior dos batistas sobre seus Seminários e Faculdades de teologia. Assim, a Faculdade Teológica Batista de Campinas em decorrência do seu crescimento constante, em número de alunos e docentes desde sua fundação, tem demonstrado ocupar a preferência de muitos candidatos e pastores¹⁶³.

Ao contrário, as Faculdades de Teologia ligadas à CBESP possuem maior número de igrejas a contribuir e menor liberdade para atuação e estabelecimento de diretrizes próprias e contextualizadas. Nesse caso, o tamanho da burocracia eclesial promove uma distância maior das fontes de decisão. Também dessa relação decorrem conseqüências de caráter jurídico, em que a propriedade das estruturas físicas, equipamentos e certas responsabilidades institucionais são, em última instância da CBESP, uma vez que estatutariamente é ela quem está constituída de fato e de direito para esse fim¹⁶⁴.

¹⁶³ Vide anexo: Tabela de número de alunos por ano.

¹⁶⁴ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. **Estatuto**. Do Patrimônio, Art. 10 a 13, registrado no 3º Registro Civil de Pessoas Jurídicas, São Paulo.

Sendo assim, as instituições de ensino teológicas batistas poderão ser classificadas como “progressistas” ou “tradicionais”, à medida que – através de sua história, instalação e orientações internas – seguem ou não a linha formulada pela CBESP. Dentro dessa lógica, ser tradicional significa vincular-se à CBESP e seguir as orientações que a burocracia organizacional apresenta como ortodoxa. Uma definição possível para a “ortodoxia batista”, nesse caso, está ligada à representação oferecida pelo pensamento daqueles que detêm o poder, ou seja, que ocupam os cargos e possuem em suas mãos os meios para influenciar as decisões e funcionamento de suas instituições e de seus membros. Ocorre que essa ortodoxia muitas vezes é confundida com usos e costumes cristalizados, que nada tem a ver com doutrinas e dogmas de fé:

“O pastor deve ser fiel à sua Denominação. De modo algum deverá ficar no cargo que ocupa quando deixar de aceitar as doutrinas e praxes consagradas pela Bíblia e pelo uso.

Será considerado traidor aquele que, pregando ou ensinando doutrinas heterodoxas, permanecer no cargo. (...)

É dever do pastor cooperar com os trabalhos de sua Associação, de sua Convenção Estadual, e da Convenção Batista Brasileira.(...)”¹⁶⁵

Essas restrições não dizem respeito somente ao cargo de pastor de uma igreja batista, mas se estendem para toda a estrutura burocrática das convenções, pois sendo uma orientação denominacional, vale para o sistema batista integralmente em todas as suas manifestações e esferas de atuação, inclusive para os leigos. Devemos observar que expressões como “deixar de aceitar as doutrinas e praxes consagradas pela Bíblia e pelo uso” contêm um juízo de valor lato e relativo, pendendo a uma radicalização quanto à manutenção das relações e participação institucional no meio batista. Para compreendermos melhor a questão dos vínculos institucionais nessas bases, devemos sempre considerar o viés político que envolve a polarização entre Convenções e igrejas, podendo, por

iniciativa de uma das partes, ocorrer o rompimento com a vinculação denominacional, mesmo que a igreja isoladamente permaneça com a mesma fé e prática.

A instituição das normas apresentadas torna os motivos de exclusão extremamente amplos e flexíveis. Quando tomamos seus termos¹⁶⁶, verificamos que são generalizantes, faltando uma melhor definição. Nota-se que o exercício coercitivo se estende aos costumes, pois até mesmo a liberdade de discussão sobre determinados temas é vetado em nome da “ortodoxia”, a qual não apenas fere a liberdade de agir em certa direção, mas de pensar sobre a prática de fé que fundamenta o sistema batista. Essas discussões e decisões acabam sendo um pacote lacrado, cristalizado e inacessível às bases que compõem a denominação batista, que são os fiéis dentro de suas igrejas locais. Desse modo, a qualificação de um comportamento por parte de igrejas ou indivíduos, como ortodoxo, tende a fundar-se menos no campo das doutrinas e dogmas do que no campo dos usos e costumes. Decorre que o veredicto de “traição”, além de extremamente pesado, possui um alto grau de subjetividade, pois é imposto pela burocracia religiosa e pelos detentores do poder; daí o seu caráter sumário, uma vez que não se define com exatidão o seu significado. O acusador deverá seguir os passos bíblicos¹⁶⁷, adotados como praxe entre os batistas, primeiro conversando pessoalmente com o acusado e depois com o grupo maior, normalmente a direção da igreja local, caso o acusado não concorde com as posições apresentadas. Não há uma forma e critérios claros pré-definidos dentro desse processo, estando o acusado e o acusador sob uma condição muito flexível. Assim fica a decisão final sobre a demanda, nessas situações, para a própria igreja, que decidirá em forma de assembléia qual posição tomar sobre o assunto.

¹⁶⁵ FERREIRA, Ebenézer Soares. **Manual da Igreja e do Obreiro**, JUERP, Rio de Janeiro, 1985, 4ª ed., p. 183-184.

¹⁶⁶ FERREIRA, Ebenézer Soares. **Manual da Igreja e do Obreiro**, JUERP, Rio de Janeiro, 1985, 4ª ed., p. 32 (Disciplina Eclesiástica), p. 94 (Como afastar do Ministério Pessoas sem Idoneidade para Exerce-lo), p. 183-184 (O Pastor e a Denominação). Nesses casos não se explica claramente a forma, critérios de defesa do acusado, rol de sanções e outros requisitos mínimos ao entendimento dos processos de acusação e defesa.

¹⁶⁷ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. Mateus 18: 15-17: “15 Ora, se teu irmão pecar, vai, e repreende-o entre ti e ele só; se te ouvir, terás ganho teu irmão; 16 mas se não te ouvir, leva ainda contigo um ou dois, para que pela boca de duas ou três testemunhas toda palavra seja confirmada. 17 Se recusar ouvi-los, dize-o à igreja; e, se também recusar ouvir a igreja, considera-o como gentio e publicano.”

Podemos também recorrer aos princípios de autonomia e cooperação adotados pelas organizações batistas para explicar sua forma peculiar de conduta¹⁶⁸. Autonomia e cooperação são recorrentes no discurso denominacional e colocados como os pilares de sustentação para o convívio entre os pastores, lideranças e estrutura burocrática, permeando as interpretações doutrinárias, pactos e declarações dos batistas. Essas afirmações estendem-se aos usos e costumes, ordenando as ações desde sua base, que é o membro de uma igreja local (de um bairro), passando pelas Associações regionais, Convenções Estaduais e culminando na Convenção Batista Brasileira.

Outra contradição está colocada nos desejos das igrejas para si próprias no tocante ao perfil de pastor desejado por elas. A direção da CBESP tem-se colocado como a detentora dos caminhos, planos e conteúdos para a denominação batista e para o seu sistema educacional. A CBESP atribui a si mesma o papel de personificação da ortodoxia batista, de decodificadora do pensamento e das intenções das igrejas locais. O tema da autonomia é pendular e varia segundo os interesses políticos da CBESP. As Faculdades Teológicas são “autônomas” apenas para obedecer aos rígidos e ortodoxos padrões estabelecidos pela CBESP. O estatuto da Faculdade Teológica Batista de Campinas apresenta em resumo os seguintes pontos sobre sua administração direção e representação: “(a) se regerá por princípios rigorosamente cristãos e de orientação batista; (b) será administrada pelo CETM-Conselho de Educação Teológica e Ministerial e pelo CG-Conselho Geral da Convenção Batista do Estado de São Paulo; (c) seu Diretor deverá: (c1) ser membro de uma igreja batista arrolada na Convenção Batista Brasileira; (c2) ter capacidade técnica para o exercício do cargo; (c3) ser eleito pelo CG-Conselho Geral; (c4) permanecer no cargo enquanto bem servir, a juízo do Conselho Geral.”¹⁶⁹

Na verdade, ortodoxia é o que crê e pensa essa direção, e não o desejo oriundo das igrejas e de seus membros, uma vez não existir o levantamento sistemático do querer e do pensar das igrejas. Apelando para a figura do “corpo”

¹⁶⁸ FERREIRA, Ebenézer Soares. **Manual da Igreja e do Obreiro**, JUERP, Rio de Janeiro, 1985, 4ª ed., p. 67.

¹⁶⁹ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Estatuto. Art. 3º, 4º e 5º.

exemplificado em vários textos bíblicos¹⁷⁰ e adotado como princípio de administração para as igrejas batistas (e para sua estrutura burocrática também) a CBESP seria a cabeça e as igrejas os membros a seguir o destino imaginado por ela.

¹⁷⁰ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. I Coríntios 12: 11-27: 12 . A transcrição desse texto encontra-se na nota 57.

CAPÍTULO III

A Faculdade Teológica Batista de Campinas e sua proposta educacional

A Faculdade Teológica Batista de Campinas é uma sociedade religiosa sem fins lucrativos, de caráter confessional batista¹⁷¹, tendo como finalidade ofertar cursos livres na área teológica voltados para a formação de pastores, de educadores cristãos e obreiros, que são as três categorias genéricas existentes dentro das igrejas batistas. O pastor terá como responsabilidade primordial a condução espiritual de sua comunidade. O educador cristão atuará de maneira mais especializada na área de ensino da igreja e o obreiro, termo que designa o membro dotado de certo potencial e vontade de trabalhar mais intensamente em sua comunidade, será encaminhado para aperfeiçoamento em cursos avulsos, sem o compromisso mais profundo das duas funções anteriores. Alguns objetivos são destacados como integrantes do conteúdo e da finalidade da Faculdade Teológica Batista de Campinas: (a) estudos de assuntos filosóficos, sociológicos, educacionais e missiológicos a ela correlatos¹⁷²; (b) preparo acadêmico/intelectual; (c) desenvolvimento emocional e espiritual; (d) treinamento prático para o exercício do ministério cristão¹⁷³.

1. Os objetivos educacionais para o corpo discente

A Faculdade Teológica tem como sua clientela preferencial os vocacionados das igrejas batistas, aceitando alunos de outras denominações evangélicas em seus cursos, todavia privilegiando em seu currículo as doutrinas e

¹⁷¹ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. **Estatuto**. Art. 3º.

¹⁷² Id., Art. 1º.

¹⁷³ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. **Manual 2000**. “Apresentação”, 2000.

práticas dos batistas. Com relação aos demais alunos, é considerado:

“(...) como aluno evangélico, todo aquele que aceite a autoridade das Escrituras, a divindade de Cristo e a Salvação pela graça através da fé, e não tenha atitude proselitista.”¹⁷⁴

A inclusão do termo “proselitista” denota a preocupação em resguardar tanto o caráter confessional dos cursos, como também as relações internas entre os alunos, e destes com o corpo docente, evitando qualquer questionamento doutrinário mais insistente, ou um comportamento constrangedor pela não aceitação do conteúdo do curso, dependendo seu ingresso da concordância dessa norma.

A Faculdade Teológica Batista de Campinas tem como proposta inicial a formação do aluno em áreas que ela classifica como do “ser”, do “saber” e do “fazer”. Depreende-se desta afirmação a correspondência do ser com o indivíduo e seu caráter, do saber com o conhecimento desenvolvido pelas várias ciências, e relacionáveis com o campo da teologia, e do fazer com a prática pastoral, aplicada aos ministérios onde o pastor atua. Outro objetivo da Faculdade Teológica é “combinar conhecimentos, atitudes, valores e habilidades com uma *“vida piedosa, a fim de que estes elementos combinados no obreiro sejam usados por Deus para capacitar a Igreja a cumprir sua missão na sociedade”¹⁷⁵*. O sentido de legitimação dessa mistura de qualidades se dá na vida piedosa, que demonstrará e estimulará sua comunidade a progredir em suas atividades, através de seu exemplo de leitura e conhecimento bíblico, de oração, de comunhão íntima com Deus, de disciplinamento do tempo e das finanças, de comportamento exterior humilde e amoroso. Esse leque de qualidades deverá ser desenvolvido em três momentos: na vivência da igreja local, antes do ingresso no curso teológico, na concomitância dessa vivência com o curso teológico, e no ministério efetivo frente a uma comunidade, agora na condição de pastor:

¹⁷⁴ Documento “Deliberação Alunos Evangélicos”. Faculdade Teológica Batista de Campinas, 11/03/1982. Aprovado pela Junta de Educação Teológica em 09/03/1982.

¹⁷⁵ Documento “Ante-projeto de Objetivos Educacionais”. Faculdade Teológica Batista de Campinas.

“ O núcleo da fé pietista consiste na “experiência com Cristo” e o cultivo de sua presença. (...) O cultivo da presença do Cristo sofredor mantém viva a premência do pecado, assim como a certeza do amor e do perdão.”¹⁷⁶

Assim, o sentido reformador do caráter dos alunos é moldado segundo o entendimento religioso e institucional da denominação batista, do que seja um “bom pastor”, evidenciado pela relação “ser-vida piedosa”. A reforma do caráter do aluno está incluída como parte dos objetivos da instituição, voltadas a um determinado perfil de futuro pastor, que será moldado no período do curso. Nos anos 80, essa iniciativa reformadora do caráter ganha maior expressão através do rigor das normas comportamentais, exigidas dos alunos em sua vida institucional, e ratificando paralelamente a existência de uma vida acadêmica destinada ao pastoreando, para além do pietismo:

“(...) insistimos em que expressões amorosas, tais como beijinhos, abraços e andar abraçados, não são apropriados e nem recomendam bem, dentro do ambiente da Faculdade.”¹⁷⁷

“(...) não se compreende, nem se aceita, a possível existência de “rodinhas”, de “grupinhos” ou de “casaizinhos”, gastando o tempo em conversas. (...) Se não houver aula, use-se o tempo para leitura , estudo e pesquisa na Biblioteca, ou para descanso em casa.”¹⁷⁸

Parte do rigor também estava evidenciado pela obrigatoriedade da realização de testes psicotécnicos, tendo por objetivo “o conhecimento da personalidade de cada um”¹⁷⁹. Os testes eram realizados na primeira oportunidade por ocasião da admissão do novo aluno. Conhecer, vigiar (o indivíduo e o seu

¹⁷⁶ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1995, p. 74.

¹⁷⁷ Documento “Edital Namoro”. Faculdade Teológica Batista de Campinas, 07/08/1980.

¹⁷⁸ Documento “Edital Aproveitamento do Tempo”. Faculdade Teológica Batista de Campinas, 07/08/1980

¹⁷⁹ Documento “Deliberações Acadêmicas”. Faculdade Teológica Batista de Campinas, 24/06/1982.

tempo) e moldar são preocupações recorrentes e características desse período, consequência do puritanismo batista e da necessidade de afirmação dentro da própria denominação da nova “casa de profetas” que se instalava¹⁸⁰.

A boa capacidade de comunicação¹⁸¹, não restrita apenas ao púlpito, mas estendendo-se para o lidar diário na comunidade local como qualidade ministerial, e como instrumento para o gerenciamento de projetos e atividades ali desenvolvidos, está incluída como essencial na atividade pastoral. O período do curso teológico é fundamental para o aprendizado do que se pode chamar de socialização eclesiástico-pastoral do aluno, pois a fala, a afetividade e a interação com o outro, colocadas em um conjunto ainda maior de qualidades, podem ser consideradas como elementos determinantes de sua aceitação pela futura comunidade. Comunicar-se bem, expressando tolerância, empatia, urbanidade e compreensividade, aproximará mais o pastorando do perfil de “pastor apascentador”.

Já na década de 90, os testes psicotécnicos e as exigências comportamentais desaparecem, deslocando o esforço modelar do caráter para o conteúdo do curso teológico, investindo-se para isto no conhecimento bíblico e teológico transmitido por disciplinas específicas, sendo suficiente para transformar o pensar e, conseqüentemente, o agir do pastorando: “*Que as matérias eletivas focalizem estudos de livros bíblicos, tendo em vista a formação de caráter*”¹⁸².

O objetivo da Faculdade Teológica Batista de Campinas, através de seu curso superior em teologia, não é formar o teólogo, mas sim o pastor, que desempenhará a função do ministério pastoral em uma igreja local, por conta da visão missionária enraizada historicamente na denominação batista:

¹⁸⁰ WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 5ª ed., São Paulo: Pioneira, 1987, p. 112. Weber diz que “(...) A perda de tempo através da vida social, conversas ociosas, do luxo, e mesmo do sono além do necessário para a saúde – seis, no máximo oito, horas por dia – é absolutamente indispensável do ponto de vista moral. (...) toda a hora perdida no trabalho redundará uma perda de trabalho para a glorificação de Deus.”

¹⁸¹ Documento “Ante-projeto de Objetivos Educacionais”. Faculdade Teológica Batista de Campinas.

¹⁸² FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório Administrativo, período de nov-91/fev-92.

“(...) nós temos uma cultura muito missionária, isso inclusive atrela o objetivo da Faculdade aos objetivos desse projeto missionário, quer dizer, as instituições teológicas e educacionais de um modo geral da Convenção são agências missionárias.”

“(...) Então o pastor, na verdade, vai para uma comunidade e é um missionário da comunidade, quer dizer, ele lidera a igreja com esta finalidade, evangelização, formação da estrutura da própria igreja, etc. É um trabalho muito mais prático, para esta finalidade.”¹⁸³

O entendimento do caráter missionário não está restrito ao envio de pessoas a um lugar distante para principiar um trabalho evangelístico expansionista, que posteriormente se transformará em uma igreja, mas deve incluir o conceito do pastorado de uma igreja local como uma missão, sendo o pastor, nesse sentido, um missionário, mesmo porque, do ponto de vista temporal, o pastor é transitório, e a igreja permanece, recebendo outro em seu lugar.

2. Cursos e Currículos

Pela centralização da presente pesquisa no estudo da formação de pastores batistas, o curso de teologia terá atenção privilegiada sobre os demais, por seu papel legitimador da função pastoral nas igrejas batistas.

Atualmente, são oferecidos os seguintes cursos:

¹⁸³ Entrevista concedida ao autor por Natanael Gabriel da Silva, Diretor da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 21/10/2000.

- ? Bacharelado em Teologia, com habilitação em:
 - Ministério Pastoral
 - Educação Cristã
 - Missões
- ? Médio em Música Sacra
- ? Treinamento de Líderes em Ministérios (cursos avulsos)

A matrícula de um aluno para ingresso em um dos cursos oferecidos dependerá do preenchimento de alguns requisitos comuns, que possuem um caráter restritivo baseado principalmente na confessionalidade evangélica e filiação à igreja local, e não em sua condição intelectual e acadêmica somente. Em resumo tem-se os seguintes requisitos: “(a) ser membro de uma igreja evangélica, e ser batizado há dois anos; (b) possuir “Carta de Recomendação” de sua igreja local, atestando suas condições morais, emocionais, de capacidade de liderança, etc.; (c) ser assistido por seu pastor, o qual fará declaração pessoal sobre as condições do candidato; (d) memorial descritivo do aluno, descrevendo sua “Conversão”; (e) memorial descritivo do aluno, sobre sua “Chamada ao Ministério”. Exclusivo aos que desejarem o pastorado; (f) apresentar certificado de conclusão do 2º grau, ou diploma de curso superior, e respectivos históricos; (g) preenchimento de “Formulário de Informações Pessoais”, assinatura de “Contrato de Prestação de Serviços”, acompanhados de requerimento dirigido ao Diretor da Faculdade; (h) participar da semana de orientação aos novos alunos.”¹⁸⁴

Esses requisitos ratificam a clientela evangélica para a qual os cursos estão destinados, ao mesmo tempo em que são questionáveis quanto à fragilidade de suas exigências, dado o grau de subjetividade que as envolvem, portanto difícil em sua avaliação. O candidato possui três momentos para essa avaliação, voltados a aspectos diferentes de sua vida pessoal e religiosa. Será avaliado:

¹⁸⁴ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. **Manual 2000**. “Requisitos para a Matrícula no Bacharelado em Teologia”, 2000

- ? Pela igreja local com a emissão da “Carta de Recomendação”: a votação da recomendação do candidato é coletiva, portanto, em assembleia da igreja local, o que já traz grande dificuldade na avaliação de aspectos morais ou emocionais, uma vez que o princípio ético da exposição do indivíduo e de seus eventuais problemas entra em jogo. Ademais, as relações familiares e de amizade internas à igreja local para com o candidato já estão definidas fortemente, ficando difícil qualquer contestação de indicação.
- ? Pelo pastor da igreja local, com a declaração pessoal sobre as condições do candidato: as duas ocorrências básicas nessa situação são a confirmação, ou não, das condições do candidato pelo pastor. A não confirmação desencadeará na igreja, e até mesmo fora dela, dada as relações do candidato fora dos muros da igreja, um processo de confrontação que envolverá o candidato, o pastor, a igreja e seus grupos representativos e familiares. Como as condições do candidato, muitas das vezes, é colocada em segundo plano em relação ao sentimento geral quanto a sua vocação, esta prevalece sobre qualquer possível crítica ou barreira a seu encaminhamento, salvo situações impeditivas graves e de conhecimento geral pela comunidade, a ponto de falarem por si mesmas.
- ? Pelo próprio candidato, com a apresentação de memorial descritivo de sua “Conversão” e “Chamada Ministerial”: essa parte do processo de encaminhamento do candidato contém maior carga de subjetividade, pois o que se leva em consideração, por hipótese, é a relação subjetiva do sujeito com o seu Deus. Quanto à chamada, também se tem duas correntes, uma que considera a experiência religiosa como motivada divinamente, e outra como opção pessoal. A Igreja Batista, majoritariamente, considera a conversão e chamada como divinos.

Além desses três requisitos, o candidato deverá prestar um exame de suficiência em Língua Portuguesa, devendo alcançar nota 7,0 (sete) para sua

dispensa, ou então será convocado a cursar três semestres para nivelamento dentro da disciplina. O candidato possui apenas uma oportunidade para este exame, em data fixada pela direção. Exceção é feita ao candidato transferido de outro seminário, faculdade ou universidade, ou que já possua curso superior completo, submetendo seu currículo escolar ao professor da disciplina, que emitirá parecer sobre a dispensa. A grade curricular ainda exige que o aluno cumpra 2 (dois) créditos referentes a Conferências Teológicas, que são oferecidas anualmente, devendo, portanto, participar de duas conferências ao longo do curso, e a realização de 6 (seis) créditos de estágios, sendo 4 (quatro) créditos em estágios eclesiais e 2 (dois) créditos em estágios específicos, conforme a área de opção do aluno¹⁸⁵.

O corpo administrativo e pedagógico da Faculdade Teológica Batista de Campinas é composto atualmente pelos cargos de Diretor, Capelão, Coordenador Acadêmico, Secretária, Auxiliar de Secretaria, Bibliotecária e Auxiliar de Bibliotecária, além dos funcionários alocados para a limpeza e serviços gerais, sendo as demais necessidades supridas através da terceirização de serviços, principalmente os de manutenção.

A estrutura inicial, proposta aos cursos, ainda permanece com poucas alterações, que ficam restritas à substituição ou acréscimo no rol de disciplinas, implantação de estágios, cursos avulsos ministeriais e acompanhamentos de caráter acadêmico e pessoal aos alunos, conforme se verá à frente. A Faculdade Teológica Batista de Campinas distribui o curso de teologia em 8 (oito) semestres, considerando 16 semanas de aula para cada semestre, adotando o regime de créditos, correspondendo cada crédito a uma hora-aula em classe, sendo obrigatória a frequência às aulas.

Os cursos são noturnos, com dois períodos de aula, que muitas vezes ocupam duas hora-aula, com o propósito pedagógico de aumentar o tempo de exposição do conteúdo, e otimizar o deslocamento de um menor número de docentes em um mesmo dia de aula, dada a pequena estrutura e recursos da instituição. As aulas são ministradas de segunda a sexta-feira, no horário das 19

¹⁸⁵ Idem, “Bacharel em Teologia”.

horas às 22:30 horas, divididos em dois períodos, e entremeados por um culto e um intervalo.¹⁸⁶

ATIVIDADE	HORÁRIO
? Primeiro período – duas aulas	19h 00min – 20h 25min
? Culto	20h 25min – 20h 45min
? Intervalo	20h 45min – 21h 05 min
? Segundo período – duas aulas	21h 05min – 22h 30 min

O culto diário é uma atividade extra-classe, porém sem direito a créditos, tendo como peculiaridade uma quebra maior entre os períodos de aula por seu encadeamento com o tempo do intervalo. Esse período maior rompe com a tensão das aulas extensas e com o desgaste aos alunos, que dividem seus estudos com o trabalho. Assim, beneficia-se aqueles que possuem uma terceira jornada de atividades.

O culto abre oportunidade aos alunos, principalmente aos ultimoanistas, aos docentes da casa, aos missionários e aos pastores das igrejas locais da região de Campinas, de ocuparem o púlpito para a pregação ou palestras. Esse momento cumpre também seu papel pedagógico, à medida que os alunos podem conviver com um grande número de pessoas envolvidas em diferentes trabalhos ministeriais, além de exercitarem-se especificamente no ministério da palavra, observando-se a composição mais homogênea do grupo formado por outros alunos, por docentes e pastores de igrejas, em uma estrutura diferente da igreja local. A vivência do culto contribui para o aperfeiçoamento do caráter cristão do aluno e para a construção do perfil futuro pastor, através da afirmação da ortodoxia e das práticas exercidas dentro do modelo batista tradicional.

Inicialmente, a Faculdade Teológica Batista de Campinas ofereceu os cursos de Bacharel em Teologia e Bacharel em Teologia com Especialização em Educação Religiosa, denominados internamente como Teologia e Educação Religiosa. O curso de Teologia possui ênfase ministerial, voltado ao preparo do

¹⁸⁶ Idem, “Apresentação”.

futuro pastor, cuja atividade se dará frente a uma igreja local. O de Educação religiosa encontra no campo do ensino religioso, também dentro da igreja local, seu espaço de atuação. Devido à tradição da igreja batista e do protestantismo em valorizar a ordenação masculina à função pastoral, o curso de Educação religiosa sempre possuiu maior número de mulheres, em detrimento ao curso de Teologia. Na verdade, a interseção disciplinar dos dois cursos é grande¹⁸⁷, por consequência seu conteúdo também, devendo a existência de cursos tão similares ao caráter político e velado da questão do espaço da mulher dentro das atividades da igreja batista. O curso de Teologia não é vedado às mulheres, todavia a tradição batista conduz para a orientação de que o curso de Educação Religiosa estaria desenvolvido especialmente para as características femininas e para seu espaço de ocupação, considerando-se o não reconhecimento da ordenação feminina nas igrejas batistas do Brasil. Em 1984, o curso de Bacharel em Teologia com Especialização em Educação Religiosa passa a denominar-se curso de Bacharel em Educação Religiosa¹⁸⁸, perdendo o *status* que a expressão “Bacharel em Teologia” proporcionava. Comparativamente, o curso de Teologia abarca a possibilidade de o aluno desenvolver atividades na área da Educação Religiosa, não valendo a recíproca, pois o pastorado requer para seu desempenho, obrigatoriamente, a formação teológica. Por conta dessa especificidade, a função do educador religioso é frágil dentro da igreja batista, pois mesmo que haja o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação-MEC, as funções do ministério pastoral, por tradição, não são a ele destinadas. Em sua prática na igreja local, ele é obrigado a buscar uma atividade secular no mercado de trabalho, que garanta seu sustento, e esse mercado por sua vez, também não o reconhecerá adequadamente, pela falta de correspondência ou interesse do conteúdo proporcionado pelo curso ao aluno.

O curso de Educação Religiosa passa outra alteração em 1995, sendo denominado curso de Bacharel em Teologia com habilitação em Educação Cristã,

¹⁸⁷ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Grade Curricular–1978.

¹⁸⁸ Documento “Comunicado Curso de Bacharel em Educação Religiosa”. Faculdade Teológica Batista de Campinas, 20/02/1984 e Relatório da Faculdade Teológica Batista de Campinas. à Junta de Educação Teológica, em 13/03/1984.

restaurando novamente sua posição inicial. Dessa forma, possibilita-se a inserção profissional nos ensinos fundamental e médio no eventual reconhecimento pelo Ministério da Educação. Há agora uma aproximação e correspondência maior com o mercado de trabalho, pois os termos Teologia e Educação Cristã possuem maior universalidade quando colocados a concorrer dentro do sistema educacional brasileiro.

O curso de Teologia sofreu quatro alterações curriculares desde seu início em 1978. A primeira ocorreu em 10 de dezembro de 1981, com aprovação do corpo docente da Faculdade Teológica Batista de Campinas, e da Junta de Educação Teológica (atual Conselho de Educação Teológico e Ministerial) da Convenção Batista do Estado de São Paulo¹⁸⁹. As principais alterações por área de ensino foram:

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS	
Alteração curricular – 1981	
ÁREA BÍBLICA	
Disciplina	Alteração
Grego e Hebraico	Redução de 6 para 4 créditos
Geografia Bíblica e Arqueologia Bíblica	Fusão com acréscimo de Crítica Bíblica, em disciplina denominada Introdução Bíblica
Métodos de Estudo bíblico	Reintrodução
Velho Testamento, Estudos no Velho Testamento e Exegese do Velho Testamento	Substituição do termo Velho por Antigo

¹⁸⁹ Documento “Alterações sugeridas no currículo da Faculdade Teológica Batista de Campinas, pelas quatro áreas de ensino”, 02/12/1981.

ÁREA TEOLÓGICO-FILOSÓFICO-HISTÓRICA	
Disciplina	Alteração
Patrística e Protestantismo	Criação da disciplina, 2 créditos
Filosofia	Nomenclatura alterada para Introdução à Filosofia, com aumento de 2 para 4 créditos
Sociologia II	Criação da disciplina, 2 créditos
Psicologia Geral	Nomenclatura alterada para Introdução à Psicologia
Teologia Bíblica do Velho Testamento	Nomenclatura alterada para Teologia Bíblica do Antigo Testamento

ÁREA PRÁTICO PASTORAL	
Disciplina	Alteração
Evangelismo II	Criação da disciplina
Pragmática Eclesiástica	Substituição: em lugar da disciplina Administração Eclesiástica e Legislação
Métodos de Trabalho Científico	Nomenclatura alterada para Metodologia de Pesquisa

ÁREA DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA	
Disciplina	Alteração
Ministério de Música	Aumento de 2 para 4 créditos
Educação Religiosa do Adolescente e do Jovem	Nomenclatura alterada para Educação do Adolescente
Educação Religiosa do Adulto	Nomenclatura alterada para Educação Religiosa do Jovem e do Adulto
Educação Religiosa	Nomenclatura alterada para Introdução à Educação Religiosa
Pedagogia Geral	Nomenclatura alterada para Introdução à Pedagogia
Administração Social e Recreativa	Criação da disciplina
A Arte de Contar Histórias	Criação da disciplina

Das alterações pode-se considerar como mais significativas a criação da disciplina Protestantismo e Patrística – por sua importância histórica e teológica,

relacionando os pais da igreja, sua história, pensamento e propostas, com o protestantismo, seus representantes, seu movimento na Alemanha, Inglaterra e o protestantismo Continental¹⁹⁰ – Sociologia II, com a abordagem de aspectos históricos e filosóficos do capitalismo, socialismo, comunismo, fascismo, nazismo e cooperativismo, sempre confrontados com a interpretação batista à luz de sua ortodoxia. As demais deram-se por ajustes de nomenclatura, aglutinação de disciplinas como Geografia Bíblica e Arqueologia Bíblica e alteração de créditos.

A segunda alteração se deu em 1993¹⁹¹, promovendo-se as seguintes mudanças:

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS	
Alteração curricular – 1993	
ÁREA BÍBLICA	
Disciplina	Alteração
Metodologia da Pesquisa	Criação da disciplina, 2 créditos
Panorama Bíblico	Criação da disciplina, 2 créditos

ÁREA TEOLÓGICO-FILOSÓFICO-HISTÓRICA	
Disciplina	Alteração
Problemas Brasileiros	Exclusão do currículo
Patrística e Protestantismo	Exclusão do currículo

¹⁹⁰ Documento “Programa da Cadeira de Patrística e Protestantismo” da Faculdade Teológica Batista de Campinas, 1981.

¹⁹¹ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Relatório Administrativo, período de nov-91/fev-92.

ÁREA PRÁTICO PASTORAL	
Disciplina	Alteração
Avivamentos na Bíblia	Exclusão do currículo
Aconselhamento Sexual	Criação da disciplina, 2 créditos
Missões e Contextualização	Criação da disciplina, 2 créditos

ÁREA DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA	
Disciplina	Alteração
Conjunto Coral	Incorporação pela disciplina Ministério de Música
Ministério de Música II	Ampliação da disciplina, 2 créditos
A Arte de Contar Histórias	Exclusão do currículo

A inclusão da disciplina Metodologia da Pesquisa torna-se importante, pois trata-se de disciplina fundamental à formação acadêmica no período da graduação, independente da natureza do curso. O curso Panorama Bíblico foi incluído à época como disciplina eliminável, ganhando caráter nivelador aos novos alunos ingressantes devido aos diferentes graus de conhecimentos obtidos em suas vivências dentro das igrejas locais e Aconselhamento Sexual e Missões e Contextualização passaram a fazer par respectivamente com Aconselhamento e Missões, com a finalidade de abordar com maior profundidade aspectos avaliados como relevantes ao ministério pastoral e aos que se lançassem ao trabalho missionário.

A próxima alteração curricular se deu em 1995, quando o curso de Teologia passou de 4 (quatro) para 5 (cinco) anos, modificando-se respectivamente de 128 créditos para 166 créditos¹⁹² totais e ampliando em dois semestres o tempo para sua integralização. A principal motivação para essa alteração foi o número de alunos que acumulavam os estudos com o trabalho, muitos deles morando em outras localidades, que, por conseqüência, acabavam por não cumprir o número

¹⁹² Documento “Currículo do Curso de Bacharel em Teologia”, 1995.

de créditos sugeridos para cada semestre, terminando o curso em cinco ou seis anos. A direção e o corpo docente decidiram então ampliar em dois semestres o curso, com a finalidade específica de proporcionar uma carga menor de aulas por semestre, aliviando o aluno em suas obrigações acadêmicas, uma vez que a maioria se enquadrava nessa situação. Todavia, da mesma forma em que o número de semestres foi ampliado, o de créditos e disciplinas também, fazendo com que o aluno permanecesse na mesma condição anterior quanto à carga de trabalho e, muito pelo contrário, efetivamente tornou as exigências do curso maiores. A dificuldade anterior acabou por reproduzir-se, levando os pastorandos a concluir o novo currículo em seis ou sete anos:

"(...) já havia uma necessidade de se repensar o currículo e a realidade, naquela época, da nossa Faculdade, era que os nossos alunos nunca se formavam em quatro anos sempre levavam cinco ou seis anos, porque não podiam fazer todas as noites, e o currículo de 128, encaixava direitinho em quatro anos, mas eles cumpriam em seis, em cinco, e aí nós pensamos o seguinte: já que eles cumprem em cinco anos, vamos fazer um curso para cinco anos. (...) então vamos fazer um currículo para cinco anos, só que superlotamos esse currículo, e o aluno leva seis, sete anos."¹⁹³

O currículo de 166 créditos também alterou a distribuição de disciplinas entre as áreas Bíblica, Teológico-Filosófico-Histórica, Prático Pastoral e Educação Religiosa, introduzindo duas grandes divisões, que são Disciplinas Fundamentais, comuns a todos os cursos, e as Disciplinas Específicas, exclusivas de um curso. Compõem ainda o currículo as disciplinas optativas, oferecidas e escolhidas de acordo com o interesse pessoal do aluno, as Conferências Teológicas, oferecidas anualmente, e os estágios. A lógica anterior privilegiava o estabelecimento de áreas, através de um grande e único currículo, devendo o aluno escolher as

¹⁹³ Entrevista concedida ao autor por Gecy Mary Pereira, Coordenadora Acadêmica da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 20/10/2000.

disciplinas que comporiam seu curso. A nova divisão separou e personalizou os currículos por cursos, fazendo com que o aluno enxergue antecipadamente e com mais clareza o corpo de disciplinas a ser cumprido. Soma-se a isso a introdução do curso superior de Missões, contendo disciplinas específicas que não produzem um perfil tão diferente do pastoral, proporcionado pelo curso de Teologia. Os 166 créditos estariam, então, divididos da seguinte forma:

	CRÉDITOS POR CURSO		
	Teologia	Educação Cristã	Missões
Disciplinas Fundamentais	110	110	110
Disciplinas Específicas	6	6	6
Disciplinas Optativas	8	10	12
Conferências Teológicas	42	40	38
TOTAL DE CRÉDITOS	166	166	166

A maior inovação estaria na introdução dos estágios para os cursos superiores. Todos os cursos possuem os Estágios Eclesiásticos I, II, III e IV incluídos nas disciplinas fundamentais. Nas disciplinas específicas, o curso de Teologia possui os Estágios Pastorais I, II, III e IV, o de Educação Cristã os Estágios Educacionais I, II, III e IV, e o de Missões os Estágios Missionários I, II, III e IV. Cada estágio específico procura proporcionar ao aluno vivência prática de campo, devendo cumprir todas as atividades propostas para sua aprovação, o que se dará em uma igreja local:

ESTÁGIO ECLESIAÍSTICO I¹⁹⁴	ESTÁGIO ECLESIAÍSTICO II
Ensino:	Ensino:
? Escola Bíblica Dominical: observar e avaliar 2 (duas) classes;	? Novos convertidos: observar e avaliar duas aulas para novos convertidos
? Juniores (9 a 12 anos): ministrar uma aula. Outra pessoa deverá preencher o relatório do observador	? Estudo para adolescentes (12-17 anos): preparar e realizar um estudo para adolescentes. Outra pessoa deverá preencher o relatório do observador
Evangelismo e discipulado:	Evangelismo e discipulado:
? Evangelismo Pessoal: evangelizar uma pessoa	? Evangelismo pessoal: apresentar o plano de salvação para um jovem e um adolescente
? Reunião de Estudo Bíblico: participar de uma reunião de estudo bíblico para não crentes	? Distribuir folhetos: durante o semestre, entregar 50 folhetos, realizando o respectivo evangelismo
Missões:	Missões:
? Culto de Missões: observar e avaliar um culto com ênfase missionária	? Orar por missões: orar por dois meses, cada dia por um país ou povo
? Carta para Missionário: escrever para um missionário no Brasil ou exterior, conhecendo seu trabalho	? Mural missionário: Confeccionar um mural missionário em sua igreja local, com fotos, artigos, pedidos de oração, etc
Culto:	Culto:
? Reunião de oração: observar e avaliar 2 (dois) cultos de oração de sua igreja;	? Profissão de fé: observar e avaliar um culto de “profissão de fé”
? Culto com ênfase especial: observar e avaliar um culto especial (páscoa, aniversário, etc);	? Dirigir um culto: dirigir um culto em sua igreja local
Música:	Música:
? Música na Igreja: anotar todas as músicas cantadas na igreja durante o culto matutino e noturno de um domingo;	? Entrevista: entrevistar uma das pessoas responsáveis pelo louvor em sua igreja local
? Apresentações especiais: observar e analisar musicais especiais na igreja local, nos cultos matutinos e noturnos de um domingo;	-

¹⁹⁴ Documento “Programa de Estágio Eclesiástico I”. Faculdade Teológica Batista de Campinas.

Visitação:	Visitação:
Visita evangelística: acompanhar uma visita evangelística;	? Visitar uma pessoa idosa: ir a casa de uma pessoa idosa para visitá-la
? Visita hospitalar: acompanhar a visita a um enfermo em um hospital;	
Pregação:	Pregação:
? Sermões: anotar os principais pontos e avaliar um sermão	-
? Culto de oração: dirigir um culto de oração	-

Esses estágios valem 2 (dois) créditos, sendo realizados no primeiro e segundo semestres cursados pelos alunos. As atividades são obrigatórias em sua totalidade, havendo um professor-orientador que auxiliará o aluno, incumbindo-se de receber os relatórios à medida que forem realizados. Os relatórios possuem um modelo, estando apostilados à disposição dos alunos, portanto dentro de um padrão predeterminado, perdendo-se em certa medida a possibilidade do próprio aluno construir seu relatório, e do documento ser um mecanismo de avaliação do aluno e de sua capacidade de elaboração e síntese.

Considerando-se que os alunos ingressantes, em sua maioria jovens, carecem genericamente de experiência, o que é natural nesta fase de vida, algumas das atividades propostas podem ser qualificadas como extremamente simples, estando na verdade incluídas no cotidiano do aluno, enquanto membro de sua igreja local, não lhe sendo acrescido nada mais denso ou diferenciado. A exigência de um tempo mínimo de conversão à fé evangélica, bem como de filiação a uma igreja local para ingresso nos cursos da Faculdade Teológica Batista de Campinas, reforçam a afirmação de que este aluno já vivenciou em sua vida cristã e eclesiástica situações mais fortes que aquelas oferecidas pelos estágios, seja no plano administrativo, pastoral ou eclesiástico, pela própria natureza congregacional de vida da igreja batista. Olhando-se para a composição denominacional batista, 38,2% dos membros foram criados dentro das igrejas batistas, e 74,4% destes se converteram até os 15 anos de idade. Dos que foram criados em outra denominação, 57,2% se converteram até os 20 anos de idade.

Quanto ao tempo de conversão, 65% está a mais de seis anos na igreja batista¹⁹⁵. Outro dado significativo, é que 35,5% dos membros freqüentam a igreja duas vezes por semana, e 35,4% freqüentam três vezes por semana, o que pode ser qualificado como uma participação ativa e comprometida com a comunidade em que estão inseridos¹⁹⁶. Esses dados podem ser atribuídos aos candidatos e futuros pastorandos da igreja local, com mais rigor do que ao membro comum, dada a qualidade de “vocacionado” que ele possui aos olhos da comunidade, e substanciada na maior freqüência com que participa da vida de sua igreja, pois sua condição gera expectativas de que ele realize um número maior de atividades, e ocupe mais cargos do que qualquer outra pessoa. Por isso as atividades propostas nos estágios acabam sendo mais suaves do que o lidar diário em sua igreja, que acabam requerendo dele um alto envolvimento, ao menos quantitativo. Nessa ótica, deve-se debruçar sobre os estágios no sentido da qualidade fornecida por suas atividades, pois uma quantidade significativa de atividades o pastorando já tem em sua própria igreja. As atividades que envolvem relatório de avaliação e observação requerem do aluno “respostas quanto aos aspectos positivos da atividade, as dificuldades e sugestões de forma e conteúdo”¹⁹⁷.

As atividades que poderiam ser consideradas no quadro acima, como de maior valor pedagógico, voltadas à futura prática pastoral, são as que exigem a liderança do aluno, como a direção de um culto ou a ministração de aulas ou palestras. Outras atividades mais nobres como, por exemplo, o desenvolvimento e implantação de projetos específicos, voltados às igrejas ou até mesmo regionais, elaborados por alunos de um mesmo curso, ou então à participação monitorada em processos decisórios de maior importância dentro da igreja local, não são vislumbrados. Poderia-se mesmo pensar em projetos ou pesquisas, de maneira que os alunos se envolvessem com a estrutura denominacional local ou estadual, a fim de conhecê-la, bem como o perfil e pensamento da igreja batista, de seus mecanismos decisórios e de sua política de atuação. Provavelmente o aluno virá a

¹⁹⁵ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**, 1997, p.58. Pesquisa realizada pela empresa Serviços de Pesquisa, Análise e Informações (SPAI).

¹⁹⁶ id., p. 61

¹⁹⁷ Documento “Apostilas dos Estágios Eclesiásticos I e II”. Faculdade Teológica Batista de Campinas, 2000.

conhecer essas realidades depois de muitos anos de prática no ministério pastoral, dependendo ainda de sua inserção e aceitação nos grupos que detêm e se alternam no poder denominacional. O distanciamento do membro da igreja local de questões fundamentais pertinentes à Igreja Batista atinge de igual forma àquele que venha se tornar aluno do curso de Teologia, e poderá ser diminuída no período de sua formação, mas de maneira geral permanecerá quando estiver à frente de sua comunidade local. Isto se dá pela pouca participatividade nas assembleias convencionais, principalmente de caráter nacional, por ocasião da Assembleia da Convenção Batista Brasileira¹⁹⁸, decorrente dos baixos salários pastorais¹⁹⁹, que não permitem cobrir os custos de deslocamento e hospedagem, e pelo desinteresse nos planos e decisões tomadas pela burocracia batista, de pouco alcance e pertinência para a vida da igreja local.

Os Estágios Eclesiásticos III e IV²⁰⁰ são realizados nos terceiros e quartos semestres, quando cada aluno terá um orientador na Faculdade Teológica Batista de Campinas, que é o elo de ligação com a igreja local, e um supervisor, de sua própria igreja, podendo ser o pastor ou um membro mais experiente, com a finalidade de auxiliá-lo no desenvolvimento prático de seu projeto, local, portanto, constituindo-se uma atividade extra-classe. O objetivo desse estágio é:

“(...) envolver o aluno com a realidade da igreja, de tal forma que ele tenha conhecimento da sua estrutura e funcionamento enquanto corpo dinâmico e vivo.”

¹⁹⁸ A Assembleia Anual da Convenção Batista Brasileira do ano 2000, ocorreu no mês de julho em Manaus. Um problema constante se liga ao fato de que as convenções nacionais não permitem a participação de pastores de determinadas regiões geográficas, pela distância e custos que envolvem.

¹⁹⁹ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**, 1997, p. 28. Pesquisa realizada pela empresa Serviços de Pesquisa, Análise e Informações (SPAI). Em São Paulo 66,7% dos pastores recebem até R\$ 2.000,00, sendo que 6,8% até R\$ 300,00, 10,3% de R\$ 300,00 a R\$ 500,00, 28,2% de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 e 21,4% de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00. Apenas 11,1% recebe acima de R\$ 2.000,00.

²⁰⁰ Documento “Apostilas dos Estágios Eclesiásticos III e IV”. Faculdade Teológica Batista de Campinas, 2000.

*(...) também vai proporcionar ao aluno um crescimento no lidar com as pessoas que constituem o grupo em que está desenvolvendo seu trabalho.*²⁰¹

Essa proposta de estágio deverá ter duração mínima de dois meses, dentro do semestre que ele estiver cursando a disciplina pertinente a ela, sob aprovação de seu orientador, que também cumpre o papel de orientação prática na construção do projeto, que especificará um recorte ministerial, através daqueles ministérios existentes na igreja local. A natureza do estágio pastoral está focada para a prática ministerial, uma vez que o aluno não só realizará uma proposta dirigida a esse ministério, mas trabalhará em seu desenvolvimento. Nesse aspecto, os estágios III e IV são mais envolventes e pedagógicos que os estágios I e II, exigindo que o aluno apresente o projeto sob determinada forma, que inclua um título, justificativa, objetivos, etapas, recursos, cronograma, e uma avaliação, orientada para a fase de implantação e execução do projeto. O aluno apresentará relatórios mensais, tanto na fase de planejamento como de implantação e execução, não só descrevendo suas atividades como também avaliando-as quanto às dificuldades encontradas e às soluções empregadas para cada situação. O supervisor avaliará a atuação do pastorando, seu relacionamento com a comunidade e o apoio nela encontrado para a efetiva consecução do projeto.

Os estágios pastorais, devido a sua obrigatoriedade, adentram no plano político interno da igreja local, iniciando-se pela criação de um espaço forçado, que independe da vontade pessoal do pastor da igreja ou de determinados membros, permitindo que a comunidade acompanhe a formação do pastorando mais de perto. O contato diferenciado com sua “clientela”, que nesse momento é sua igreja local, cumpre um papel legitimador, confirmando a vocação e sacerdócio do candidato, constituindo-se uma especificidade do universo religioso não encontrada em outros cursos seculares, principalmente porque envolve

²⁰¹ Documento “Carta ao Pastor”, in: “Apostilas dos Estágios Eclesiásticos III e IV”. Faculdade Teológica Batista de Campinas, 2000,.

elementos de afetividade, amizade e irmandade, somente ali presentes. Em certo sentido, o mau desempenho, por exemplo, é enxergado com tolerância, ao contrário do que ocorre em empresas públicas ou privadas, porque a vocação, a sinceridade, o desejo pietista em direção ao ministério, são considerados superiores a outros elementos objetivos de caráter cognitivo ou profissional. Essa maneira peculiar de leitura da vida eclesiástica explica, por sua transferência e incorporação ao modelo de educação superior batista, a adoção de um currículo que valoriza sobremaneira as disciplinas bíblicas e teológico-práticas, em consonância com seus objetivos educacionais de formação de pastores para igrejas locais, traduzindo assim sua filosofia e razão de existência.

O curso de Teologia com currículo de cinco anos atingiu aproximadamente 10 (dez) alunos, que deverão concluí-lo no ano 2000. Os demais alunos voltaram ao regime antigo de quatro anos.

Em 1998, o currículo de 166 créditos foi revisto, baixando-se o número total para 148 créditos²⁰², distribuídos em 8 (oito) semestres. As alterações reforçam o que pode-se chamar de núcleo bíblico, com a volta de Introdução ao Antigo Testamento e Introdução ao Novo Testamento, e a ampliação do Novo Testamento V, VI e VII. Também Ética Pastoral, Teologia do Ministério Pastoral e Teologia Contemporânea entram e contribuem com maior peso para a atuação do aluno em sua futura comunidade. Assim tem-se as seguintes alterações:

²⁰² Documento “Currículo do Curso de Bacharel em Teologia”, aprovado pelo corpo docente em 07/nov/1998. Faculdade Teológica Batista de Campinas.

CURRÍCULO CURSO DE TEOLOGIA 1998 - ALTERAÇÕES	
DISCIPLINAS INTRODUZIDAS	DISCIPLINAS RETIRADAS
Crescimento da Igreja II (Missões Urbanas e crescimento da igreja)	Cristianismo e Cultura no Brasil
Dinâmica da Vida Cristã II (Teologia da Oração)	Ética Cristã II
Filosofia Geral	Estágio Pastoral III
Hermenêutica	Estágio Pastoral IV
História do Cristianismo III (abrange História dos Batistas)	Filosofia da Religião
Introdução ao Antigo Testamento	Geografia Bíblica
Introdução ao Novo Testamento	Hebraico III
Métodos de Estudo Bíblicos	História da Teologia
Novo Testamento V	Homilética III
Novo Testamento VI	Introdução à Filosofia
Novo Testamento VII	Introdução à Psicologia
Psicologia Geral	Introdução aos Estudos Linguísticos
Seitas e Movimentos Modernos	Introdução Bíblica I
Teologia Contemporânea	Ministério Pastoral I (Filos. Ministério Pastoral)
Teoria Musical/Regência (teoria e regência)	Ministério Pastoral II (pragmática)
Ética Ministerial	Português IV
Teologia do Ministério Pastoral	Sociologia I
	DISCIPLINAS OPTATIVAS
	A Arte de Contar Histórias
	Autocompreensão I
	Autocompreensão II
	Disciplinas do Curso de Educação
	Disciplinas do Curso de Missões
	Estudos em Livros do Antigo Testamento
	Estudos em Livros do Novo Testamento
	Fundamentos Científicos da Comunicação
	Ministério com Estudantes
	Ministério da Mulher
	Outras disciplinas de interesse do curso
	Trabalho Dirigido na Biblioteca
	Ciência e Religião

As disciplinas optativas desaparecem completamente do currículo, ficando apenas as disciplinas fundamentais e específicas, o que faz com que o aluno perdesse parte da flexibilidade anterior. São ofertadas 8 (oito) disciplinas específicas e diferenciadas para os cursos de Teologia, Missões e Educação Cristã. Considerando-se as exigências ligadas ao número de créditos totais dos cursos, nesse currículo há 126 créditos comuns, que são as disciplinas fundamentais, e apenas 16 créditos específicos, de acordo com sua escolha, evidenciando a semelhança na formação proporcionada pelos três cursos oferecidos. Dada a natureza religiosa e confessional dos cursos, bem como a instrumentalização que ele proporciona ao pastor em sua relação com os membros da igreja local (a arena que se apresenta como mais comum em seu dia-a-dia) a ênfase maior em disciplinas bíblicas e de prática pastoral atende ao objetivo de amparo espiritual dos fiéis. Todavia, estes mesmos fiéis estão inseridos em sistemas sociais mais complexos, exigindo do pastor, para o atendimento de demandas voltadas a essas diferentes realidades, conhecimentos que hoje não estão incluídos nos currículos. Paralelamente, poderia-se investir mais em disciplinas vinculadas a outras ciências, como sociologia, antropologia, política e filosofia, em detrimento dos Estágios Eclesiásticos, mantendo-se os estágios específicos de cada curso e de disciplinas como Serviço Social, Seitas e Movimento Modernos, Teoria Musical/Regência, Música na Igreja, Introdução a Missões, que poderiam ser dadas na forma de conferências, cursos de pequena carga horária ou cursos de verão. O domínio elementar de conceitos e categorias ligadas a essas outras ciências sugeridas é de vital importância para a diminuição da alienação do pastorando e em sua introdução em um novo universo, ao qual ele teve pouco acesso, ou nenhum, através do ensino médio, porém essencial como ferramenta de interpretação e relação com os conceitos, valores e crenças do universo religioso.

Os Estágios Pastorais, Educacionais e Missionários foram reduzidos de quatro para dois estágios, sendo realizados concomitantemente por todos os alunos dos três cursos, sob a supervisão da direção da instituição ou de quem esta indicar. Os estágios incluem opcionalmente dois fins de semana completos,

ou uma semana, incluindo os dois domingos, ou ainda quatro domingos, envolvendo os períodos da manhã, tarde e noite.

Os trabalhos são realizados em uma missão ou igreja local da qual nenhum deles pertença, podendo ser em qualquer região do Estado ou do país, ficando as despesas por conta dos alunos, no que a Faculdade Teológica Batista de Campinas coloca-se como intermediária para obtenção do máximo subsídio possível por parte da igreja visitada, com relação à hospedagem e alimentação. Os trabalhos são enfatizados de acordo com o curso do aluno, sendo que os de Teologia pregarão e realizarão atividades ministeriais, os de Missões se concentrarão em pregações contextualizadas e atividades evangelísticas e os de Educação Cristã se envolverão com o ensino e treinamento. Os alunos participam de todas as atividades, planejadas com antecedência e submetidas à aprovação institucional.

Apesar de a maioria dos currículos terem incluído a disciplina Metodologia da Pesquisa, com exceção de 1978 e 1981, sua correspondência prática, através da exigência de uma monografia de fim de curso, deixa uma lacuna importante com relação ao conteúdo teórico apresentado. Algumas disciplinas solicitam dos alunos a redação de pequenas pesquisas teóricas, muitas vezes chamadas de monografias, sem o rigor metodológico que caberia também à Teologia. Sua elaboração poderia iniciar-se, por exemplo, nos dois últimos anos do curso, com o estabelecimento de um orientador e de temáticas relevantes à vida ministerial. Além da efetiva contribuição acadêmica, resultado dessas monografias, tal implantação evidenciaria a vocação de muitos alunos para a construção de um conhecimento decorrente de pesquisas de campo.

Vale recordar que os batistas se incluem no que se pode chamar de “Protestantismo de Missão”, cuja origem se deu através da iniciativa missionária dos batistas norte americanos, que tinham como características principais o pietismo e a visão salvacionista²⁰³. Nos primórdios da colonização batista, os missionários tiveram de cumprir não só a função evangelizadora a que se

²⁰³ AZEVEDO, Israel Belo de. **A Celebração do Indivíduo-A Formação do Pensamento Batista Brasileiro**. São Paulo: Ed. Unimep/Exodus, 1996, p. 13.

propunham, como também a de pastoreio das igrejas que foram se formando, na dedicação à atividade de ensino para a formação de uma liderança a partir da primeira safra de conversos no país. Inicialmente ensinavam nas casas, concentrando-se posteriormente nos colégios destinados à educação secular, até a implantação do primeiro Seminário Batista em Recife, em 1902 e do Seminário Batista no Rio de Janeiro, em 1907. O caráter eminentemente evangelizador imprimido por esses missionários, impregnou de tal maneira o pensamento e a ação dos primeiros crentes batistas e igrejas no Brasil, e construiu um padrão que se segue até hoje. Dessa forma, a igreja batista, apesar de não figurar entre as primeiras a chegar no país, logo despontou com seu rápido crescimento entre as denominações tradicionais já existentes²⁰⁴, e até mesmo entre as que se estabeleceram posteriormente. Muito desse progresso se deve à evangelização urbana exercida pelos batistas, estabelecendo igrejas preferencialmente em cidades estratégicas²⁰⁵, como Salvador-BA, Rio de Janeiro-RJ, Recife-PE, São Paulo-SP, Campos-RJ, Belém-PA, Vitória-ES e outras mais, em seus primeiros 20 anos de existência. Dessas cidades o movimento batista se irradiava e atingia grande número de pessoas, multiplicando em altas taxas suas comunidades e reforçando sua ênfase no ministério de evangelização, cujo olhar se voltou aos nossos sertões e às missões mundiais, à semelhança do que os próprios brasileiros haviam recém experimentado. A visão salvacionista, trazida pelos missionários americanos e acompanhada de uma forte atitude anticatólica, influenciou a filosofia e a política de formação dos pastores nacionais, traduzida no ensino superior teológico batista a partir de seus currículos e disciplinas. A apologia da fé, a oposição polemista ao Catolicismo Romano, a visão salvacionista, a evangelização urbana, a origem missionária da igreja e o caráter sectário dos batistas, formam o pano de fundo sobre o qual se constituirá a denominação no Brasil, e, por conseqüência, construirão o conteúdo educacional

²⁰⁴ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1995, p. 33. Curva de crescimento das seis maiores denominações protestantes, de sua chegada ao Brasil até 1930.

²⁰⁵ CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. Anais da 79ª Assembléia Anual. Quadro Histórico da Convenção Batista Brasileira, Goiânia-GO, 1998, p. 4.

de suas lideranças e bases. A estrutura que se configurava para igreja nacional reproduzia, portanto, a existente na outra América:

“Os missionários aqui reproduziram o modelo de igreja que conheciam e repetiram aqui a teologia que sabiam.

Como fizeram as outras denominações, à medida que as igrejas iam surgindo foram organizando a estrutura eclesiástica nacional, em torno de juntas executivas setoriais, mantida a independência de cada igreja local, segundo o princípio batista. O esforço cooperativo visava apoiar as igrejas locais em duas tarefas básicas: a captação e o treinamento de membros.

(...) Desde o século passado até agora o modelo permanece o mesmo, com algumas alterações.”²⁰⁶

Pode-se notar essa reprodução na ata de instalação da Primeira Igreja Batista na Bahia, quando os missionários Bagby e Taylor, com suas respectivas esposas, e o converso Antonio Teixeira de Albuquerque, registram os seguintes termos:

“(...) adotamos unanimemente a Confissão de Fé, chama-se “The New Hampshire” Confissão de Fé, como praticada geralmente pelas Igrejas Batistas (...)”

“(...) foi designado o 2º Domingo de cada mês para Ceia do Senhor, depois da pregação as 11 horas da manhã. Foi designado que haverá reunião da Igreja para oração e negócios da Igreja (...)”²⁰⁷

A Confissão de New Hampshire já consta como referência doutrinária para os batistas brasileiros em seu início, bem como o processo de culto, que até os

²⁰⁶ AZEVEDO, Israel Belo de. **A Celebração do Indivíduo-A Formação do Pensamento Batista Brasileiro**. São Paulo: Ed. Unimep/Exodus, 1996, p. 195.

²⁰⁷ Cópia da “Ata Primeira da Secção de Instalação da Primeira Igreja Baptista na Cidade da Bahia”. **Centenário da I Igreja Batista do Brasil**. Edição comemorativa, Salvador Bahia, 1982. A ata está assinada por Antonio Teixeira de Albuquerque em 10/05/1883.

dias de hoje – excluindo-se algumas adoções que possam aparentar avanços na sua forma e conteúdo – permanecem com elementos formais da Ceia, pregação, reunião de oração (geralmente em um dia no meio da semana) e a reunião de negócios, hoje também chamada de culto administrativo, na qual são decididas em assembléia as várias questões dessa natureza.

O perfil dos pastores egressos das instituições educacionais superiores batistas, sob a tutela das Juntas Educacionais ligadas à estrutura burocrática das convenções dos estados, atende à continuação do padrão e diretrizes iniciais, formando um matriz com forte ênfase em uma ortodoxia bíblica fundamentalista, reproduzida aos membros das igrejas locais, cumpre-se assim um ciclo de vital de manutenção de seu modelo, cristalizado em vários aspectos, porém realizando a função também de manutenção da identidade batista. A cristalização não se dá propriamente pela manutenção dos currículos e conteúdos dos cursos teológicos, mas pela manutenção do pensamento a respeito do fim e da natureza do ministério pastoral, da igreja e, de forma mais profunda, da razão da existência do homem e de seu relacionamento com Deus, que são repassados aos currículos.

Como comparação histórica de conteúdo, o Seminário Batista do Rio, apresenta em 1932 seu “Prospectos”, ou manual dos cursos para aquele ano, declarando como seu fim institucional:

“(...) proporcionar aos alunos que têm a convicção da sua chamada ao ministério evangélico, um preparo sólido tanto nas matérias teológicas, como também nas matérias superiores sociais, literárias e filosóficas.”²⁰⁸

Nessa época o Seminário Batista do Rio oferecia quatro cursos: curso Pré-Seminário (Curso Normal), com duração de cinco anos, curso Abreviado em Teologia, com duração de dois anos, curso de Bacharel em Teologia, com duração de quatro anos, e curso de Doutor em Teologia, com duração de dois

²⁰⁸ SEMINÁRIO BATISTA DO RIO. Programas de Ensino e Informações Geraes do Seminário Batista do Rio – Prospectos para 1932, p.2.

anos. Para admissão no curso de Teologia, o candidato precisaria ter as seguintes condições para a matrícula: “(a) recomendações de sua igreja local; (b) recomendação da Junta Estadual com a qual a igreja local coopera quanto a: (b1) saúde; (b2) atividade na causa; (b3) chamada ao ministério”.²⁰⁹

O currículo do curso de Bacharel em Teologia continha as seguintes disciplinas, divididas em três trimestres:

ANOS PARES	ANOS ÍMPARES
Introdução Bíblica I, II e III	Grego IV, V e VI
História da Filosofia I, II e III	Educação Religiosa I e II
Homilética I, II e III	Ética I e II
Teologia Pastoral I, II e III	Missões e Religiões I, II e III
Grego I, II, III	Novo Testamento I, II e III
Grego IV, V, VI	Teologia Sistemática I, II e III
Teologia Bíblica I, II e III	Velho Testamento I, II e III
Sociologia I e II	Exégese do Novo Testamento I, II e III, ou
História Eclesiástica I, II e III	Hebraico I, II e III
Exégese do Velho Testamento I, II e III, ou	
Hebraico IV, V e VI	

Ao se considerar as exigências de 1932 para entrada no curso de Teologia, sua declaração de finalidade em preparar o aluno para o ministério evangélico (pastoral) e sua ênfase curricular em disciplinas bíblicas, verifica-se que o modelo de educação superior teológica na atualidade permanece igual em essência, como também permanecem iguais as doutrinas, princípios e práticas implantadas pelas missões americanas, o modelo de culto e seus elementos principais, a educação superior teológica voltada ao ministério pastoral com valorização à ação evangelística, e toda a cosmovisão construída a partir do destino salvacionista da Igreja.

É preciso atentar para a contribuição das Faculdades de Teologia para a reprodução do sistema batista. Os ocupantes dos cargos na burocracia são, em

²⁰⁹ Idem, p. 2.

sua maioria, pastores imbuídos de um forte espírito de corpo, trabalhando antes de tudo para o “Reino de Deus” aqui na terra, como guardiões das doutrinas, práticas e costumes dados divinamente. A imutabilidade, considerada na teologia protestante como um dos atributos de Deus, é mal interpretada e transferida ao sistema burocrático, não exatamente no intuito de fazer a estrutura se manter imutável, mas como decorrência de encontrar nos que detêm este poder burocrático qualidade semelhante, transformando-os em guardiões das verdades bíblicas e doutrinárias, o que também é por eles assumido, reforçando o continuísmo da estrutura e seus valores via indivíduo ou grupos que pensam de maneira igual com relação a essa incumbência, que não é meramente humana e administrativa, mas sacerdotal. Forma e essência são confundidas, fazendo com que a não revisão de valores despreze os movimentos internos da Igreja Batista e os movimentos da sociedade. Pode-se perguntar, a título de exemplo, quais os grandes temas sociais com que a igreja evangélica tem se preocupado na atualidade, e quais as formas de expressão desta preocupação. O que se ensina, debate e escreve, e quais são os projetos decorrentes de tudo isto? Qual a pertinência dos projetos existentes com as reais necessidades das igrejas?

No currículo da educação teológica superior faltam os conteúdos necessários de aproximação da sociedade e dos sistemas que a compõem. Essa sociedade contém a sua “clientela”, que são os futuros conversos, e aí está centrada sua atuação enquanto igreja que possui uma missão e mensagem específica. O não acompanhamento dos movimentos da sociedade pela Igreja tem como conseqüência mais comum o seu distanciamento e a falta de um sentimento de pertença social, o que é sério, considerando-se a sociedade como o sistema mais inclusivo existente²¹⁰. Weber assinala com precisão essa característica dos batistas que perdura até hoje:

²¹⁰ EASTON, David. **Uma teoria de Análise Política**. Tradução de Gilberto Velho, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 76.

“(...) A estrita alienação do mundo, ou seja, de todo o intercuro desnecessário com pessoas leigas, juntamente com a mais estreita bibliocracia, no sentido de se tomar a vida das primeiras gerações de cristãos como modelo foram, os resultados para as primeiras comunidades batistas, este princípio de alienação do mundo nunca desapareceu inteiramente, enquanto permaneceu vivo o velho espírito.”²¹¹

Realmente, esse “bíblicismo” (interpretação literal das Escrituras) é orientada a construção do universo batista em todos os sentidos possíveis. Assim o “modelo bíblico” da igreja e os princípios que as regem se tornam o referencial para suas instituições. O princípio da autonomia, o privilégio de pastores para os cargos institucionais (em detrimento à exigência de conhecimentos específicos e profissionais em administração, finanças, educação, marketing, etc), o repúdio pelo contato com o secular e outras características que existem na igreja são transportados para toda a burocracia, que sofre um processo de divinização, pois representa Deus e seus desejos, assim como a igreja. Nesse processo, a forma se torna a essência e as mudanças estruturais passam a representar a alteração do próprio estabelecimento divino, daí sua continuidade.

A alternância histórica nos cargos de direção da Convenção Batista do Estado de São Paulo constitui outro elemento que se pode utilizar para evidenciar tal continuidade. A renovação de seus quadros, tomando-se como princípio a oportunidade para os mais novos, para pessoas que sob determinado paradigma possam ser qualificadas como lideranças emergentes no sistema batista, não ocorreu adequadamente. Quando algum novo nome surge e ascende à estrutura, ele sempre será ladeado por outros mais antigos e que representam a continuidade²¹², de forma que o “status quo” permaneça, dificultando assim

²¹¹ WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 5ª ed., São Paulo: Pioneira, 1987, p. 103.

²¹² Conforme Anais das Convenções Batistas do Estado de São Paulo.

qualquer inovação substancial e progressista. Nos órgãos burocráticos voltados para a questão da educação não é diferente.

3. Sobre a formação do caráter do pastor

Para se compreender o papel da Faculdade Teológica Batista de Campinas sobre o aluno é preciso o auxílio da lógica embutida no puritanismo batista, em que a moldagem a certo estereótipo é desejada. O estereótipo, por sua vez, está ligado à ortodoxia batista, à crença de que aquilo que se crê é o verdadeiro, e que o bom crente batista é aquele indivíduo que, observado em seus procedimentos e perguntado em sua fé, responde de acordo com esta expectativa.

É necessário também voltar à igreja local, onde esse enquadramento começa. Dificilmente a negação ou a atitude de rebelião com relação ao que se crê doutrinariamente ou aos costumes vigentes farão com que um membro que se sinta vocacionado seja assim visto. O pastor que ele será um dia pela legitimação do curso teológico deve ser enxergado potencialmente, em menor escala, em sua vida e atuação na igreja local, sendo esta uma condição indispensável para sua indicação. Todavia, a sistematização acadêmica de suas crenças se dará dentro do curso de teologia, pois ali ele dominará determinado conhecimento teológico e eclesiástico, e será treinado em sua linguagem e comportamento.

“Que é aprender a verdade? É fazer com que o pensamento individual – no nosso caso, o pensamento do converso – se ajuste à consciência coletiva. É necessário, portanto, corrigir a espontaneidade da consciência individual. A socialização ao mundo protestante não foge aos mecanismos presentes em todos os processos de socialização. Um certo tipo de coerção deve ser exercido sobre o

*indivíduo para que ele subordine sua consciência particular à consciência coletiva.*²¹³

A subordinação à consciência coletiva vale ao converso e deve se solidificar e perdurar no crente quando for considerado mais antigo na fé. Muitos dos pastorandos são jovens, tendo sua experiência de conversão na adolescência, portanto no auge de sua espontaneidade. Na verdade a nova crença exige o condicionamento da fala, do gesto, da roupa e de tudo o que possa aparentar aproximação secular e mundana. Aos candidatos ao ministério pastoral em especial, o universo batista submete-lhes, num primeiro momento, ao poder condicionado²¹⁴, subjetivo, cuja persuasão e convencimento de uma verdade religiosa e coletiva, estão presentes na igreja local. Em seguida, como pastorando, geralmente com a proximidade do final do curso, entra em cena o poder compensatório²¹⁵, aquele que acena com recompensas intimamente ligadas ao seu futuro mundo eclesiástico, como o reconhecimento especial a que estão sujeitos os “escolhidos” de Deus para o ministério, a possibilidade de ascensão na hierarquia eclesiástica, a detenção de um saber sagrado, o ingresso em um grupo seletivo formado por seus pares, a potencialidade de assumir o pastorado de igrejas cada vez maiores e o cumprimento das promessas de seu próprio imaginário. Nesse sentido, a Faculdade Teológica de Campinas, à semelhança das demais Faculdades e Seminários batistas, irá estabelecer o ciclo igreja local-ensino superior legitimador-igreja local, fazendo com que nessa passagem o aluno apresente as características necessárias à sua competição quando egresso do curso teológico.

A formação, no caso ministerial, e a reforma do caráter andam lado a lado e possibilitam a consecução do perfil pastoral desejado pelas igrejas batistas. O aluno poderá dominar consideravelmente os conhecimentos propostos pelo curso de teologia, poderá até mesmo se destacar, mas se não atender aos requisitos de caráter cristão solicitados pela denominação ou pelo conjunto das igrejas batistas

²¹³ ALVES, Rubem A.. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ed. Ática, 1979, p.130.

²¹⁴ GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do Poder**. 4ª ed., São Paulo: Ed. Pioneira, 1999, p. 25-38.

²¹⁵ Idem, p. 15-24.

que acreditam em um determinado modelo de pastor, ele enfrentará a resistência que põe à prova sua vocação. A formação e informação se darão através de disciplinas que instrumentalizem o futuro pastor em seu ofício diário dentro da igreja local, com ênfase no conhecimento e interpretação bíblica, na eclesiologia e na pregação. Das 63 disciplinas fundamentais ao curso de teologia atual²¹⁶, Didática, Filosofia Geral, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Geral e Sociologia Geral não possuem especificidade ministerial, mas um caráter mais geral. A reformação do caráter passa por disciplinas como Ética Cristã, Ética Ministerial e Teologia do Ministério Pastoral, mas a estratégia de fixação de valores vai além do conteúdo disciplinar, envolvendo a vida cotidiana acadêmica, através de atividades extra-aula, como os cultos, palestras e sermões, aconselhamento institucional dos alunos, capelania, acompanhamento e parecer do pastor da igreja local com relação às suas atividades na comunidade e estágios.

Essas atividades, somadas às aulas e à interação aluno-professor, alcançam objetivo semelhante aos curso seculares, que de alguma forma tentam moldar seus alunos à linguagem, comportamento e atitudes esperadas nas empresas, públicas ou privadas, minimizando o impacto que resultaria em lançá-lo abruptamente no novo universo. Não é suficiente conhecer o conteúdo teológico batista, é necessário conhecer o pensamento e comportamento batista, aculturar-se e se socializar para a nova vida, agora não somente dentro da comunidade, mas à sua frente, sacralizado na função pastoral. O aluno sofre dentro da Faculdade Teológica um processo de socialização semelhante que o neo-converso dentro da igreja local, só que voltado ao ministério pastoral e seu hermetismo. O seminarista passa por “iniciações e provas”, especialmente quanto a ser possuidor não só de uma fé confiável, como também de um caráter cristão, na sua profissão de fé e batismo, em sua conduta na igreja local até o momento de ser indicado como candidato ao curso pastoral, na avaliação de aspectos de sua conversão pela Faculdade Teológica para sua admissão, durante o curso teológico em aula e nas atividades extra-aula, em sua candidatura ao pastorado

²¹⁶ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Grade curricular-1998.

de uma igreja local por ocasião do concílio examinatório, e finalmente em seu ministério por resultados muitas vezes não qualitativos. O provar constante faz parte da mentalidade puritana, que exige a reafirmação da fé e explicitação material do caráter aceitável de um indivíduo ao ministério. Rubem Alves diz o seguinte sobre “a moralidade como fisionomia da salvação”:

“Crentes verdadeiros são somente aqueles que fazem a confissão ortodoxa da fé e se comportam segundo as normas estabelecidas pela Igreja. Se, por acaso, qualquer um destes dois critérios não se apresentar na vida de um indivíduo, ele não possui as condições para pertencer à comunidade. É a união destes dois elementos, conhecimento e moralidade, que define o tipo ideal de personalidade protestante, o homem “em Cristo”.”²¹⁷

É necessário ao pastorando ser reconhecido como “homem de Deus” em todo o tempo, e seu discurso deve corresponder à sua ação. A Igreja já apresenta essa moralidade pronta, ficando o fiel com o papel de assimilação, não de questionamento crítico. O questionamento pode existir, mas cumpre o papel de reforçar a ortodoxia através das respostas obtidas, que devem convergem para o que é sabido, para a conclusão já elaborada. O caráter cristão é trabalhado em direção à coletividade e suas crenças. Sobre o constante provar do líder carismático, no caso do pastor, e o risco de não ser nele encontradas as qualidades necessárias para a sua permanência frente à comunidade, Weber defende:

²¹⁷ ALVES, Rubem A.. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ed. Ática, 1979, p. 169.

“O líder carismático é então abandonado pelos seus seguidores, porém (somente) porque o carisma puro não conhece outra “legitimidade”, a não ser a advinda da força pessoal, ou seja, a que está sendo constantemente submetida a prova.”²¹⁸

4. O papel do Conselho de Educação Teológica e Ministerial (CETM)

O Conselho de Educação Teológica e Ministerial é o órgão responsável pela administração dos programas de educação teológica e ministerial da Convenção Batista do Estado de São Paulo, sendo composto por seis membros e dois suplentes com mandatos de dois anos. Os diretores das Faculdades a ela ligadas são considerados assessores, participando de suas reuniões, com direito a voz, mas não a voto²¹⁹. O Conselho estabelece, em resumo, as seguintes normas para eleição de seus membros: “(a) experiência na área de educação teológica e ministerial; (b) não cumprimento de mandatos consecutivos; (c) se possível, manter representação das Associações de Igrejas Batistas do Estado de São Paulo, seguindo o critério de revezamento e proporcionalidade em relação à demografia batista de cada região”.²²⁰

Quanto às suas atribuições, elas são voltadas exclusivamente à educação superior teológica: “(a) cumprir, ou fazer cumprir, por intermédio das Instituições subordinadas, os preceitos estabelecidos na Filosofia e Diretrizes da Convenção Batista do Estado de São Paulo; (b) estudar políticas de ação para a área; (c) homologar a indicação de professores feita pelos Diretores das Instituições na forma do Estatuto e regimento da respectiva Instituição”.²²¹

²¹⁸ WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, p. 287.

²¹⁹ Regimento Operacional do Conselho de Educação Teológica e Ministerial. Anais da 88ª Assembléia da Convenção Batista do Estado de São Paulo, 1996, p.242-246. Regimento aprovado em 17/11/94 pelo Conselho Geral.

²²⁰ Regimento Operacional do Conselho de Educação Teológica e Ministerial, Art. 1º e 2º.

²²¹ Idem, Art. 3º.

O Conselho realiza quatro reuniões ordinárias ao ano e tem em seus quadros um Relator e um Secretário por no máximo dois anos, e um Coordenador, eleito pelo Conselho Geral, com mandato de cinco anos, podendo ser renovado uma única vez. A este Coordenador compete promover e coordenar os programas de educação superior teológica, executar as decisões do Conselho Geral, visitar as igrejas e promover o Plano Cooperativo denominacional, uma vez que 10,5% do total arrecadado no Estado de São Paulo são divididos e destinados às faculdades teológicas²²². O coordenador, regimentalmente, não tem ingerência nas instituições de ensino superior, a não ser a pedido do Conselho Geral ou de seu próprio Conselho de Educação Teológica e Ministerial. Quanto à sua exoneração do cargo, ela segue os mesmos critérios aplicáveis aos diretores das instituições de ensino superior batistas, que será voluntária, por incapacidade moral ou doutrinária, e comprovada ineficiência no exercício do cargo.

Além das verbas do Plano Cooperativo, ele poderá realizar campanhas de arrecadação, eventos, convênios e doações, encaminhando sua proposta orçamentária ao Conselho Geral. Qualquer alteração dessa natureza, deverá ser submetida ao próprio Conselho de Educação Teológica e Ministerial e comunicada ao Conselho Geral. Os balanços patrimoniais são examinados pelo Conselho Fiscal da Convenção Batista do Estado de São Paulo.

No que concerne às instituições subordinadas ao Conselho de Educação Teológica e ministerial, as regras ganham mais rigidez, pois o regimento exige que os estatutos dessas instituições de ensino superior contenham certas disposições: "(a) a instituição seguirá fielmente a orientação da Convenção Batista do Estado de São Paulo; (b) a Convenção Batista do Estado de São Paulo, ou seu Conselho Geral, têm o direito de intervir na instituição em qualquer aspecto de sua existência ou atividade, ou suspender o seu funcionamento; (c) os professores devem subscrever anualmente o Documento de Liberdade de Cátedra da Convenção Batista do Estado de São Paulo e a sua Declaração Doutrinária e, caso um professor tenha objeção a algum item da Declaração de Fé, deve indicá-lo junto com sua assinatura; (d) a pessoa eleita para ser Diretor ou para outro

²²² ROCHA, José Vieira Rocha. Jornal **O Batista Paulistano**, São Paulo, nº 04, em dez/1999, p. 16.

cargo eletivo da Entidade deve ser membro de uma igreja batista ligada à Convenção Batista do Estado de São Paulo”.²²³

Essas são as disposições que mais interessam à educação superior teológica, demonstrando que a liberdade administrativa e acadêmica é regida pela Convenção Batista do Estado de São Paulo, pelo seu Conselho Geral e mais especificamente, pelo Conselho de Educação Teológica e Ministerial. A exigência de fidelidade e de subscrição anual de um documento de anuência com as doutrinas batistas indicam o grau de liberdade ou de cerceamento a que estão submetidos a direção e os docentes da instituição. Ficam assim definidos os muros contentores da liberdade e ação institucionais, que é a crença doutrinária, a tradição e os costumes, que devem coincidir com a Declaração Doutrinária da Convenção Batista do Estado de São Paulo, mesmo que essas declarações não consigam dar conta de vários temas ou situações da vida cotidiana do crente batista, ou dos pastorandos. O papel do Conselho de Educação Teológica e Ministerial é fazer com que a leitura teológica e eclesial da igreja e de sua missão sejam incorporadas ao pastorando via Faculdade Teológica, bem como fazer cumprir sua Filosofia e Diretrizes, dando forma que identificará o “perfil pastoral” da denominação. O perfil começa a ser trabalhado e depurado desde sua vocação manifesta na igreja local, pois o bom candidato é aquele, que aos olhos da comunidade, concorda integralmente com a ortodoxia batista, com as crenças aceitas pela coletividade como verdadeiras, passando posteriormente pelo aperfeiçoamento desse estereótipo que o ensino teológico oficial oferecerá, e por fim, através de sua aceitação por uma comunidade, com o aval de confiabilidade destas duas anteriores. A orientação atual da Convenção Batista do Estado de São Paulo é dada por essa lógica, pois são as regras internas à Igreja Batista para ordenação de um candidato a pastor. Sobre a Filosofia e Diretrizes da Convenção Batista de São Paulo, especificamente com relação à educação teológica superior, temos: “(a) a Convenção entende que a educação teológica e ministerial é teocêntrica e cristocêntrica, visando à formação integral do aluno para o desempenho de seu ministério na igreja, na denominação e no mundo; (b) a

²²³ Regimento Operacional do Conselho de Educação Teológica e Ministerial, Art. 14.

Convenção estrutura , coordena, promove e estimula o ensino teológico e ministerial com vistas à formação de pastores, obreiros, especialistas em áreas específicas do ministério para o serviço das igrejas e professores para as instituições de ensino teológico e ministerial; (c) A Convenção adota um programa de educação teológica e ministerial, embasado nas doutrinas e práticas batistas, ao mesmo tempo em que estimula a pesquisa teológica. Os resultados da pesquisa que conflitem com as doutrinas aceitas pela Convenção são submetidos ao crivo da Assembléia Convencional”.²²⁴

A política de formação e alteração dos currículos é regida por essas normas, mas no seu aspecto prático, está colocada sob responsabilidade da Direção e da Coordenação Acadêmica da Faculdade Teológica Batista de Campinas, que administra as questões pedagógicas com alto grau de autonomia:

“(...)Eu posso dizer com segurança: hoje eu tenho, assim, uma tranqüilidade muito grande de trabalhar com o Conselho que esta aí, (...) uma facilidade muito grande, de criação inclusive, de criação de cursos, cumprindo este propósito que a Faculdade tem, quer dizer, há uma liberdade muito grande. Propósito ministerial, propósito de serviço. Esses cursos que nós criamos na área de atendimento à comunidade, para os próprios leigos, isso tem, assim, uma resposta muito grande.”²²⁵

A direção da Faculdade Teológica Batista de Campinas assume a elaboração dos currículos, suas alterações e a contratação de docentes, informando o Conselho de Educação Teológica e Ministerial sobre seus procedimentos, que não exerce ingerência sobre as decisões tomadas, apesar de ser sua prerrogativa estatutária. Essa relação está baseada na confiança expressa no compartilhamento de uma mesma visão doutrinária e de tradições entre a direção da Faculdade Teológica e a Convenção Batista do Estado de São Paulo:

²²⁴ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Anais, 1997, p. 8.

²²⁵ Entrevista concedida ao autor por Natanael Gabriel da Silva, Diretor da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 21/10/2000.

“(...)de repente você está dentro de um sistema, e na verdade você já é a pessoa que fala a linguagem do sistema, e que naturalmente, por falar a linguagem do sistema, você não precisa de um monitoramento tão próximo, uma vez que você está dentro do esquema de funcionamento que se propõe a fazer e dentro do pensamento geral que a Convenção esperava de você, então você já faz parte do esquema. (...) A confiança na direção. A confiança que passa pelo aspecto do ponto de vista doutrinário, do ponto de vista das idéias, da teologia, e a confiabilidade do ponto de vista administrativo.”²²⁶

A ortodoxia entra novamente como o elemento regulador das relações. Sem um mesmo pensamento, linguagem, doutrina e teologia, não pode haver confiança, o que de certa forma se pode considerar como requisitos viáveis na esfera da confessionalidade e dos sistemas religiosos. Assim, a orientação do ensino superior ofertado e o discurso institucional a partir não só dos cargos de direção como também de docência, são identificados com o sagrado. A “formação integral do aluno” pretendida pela Convenção Batista do Estado de São Paulo não é a formação para a sociedade em que ele está inserido, mas a formação para o desempenho ministerial integral na igreja local, o que faz com que as opções curriculares ganhem este enfoque e dinâmica. Essa política alcança uma formalidade excludente quando exige dos docentes a oficialização documental de seu assentimento de fé, com prazo determinado, anualmente; são os limites da liberdade no sistema batista e o papel do Conselho de Educação Teológica e Ministerial, representante para isto da Convenção Batista do Estado de São Paulo.

²²⁶ Entrevista concedida ao autor por Natanael Gabriel da Silva, Diretor da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 21/10/2000.

5. A “liberdade de cátedra”: normas e contradições

A noção de liberdade de cátedra dentro do sistema educacional superior batista passa por sua confessionalidade, pelo sectarismo doutrinário e por uma forte vocação ministerial das Faculdades e Seminários, tendo como tradição e o objetivo a formação de pastores para igrejas locais. Tendo em vista esse pano de fundo, restrições são colocadas à condução das aulas, enfatizando-se a apresentação da referida ortodoxia e de seu caráter confessional:

“mas das pessoas que eu acompanhei que ocuparam este cargo de direção, todas elas deram muito respeito às posturas dos professores. E tenho professores que são mais fundamentalistas, professores que são mais progressistas, e isso é respeitado. O que procura-se manter, é a preocupação com a identidade batista. Isso é uma preocupação, mas isso eu vejo como natural por ser uma instituição batista, mas há discussão teológica que abrange diversas correntes, e há o foco mais voltado para a identidade batista.”²²⁷

O que se apresenta como cerceador e anômalo é a exigência de que a resposta a todos os questionamentos desemboque na ortodoxia batista, formatada a partir da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira e da Convenção Batista do Estado de São Paulo, como se o universo religioso batista fosse suficiente para dar conta de toda a complexidade do mundo a partir de sua leitura exclusiva. A liberdade de cátedra na Faculdade Teológica Batista de Campinas seguiu a mesma orientação dada na Faculdade Teológica Batista de São Paulo, desde o início de seu funcionamento, em 1978. Em resumo, tem-se as seguintes considerações e conclusões internas:

“Considerando: (a) que a finalidade desta instituição é o preparo de obreiros (ministério pastoral); (b) que tal missão têm implicações de caráter teórico e

²²⁷ Entrevista concedida ao autor por Nelma Cristina Medeiros Lobo, Coordenadora do Serviço de Apoio ao Estudante e professora na área de Psicologia, em 17/10/2000.

prático; (c) que o objetivo do ensino teológico superior é a transmissão da doutrina e da prática batista, de modo a preservar a identidade denominacional; (d) que a Congregação da Faculdade Teológica Batista de São Paulo é responsável perante a Convenção Batista do Estado de São Paulo e a sua Junta de Educação Teológica, por aquilo que ensina e pelos alunos que forma; (e) que a Faculdade Teológica Batista de São Paulo possui um papel importante a exercer no aprofundamento da verdade e na renovação de métodos que enriqueçam a vida denominacional, evitando que as gerações simplesmente reproduzam o passado,

Concluimos: (a) que os pontos de vista apresentados nas preleções e discussões em classe sejam orientados em suas conclusões, pelos seguintes critérios: (a1) fidelidade às Escrituras Sagradas, que são o “padrão único e infalível pelo qual a conduta humana, os credos e as opiniões devem ser julgados” (Confissão de Fé de New Hampshire), art. I); (a2) em questões doutrinárias, pelo que estabelece a confissão de fé adotada pela Convenção Batista do Estado de São Paulo; (a3) por decisões da Convenção Batista do Estado de São Paulo e da Convenção Batista Brasileira; (b) que o professor é livre para apresentar em classe os vários pontos de vista, as controvérsias e as argumentações de variada origem, de modo a: (b1) desenvolver no aluno a capacidade de decidir por si mesmo, e escolher, à luz da Palavra de Deus, qual há de ser a perspectiva teológica e prática de seu ministério; (b2) dar ao aluno subsídios necessários à continuação e ao aprofundamento de seus estudos teológicos; (b3) conscientizar o aluno de que a doutrina é divina na sua origem e humana na sua expressão, sendo por isso sua formulação relativa ao tempo e à mentalidade dos seus formuladores; (c) que os critérios de seleção do corpo docente devem impedir o ingresso ou a permanência de professores cujas convicções não sejam afinadas com os princípios referidos neste documento, de modo a garantir que seja preservado em nossa casa um ensino teológico ao mesmo tempo ortodoxo, responsável, evoluído e acadêmico”.²²⁸

²²⁸ Documento “Liberdade de Cátedra na Faculdade Teológica Batista de Campinas”, Faculdade Teológica Batista de Campinas, 01/08/1978.

Todo o documento é sinérgico em direção à preservação da ortodoxia, de forma que adjetivos aplicados ao ensino teológico oferecido, tais como “responsável, evoluído e acadêmico”, não dizem respeito à outra atitude, senão a de concordância com todos os pontos de vista apresentados pela burocracia batista. O livre pensar significa o pensar ortodoxo batista, que é o eufemismo da exigência de oficializar o ensino através da Declaração de Fé e Declaração Doutrinária adotadas pela Convenção Batista do Estado de São Paulo. Essas normas, reducionistas da liberdade de cátedra, prejudicam o aprofundamento dos estudos de diferentes vertentes teológicas e promovem a falta de condições do aluno poder decidir sobre as possíveis linhas a serem adotadas em seu ministério, principalmente se forem contrárias à ortodoxia vigente.

No início de 1979, o diretor da Faculdade Teológica Batista de Campinas é solicitado pelo relator da Comissão para estudo da Liberdade de Cátedra, nomeada pela 71ª Assembléia da Convenção Batista de São Paulo, a elaborar um texto subsidiário a esse assunto, que vem ratificar a postura adotada até então. O texto possui dezenove pressuposições e cinco sugestões, sendo que as mais significativas são:

“Pressuposições: (a) a preocupação máxima de uma instituição teológica bíblica deve ser a de fidelidade aos princípios bíblicos, na apresentação e na exposição do seu ensino; (b) os batistas têm revelado , em geral, a sua preocupação em descobrir o que diz a Bíblia – a Palavra de Deus e em segui-la na ortodoxia e ortopraxia; (c) à luz da iluminação do Santo Espírito de Deus na experiência do sacerdócio universal dos crentes para uma doutrina viva e bíblica, será saudável um constante estudo sério, profundo, humilde e piedoso das doutrinas bíblicas e de sua aplicação perene pelos batistas; (d) o estudante das instituições teológicas batistas, já pelo desafio de seu curso, pela sua juventude em geral, por um possível espírito de contestação e pela experiência doutrinária ainda nem sempre amadurecida, pode ser levado a preocupações filosófico-teológicas que venham trazer prejuízos sérios à sua vida espiritual e ao seu ministério; (e) ao docente das instituições teológicas batistas, cabe a difícil e sublime tarefa de, liderado pelo Santo Espírito de Deus e profundamente confiante

na inspiração e nos ensinamentos da Palavra de Deus, conduzir o aluno ao conhecimento da Revelação de Deus e ao confronto das correntes doutrinárias e teológicas, de modo a ser o resultado tão positivo quanto possível.

Sugestões: (a) a liberdade de cátedra não pode e nem deve invalidar a soberania da Revelação de Deus, contida nas Escrituras Sagradas – a Palavra de Deus; (b) a liberdade de cátedra, numa escola teológica batista, não dá o direito de se ignorar, menosprezar ou desprezar as crenças aceitas pelos batistas; (c) o ensino das correntes teológicas modernas deve ser feito de modo ao estudante conhecê-las, compará-las com a Bíblia e a colocar o ensino bíblico, como verdadeiramente inspirado, acima de qualquer corrente; (d) em caso de divergência doutrinária do docente, de alguma doutrina batista aceita pelo consenso dos batistas, se a sua consciência o permitir, mesmo mencionando-a, deve deixar bem claro de que não é o pensamento doutrinário geral dos batistas. Se a sua consciência não o permitir ou a discrepância for profunda e acentuada, deve, dentro da ética cristã, compartilhar o seu pensamento com a administração, colocando, se for o caso, a sua cátedra à disposição; (e) as administrações devem zelar com carinho, pelo ensino das instituições teológicas batistas, para que seja bíblico e expressivo das crenças batistas”.²²⁹

O alerta de que a juventude e inexperiência do estudante confrontadas com certas preocupações de caráter filosófico-teológicas, poderão trazer eventuais prejuízos à sua vida espiritual e ministério estimula, de um lado, a culpa pelo interesse e contato com novos conhecimentos, sugerindo um monitoramento do saber bem ao estilo puritano e paternalista, e, de outro, o vaticínio velado da segregação e exclusão, destinado àqueles que não abraçarem incondicional e integralmente as crenças batistas.

Todas essas normatizações iniciais permanecem até hoje, podendo haver algumas modificações na forma, mas não na essência. O Conselho de Educação Teológica e Ministerial da Convenção Batista do Estado de São Paulo mantém como exigência:

“que os seu professores devem subscrever anualmente o Documento de Liberdade de Cátedra da CONVENÇÃO e a sua Declaração Doutrinária e caso um professor tenha objeção a algum item da Declaração de Fé, deve indicá-lo junto com a sua assinatura.”²³⁰

A “objeção a algum item” ganha o poder, mesmo que simbólico, de ferir a identidade batista, nesse caso tendo como agente o docente. A legitimação do docente em seu cargo se dá pela anuência verticalizada da interpretação institucional para o indivíduo postulante do cargo, sobre o que é aceitável enquanto crença. Os fundamentos de tais exigências são históricos e remontam o final da década de 70, como resultado do crescente movimento carismático pentecostal que invadia as igrejas tradicionais. Naquela época a Convenção Batista do Estado de São Paulo já possuía instalada uma “Comissão sobre o Movimento Carismático”, com a finalidade de dar parecer com relação a igrejas tendentes ao pentecostalismo, tendo como procedimento a apresentação de questionário à igreja examinada e informações de líderes denominacionais ligados a ela. Sobre as práticas não batistas, a Comissão se manifesta assim:

“A Comissão considerou o recrudescimento do procedimento carismático ou pentecostal no seio de algumas igrejas. Tal conduta, que contraria as nossas doutrinas e prática, tem contribuído para desarmonia e quebra da fraternidade entre as igrejas e se constitui motivo de desagregação denominacional.

(...) Propomos que a Assembléia Convencional recomende às igrejas que tais características ou práticas não batistas sejam totalmente evitadas ou abandonadas.”²³¹

²²⁹ Documento “Liberdade de Cátedra – À guisa de Introdução do Assunto”. Faculdade Teológica Batista de Campinas, 12/03/1979.

²³⁰ CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL. **Regimento Operacional**. Art. 14, § 2º, item g.

²³¹ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Parecer da Comissão sobre o Movimento Carismático, 05/01/1982.

A preocupação com o esfacelamento interno de igrejas batistas locais foi transposto para a educação superior teológica, formando-se em 1983, semelhantemente, uma comissão indicada pela JET-Junta de Educação Teológica²³² da Convenção Batista do Estado de São Paulo, para dar parecer sobre “Fidelidade Doutrinária” e tomando por base o parecer da Comissão sobre o Movimento Carismático. Uma recomendação dessa nova comissão era que se incluísse no “Termo de Compromisso” dos formandos dizeres a respeito da fidelidade doutrinária, e a outra sugeria:

*“Que seja incluído no relatório da Junta, em 1983, a sugestão para que o plenário convencional recomende às igrejas cooperantes com a Convenção que ao empossar um novo pastor em seu ministério, este assine em tantas vias quanto necessárias, um compromisso de fidelidade doutrinária batista,”*²³³

Na mesma data em que este parecer foi apresentado, a Junta de Educação Teológica manifestou sua rejeição. Em caso de aprovação, mais uma vez a contradição recairia sobre a autonomia da igreja, que seria forçada a adotar um procedimento por imposição institucional e burocrática, e não por decisão da assembleia da igreja local. Ainda em 1983, a direção da Faculdade Teológica Batista de Campinas divulga uma “Carta Aberta aos Professores”, alertando sobre o perigo de tendências teológicas como o liberalismo, modernismo e socialização do Evangelho, reforçando a identidade batista²³⁴:

“Compreendo que no arrebatamento do ensino, empolgados, por vezes somos levados a entender que muita coisa deva ser corrigida no meio batista. Mas daí a uma dura crítica em sala de aula ou no contato

²³² Atual Conselho de Educação Teológico e Ministerial (CETM), continuando subordinado à Convenção Batista do Estado de São Paulo.

²³³ Parecer da Comissão sobre “Fidelidade Doutrinária” indicada pela Junta de Educação Teológica da Convenção Batista do Estado de São Paulo, 22/11/1983. Nesta mesma data este parecer foi rejeitado.

²³⁴ Documento “Carta Aberta aos professores da Faculdade Teológica Batista de Campinas”. Faculdade Teológica Batista de Campinas, 10/02/1983.

peçoal com os alunos, vai uma grande distância(...) Estamos anexando o documento “Liberdade de Cátedra”, aprovado pela Convenção Batista do Estado de São Paulo, da qual fazemos parte como membros de igrejas batistas e como Faculdade Teológica Batista de Campinas. Não há por onde escapar. Com a identificação que levamos, automaticamente temos um compromisso.”

Não devem ser eliminadas da história de vida da Faculdade Teológica Batista de Campinas possíveis dificuldades éticas no exercício da docência, todavia a resposta que o fundamentalismo batista encontra para isto é o enrijecimento através de uma norma generalizadora, impondo o veto à contratação de docentes de outras denominações e engessando os de sua própria. O universo de contratação anterior à norma era interdenominacional, portanto composto de pastores de várias confissões evangélicas que poderiam se incorporar ao quadro docente. A nova realidade de contratação acumula duas dificuldades centrais, que são o reduzido universo e, dentro dele, o reduzido número de pastores com formação adequada à função acadêmica. No primeiro semestre de 2000, a Faculdade Teológica contava com 27 docentes, dos quais 2 doutores, 3 mestres e 2 especialistas²³⁵. Os demais docentes possuíam um ou mais bacharelados em áreas diversas e/ou teologia. O Conselho de Educação Teológica e Ministerial estabelece o seguinte critério para admissão de docentes e da direção das faculdades²³⁶:

“que a pessoa que for eleita para ser o Diretor ou para outro cargo eletivo da Entidade deve ser membro de uma igreja batista ligada à CONVENÇÃO.”

²³⁵ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. **Manual 2000**. “Docentes da Faculdade Teológica Batista de Campinas”, 2000.

²³⁶ CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL. Regimento Operacional. Art. 14, § 2º, item h.

Assim, não é suficiente ser batista. É impositivo uma dupla filiação do docente com a Igreja local, e desta com a Convenção Batista do Estado de São Paulo. A competência individual passa a ser uma condição secundária, cedendo lugar às questões doutrinárias, burocráticas e de dominação. Weber já observava esse processo nas universidades alemãs no início deste século:

“A liberdade de ciência, de estudo e de ensino” em uma universidade certamente não existe quando se faz com que a nomeação para uma função docente seja dependente do fato de que se possua – ou que se simule – um certo ponto de vista que seja “aceitável nos círculos mais altos” da Igreja e do Estado.”²³⁷

Nas Faculdades Teológicas Batistas não cabe a semelhança de dependência do Estado conforme a realidade vivida por Weber, mas certamente se aplica o alinhamento com os pontos de vista dos círculos mais altos da Igreja Batista.

²³⁷ WEBER, Max. **Sobre a Universidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1989, p. 66.

CAPÍTULO IV

O PASTORANDO

1. A vocação individual e sua legitimação: Igreja, Faculdade de Teologia e candidato

A especificidade da “vocação” teológica é seu permanente caráter de afirmação e reafirmação em vários planos da vida do candidato e pastorando. O candidato deve constantemente atestar a veracidade de sua conversão, sua “chamada divina” ao ministério, sua piedade, sua confiabilidade doutrinária, colocadas por Deus em suas mãos. A sua igreja local, com seus “irmãos na fé”, que muitas vezes o viram crescer e se converter, é o lugar dessa confirmação da vocação. Seu despertamento vocacional se dará no ouvir, no falar e no fazer, quase que invariavelmente nessa ordem. Primeiro ouvindo as pregações, nas aulas na escola dominical e nos momentos de discipulado, que é o ensino mais personalizado pós-conversão, geralmente com um “tutor espiritual”, que além de oferecer-lhe uma leitura pronta da fé também lhe dará exemplos puritanos de vida:

“A aprendizagem do mundo protestante se inicia, desta forma, com a aprendizagem de um tipo específico de relações sociais. A mestra fala, o aprendiz escuta, a mestra ensina, o aprendiz repete. Quem não sabe no que crê, não tem competência para falar. É bem verdade que o converso está livre para cantar as suas emoções. Mas o discurso do conhecimento ainda lhe é impossível. Esta é a razão por que o estilo do falar do aprendiz é a repetição.”²³⁸

²³⁸ ALVES, Rubem A.. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ed. Ática, 1979, p.129.

Sua fala então ganhará o sentido religioso específico batista, através de novos termos próprios da linguagem hermética em que vive agora, das orações que pronuncia, das oportunidades de ministrar ou pregar no grupo que integra. E por fim o fazer – ter em mãos responsabilidade de atividades ou projetos que testarão suas habilidades frente à comunidade. Esse processo envolve outro, que é o da observação por parte de sua comunidade e de seu pastor, ambos a legitimar espiritualmente seu desempenho. A socialização religiosa e doutrinária adequada é condição inegociável para a indicação e entrada em uma Faculdade Teológica Batista.

A Faculdade Teológica também cumpre o papel da confirmação e da legitimação da vocação do candidato. Enquanto a igreja local legitima a vocação do candidato no plano espiritual, a Faculdade Teológica o legitima no plano espiritual, do conhecimento e ministerial. É verdade que esses planos de reconhecimento estão atrelados, porém a direção predominante da legitimação é da igreja para a Faculdade Teológica, uma vez que as regras estabelecidas para o aceite de um candidato exigem a carta de recomendação da igreja local, dentro do princípio de autonomia que ela possui. Caso o candidato não tenha o pendor ministerial, mas sua igreja local continuar validando sua permanência se assim ele desejar, ele seguirá em frente sem dificuldades. Todavia se houver qualquer manifestação formal de sua igreja local de impedimento à continuidade do curso, a Faculdade Teológica não mais o aceitará. Eventualmente a Faculdade Teológica poderá mantê-lo no curso por decisão da direção até que ele seja aceito por outra igreja local, mas esta é uma condescendência muito particular, geralmente ligada aos motivos da desfiliação, levantados mediante entrevistas com as partes. A igreja local é detentora do poder de indicação do candidato e de desclassificação do aluno, pois a renovação do parecer da assembleia da igreja local sobre seu membro-aluno é semestral. A aceitação e permanência do aluno é totalmente ideológica e dogmática, pois se deve pensar e professar a fé de forma igual ao pensamento ortodoxo da Igreja Batista e de seus representantes burocráticos para que se alcance a legitimação ao pastorado. Isso explica a malfadada idéia de

obrigar os pastores a assinarem um termo de compromisso de fidelidade doutrinária ao ser empossado por uma nova igreja, que se deve ao número de alunos que mantém a concordância com a totalidade da ortodoxia até o momento da titulação, desobrigando-se depois do cerceamento que esta norma impõe. Resta-lhe o exame para ordenação ministerial, último passo em direção à liderança comunitária oficializada e institucionalizada.

É necessário considerar um aspecto específico do poder pastoral, que acompanha o título de “ungido de Deus” ou “ungido do Senhor”, termo bíblico utilizado por protestantes tradicionais e pentecostais, que revela determinada sacralização de sua pessoa.

Nos vários textos bíblicos do Antigo Testamento, o termo “ungido” aparece 47 vezes²³⁹, significando a confirmação de homens escolhidos por Deus para serem reis ou profetas, principalmente no judaísmo. A escolha sempre era acompanhada de um alerta de Deus para que o seu escolhido, ou ungido, não sofresse nenhum ataque moral, espiritual, físico ou desestabilizador de seu poder, sob pena do próprio Deus sair em sua defesa. No Novo Testamento, o ungido aparece 2 vezes, em situações específicas e diversas da idéia anterior, ressaltando-se a alteração total sofrida no antigo sistema hierárquico de Israel com relação a reis, profetas e sacerdotes. Nem a pessoa de Cristo, de seus apóstolos ou discípulos, introduzem a idéia de revestimento divino e especial de poder ligada à pessoa do pastor. No entanto essa crença é majoritária nas igrejas locais, que toleram ministérios medíocres ou pastores que manipulam tal crença:

“Um outro truque utilizado para manter um líder firmemente empoleirado na cadeira de Moisés e acima de qualquer suspeita (portanto, livre de prestar contas a quem quer que seja) é referir-se a ele como o “ungido do Senhor”. Isto pressupõe que ele foi

²³⁹ BÍBLIA on LINE. Sociedade Bíblica do Brasil. Versão Revista e Corrigida-Brasil/1998. Pesquisa sobre o termo “ungido”. No Novo Testamento se têm João 11:2 quando Maria, irmã de Marta, unge Jesus com perfume e enxuga seus pés com seus cabelos e Atos 4:26 referência a Deus e o seu Ungido, alusão a um dos títulos de Cristo, portanto em sentido bem diverso.

*especialmente escolhido e capacitado por Deus e por isso deve ser tratado com reverência especial.” (...)*²⁴⁰

*“Quando um líder reivindica autoridade baseado na posição, em qualidades únicas ou em uma unção especial e é bem-sucedido na criação de uma hierarquia na igreja, ele passa a ter mais facilidade em controlar os que estão sob sua tutela. Passa a se defender com mais facilidade daqueles que o desafiam.”*²⁴¹

Uma das conseqüências da sacralização se nota quando há demandas entre o pastor e uma pessoa ou grupo da comunidade, ocasião em que a razão é substituída muitas das vezes pelo seguir cego da maioria dos membros por aquele que representa a Deus, pois é o seu ungido. Tal crença diminui a voluntariedade humana dos membros da igreja local ao tomar decisões sobre sua vida comunitária; é iluminista à medida em que o pastor detém o saber teológico e interpreta a vontade divina para a igreja e fornece um caráter de grande perenidade aos ministérios de pastores que descobrem nela uma força manipuladora e mantenedora de sua posição e poder. Por isso a indicação pastoral de um candidato é de extrema importância nesse processo, pois ela é uma indicação divina no sentido iluminista, tendo o pastor o poder de enxergar e validar a vocação do membro-candidato, e leva-lo, em um segundo momento, para a ratificação da igreja local quanto a sua ida para o Seminário ou Faculdade Teológica. Por outro lado uma força que se contrapõe a esse poder é a natureza voluntarista do trabalho dos membros, o que faz com que o futuro pastor esteja constantemente submetido à cooperação espontânea das pessoas, uma vez que não há pagamento para o exercício de funções, a não ser a de pastor ou ministro de música, e, excepcionalmente em igrejas grandes, para ministros de educação religiosa. O aluno aprende desde cedo sobre as dificuldades que a dependência financeira da igreja pode produzir em sua vida, visto que hoje 74,4% dos pastores batistas trabalham em tempo integral e apenas 25,6% em tempo parcial, buscando

²⁴⁰ BLUE, Ken. **Abuso Espiritual: Como Libertar-se de Experiências Negativas com a Igreja**. São Paulo: ABU Editora, 2000, p. 28.

²⁴¹ Idem, p.29.

outras formas de renda²⁴². A sacralização do ocupante do cargo pastoral é então enfrentada através de uma inércia interna dos membros da igreja local, da não aceitação de cargos caso seja eleito, da diminuição do dízimo ou oferta e da baixa frequência aos cultos e atividades, tudo isso considerado como um “pecado menor” do que a confrontação do pastor, do “ungido de Deus”. Os conflitos entre pastor e igreja local, são mediados de um lado pela apropriação que o pastor faz da igreja como sendo sua posse pessoal, como parte integrante de sua vocação a definição do destino de sua comunidade iluminadamente, e de outro o da igreja local que imagina muitas vezes o pastor como um gerente executivo, diminuindo o peso de seus projetos e desejos eclesiais. Já se começa a discutir com mais frequência a relação pastor-igreja, adjetivada como a questão do “abuso espiritual”, expressão ligada à natureza de atuação da Igreja. No caso dos pastores, pode-se citar os seguintes fenômenos tradicionais com relação a abusos nessa relação:

- ? Abusador Inseguro: o líder que busca sua significância no domínio de outros;
- ? Abusador Narcisista: heróico, grandioso ou messiânico, deseja tornar-se grande ou fazer algo sem precedentes “para Deus”;²⁴³
- ? Manipulador da Culpa: o líder tem domínio pelo legalismo gerador de “culpa”, com o estabelecimento de padrões inatingíveis de pureza e desempenho espiritual;²⁴⁴

²⁴² CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**, 1997, p. 33. Pesquisa realizada pela empresa Serviços de Pesquisa, Análise e Informações (SPAI).

²⁴³ BLUE, Ken. **Abuso Espiritual: Como Libertar-se de Experiências Negativas com a Igreja**. São Paulo: ABU Editora, 2000, p. 107-121.

²⁴⁴ Idem, p. 51-68.

Um risco constante a que está exposta a liderança de uma comunidade eclesial é a transferência da mentalidade individual de culpa para a igreja, que nesse caso será manifesta por uma atitude manipuladora, comum tanto no mundo protestante tradicional como no pentecostal:

“Dominados por sentimentos de culpa, nós fazemos qualquer coisa para expiá-los. Quando chamados à frente para expressar arrependimento, lá vamos nós. Quando orientados a cultivar um tempo devocional mais demorado, nós o fazemos (pelo menos por algum tempo). Quando exigem dinheiro, nós damos. À medida que os sentimentos de culpa se estabelecem (já que nunca atingimos o nível satisfatório), os abusadores espirituais vão encontrando campo para agir”²⁴⁵

O estudo do caráter ético do abuso exercido sobre a coletividade não encontra amparo na igreja local ou no curso teológico, por romper com uma tradição que enxerga em determinadas práticas e manifestações a expressão visível do desejo divino para a vida religiosa. A alienação que esses “não questionamentos” produz no membro-aluno continua por vezes no exercício do pastorado, reforçado em momentos anteriores pela igreja local através da imposição de um modelo de comportamento fundamentalista batista, classificado como ideal para o aprendiz, e na faculdade por um conteúdo bíblico repetitivo da igreja local:

“Quando crentes aceitam padrões baseados em desempenho pregados por seus líderes, eles têm de satisfazer esses padrões ou então carregar a culpa de haverem fracassado. De qualquer modo, o comportamento deles é manipulado e controlado. A genialidade desse sistema é que cada grupo religioso pode projetar seus próprios fardos pesados de modo a satisfazer as suas necessidades. Em um local, o

²⁴⁵ Idem, p. 53.

*padrão é ofertar dinheiro; em outro, é se revezar como professor da escola dominical; em outro ainda, é participar de comissões.*²⁴⁶

O seminarista vai lidar em sua vida futura de pastor com a contradição de expressar e fazer seus liderados expressarem a sua espiritualidade, seja na igreja local ou no curso teológico, através de uma materialidade muitas vezes perversa e manipuladora, seja pela contribuição financeira (dinheiro), pela dedicação ao ensino (Escola Dominical) ou na administração (comissões e cargos), devendo ganhar da maioria a simpatia que leva à cooperação voluntária. Com esse pano de fundo, fugir da armadilha da manipulação requer uma grande noção de ética e de respeito aos direitos individuais, temas também poucos discutidos no meios protestantes. A propensão ao controle da vida financeira, do uso do tempo e da privacidade de uma maneira geral, faz parte da mentalidade fundamentalista e puritana protestante a que está exposto aquele que se dispõe à função pastoral, representando uma forma de poder.

A comparação entre as opiniões dos membros e dos pastores a respeito das tarefas essenciais que as igrejas locais devem desenvolver revela a ênfase ministerial e bíblica dada aos cursos teológicos e o perfil desejado para os futuros pastores e estabelece, de alguma forma, a situação vivenciada pelo aluno que, durante o curso, deve satisfazer sua comunidade e seu pastor:

Membros: Tarefas essenciais à igreja (%) ²⁴⁷		Pastores: Missão da igreja (%) ²⁴⁸	
Evangelização	89,4	Evangelismo	71,8
Ensino bíblico	79,7	Assistência aos membros	60,7
Doutrinação dos membros	67,6	Evangelismo e Ação Social	58,1
Ajuda espiritual aos membros	67,2	Ação Social para os não membros	37,6

²⁴⁶ Idem, p. 55.

²⁴⁷ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**, 1997, p.65. Pesquisa realizada pela empresa Serviço de Pesquisa, Análise e Informações (SPAI). Utilizamos as quatro primeiras opiniões principais.

²⁴⁸ Idem, p. 33.

Para a questão específica da educação superior teológica, o ensino bíblico e o doutrinamento dos membros não figuram como importantes aos pastores, o que pode responder sobre a qualidade de acompanhamento do aluno por seu pastor durante o curso, bem como as oportunidades a ele concedidas perante a igreja. A Faculdade Teológica também vai responder a essas preferências de uma maneira mais generalizada, absorvendo-as e distribuindo-as por seu currículo, através de disciplinas que atendam mais fortemente sua confessionalidade, atendendo, assim, à igreja local.

2. O imaginário com relação ao curso e à vida pastoral

O primeiro aspecto do imaginário do pastorando está ligado ao ambiente que ele encontrará na instituição e ao clima estudantil e acadêmico, cuja expectativa será de perfeição por se tratar de um plano formal de conhecimento de Deus, não somente técnico, sociológico ou filosófico, mas divino. Se a Igreja proporciona intimidade com Deus ao crente-aluno através do exercício da fé, nesse sentido a Faculdade Teológica irá mais longe e aprofundará a intimidade através de um saber teológico e eclesiológico, diferente do obtido dentro de sua comunidade. Na convivência acadêmica cotidiana o pastorando vai percebendo que o saber que diz respeito ao divino, e que compõe parte de suas expectativas, nem sempre corresponde à humanidade do comportamento dos sujeitos a sua volta, sejam seus pares ou docentes:

“(...) Não que eu cheguei aqui e tive uma decepção. Não, foi diferente daquilo que eu imaginava. (...) Algumas coisas que eu acreditava em relação ao que eu ia estudar: a minha vocação, o ministério pastoral, a

*atividade do pastor, a própria fé que eu cria, ela veio mudar, ela veio apagar totalmente, outras ela veio solidificar, trazer uma nova visão.*²⁴⁹

Esse é o paradigma da decepção: as esperanças do aluno de encontrar no conhecimento uma magia que trará respostas a todos os seus questionamentos interiores e solucionará problemas quando de seu efetivo trabalho ministerial frente a comunidade são rompidas. Desta forma ele reelabora, diante da nova situação que o curso teológico proporciona, a sua vocação, as atividades ministeriais que lhe aguardam e a sua própria fé, entrando no processo de confirmação e exclusão de elementos de um mundo imaginado do banco da igreja local. O caminho entre esse banco da igreja e o púlpito se faz via Faculdade Teológica. Realidade e desilusão andam lado a lado, reelaborando um novo mundo por ocasião do curso, que novamente será reconstruído quando o pastorando se lançar no ministério prático pastoral.

Outro paradigma é o da superação das expectativas que o curso e a faculdade podem oferecer, quando o aluno encontra o universo que dará a base de continuação de seus projetos:

*“(...) eu tinha algumas expectativas assim, em relação à teologia bíblica e essas expectativas, elas foram superadas. (...) eu me deparei com a realidade de que, na verdade, eu não sabia nada, eu precisava organizar as informações que eu tinha, de uma forma mais apurada, de uma forma mais condensada, de uma forma mais acadêmica, mais científica para organizar.”*²⁵⁰

O ensino formalizado oferece aqui a possibilidade de enxergar a distribuição sistemática e organizada de um conteúdo que fornecerá os elementos necessários ao seu desempenho ministerial do pastorando. O domínio do

²⁴⁹ Entrevista concedida ao autor por Edmar Miguel, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

²⁵⁰ Entrevista concedida ao autor por Luis Eduardo Vicente, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 23/05/2000.

conhecimento nesses moldes também carrega consigo um certo poder, já que ao membro comum lhe é apresentado dentro da igreja local de maneira homogênea, sem grandes divisões, através do que se pode chamar de “conhecimento da Bíblia”, via discipulado e ensino na Escola Dominical.

A futura vida pastoral traz consigo várias esperanças, dada a proposta transformadora do homem que os Evangelhos pregam. O sucesso de crescimento da igreja local, produzido a partir do púlpito, é sempre um desejo que, na maioria das vezes, permanece velado. O crescimento da igreja significa que a mensagem está sendo bem pregada e alcançando seu objetivo maior, que é a conversão dos ouvintes. O crescimento também significa a aceitação do ministério nos moldes em que está estabelecido, pois muitos que já são crentes se aproximam por critérios diferentes daqueles que ainda não se converteram:

“(...) eu queria ter um ministério mais dinâmico, um ministério mais próximo do povo, um ministério que mostrasse as caras e dissesse para a sociedade, dissesse para as pessoas: – Nós estamos aqui, nós temos algo para oferecer a vocês! (...) Mas eu entendo que para eu ser um bom pastor hoje, eu preciso ser, principalmente, amigo das pessoas. (...) Eu sinto um distanciamento muito grande do púlpito, principalmente dos púlpitos acadêmicos, dos púlpitos com um nível cultural maior, há uma distância muito grande do povo.”²⁵¹

A preocupação com uma linguagem mais coloquial e o esforço para o desenvolvimento da amizade com os que compõem a comunidade são entendidos como qualidades que aproximam o pastor de seus membros. O púlpito e a fala ganham extrema importância, pois pela palavra se constrói todo o mundo religioso, a começar da palavra evangelizadora, que traz o sujeito não apenas para dentro da igreja, mas para dentro da fé. O evangelismo, entendido como a operacionalidade cristã que leva ao crescimento da igreja pela anunciação do

²⁵¹ Entrevista concedida ao autor por Luis Eduardo Vicente, último-anista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 23/05/2000.

Evangelho e à conversão do sujeito, utiliza o púlpito, o ensino e o contato pessoal. Essa atividade é central para o cristianismo, por sua natureza salvacionista, e por ser o mecanismo de crescimento da Igreja:

“Sem ativismo e sem marasmo, com criatividade, uma visão ampla da obra evangelística; eu pretendo ser um pastor de fundar igrejas e de preparar obreiros (...)”²⁵²

Os sonhos relacionados ao futuro ministério incluem ser “bom de púlpito”, fazer crescer a igreja, multiplicar igrejas e, mais importante ainda, multiplicar aqueles que pensarão segundo o seu pensamento, os obreiros. A base de multiplicação de membros não é unicamente o evangelho anunciado – devem ser somados os adornos personalísticos dessa anúncio, seu estilo próprio desenvolvido de forma incipiente e intuitiva na igreja local, ganhando certa consciência e racionalidade no curso teológico quanto ao poder contido no aperfeiçoamento desse estilo.

Todos esses projetos não são facilmente desenvolvidos e exigem tempo, recursos financeiros e materiais, e uma “comunidade funcional”, ou seja, uma comunidade que consegue planejar e concluir aquilo que idealiza de forma voluntária. Um determinado ciclo relacionado a realizações e crescimento está fechado para o pastor e seus projetos constituindo-se um paradoxo: sem recursos não há como implantar o ministério, e sem um ministério não há crescimento, portanto não há captação de recursos:

“(...) eu trabalho, tenho um renda própria e a minha igreja, hoje, ela não teria condições de me sustentar num ministério integral, que é o ministério que eu sonho fazer, o ministério que eu quero fazer na igreja,

²⁵² Entrevista concedida ao autor por Gilmar Feliciano de Oliveira, último anista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 09/05/2000.

*mas ela não tem condições de arcar com despesas ministeriais, de sustentar esse meu ministério integral.*²⁵³

Uma contradição contida na vida piedosa é que, de um lado, ela não exige sucesso material algum, antes se prende às qualidades espirituais, que atraem, por outro lado, no universo religioso protestante, o sucesso material, o crescimento da igreja e a qualificação de um ministério como “bem sucedido”, visto como uma recompensa divina ao pastor. Um pastor só poderá ser reconhecido como um “ministro de Deus” se nele forem reconhecidas qualidades como liderança, espiritualidade e conhecimento bíblico, caso contrário seu ministério pastoral não terá continuidade a longo prazo.

A tendência atual pode estar na existência de pequenas igrejas, tidas como modelo que atendem as necessidades de convivência, amizade e afetividade com mais eficiência, dado o grupo ser menor. Todavia, aqueles que estão principiando seu pastorado irão para igrejas de pequeno porte, pois geralmente são a maior oferta que o mercado lhes apresenta. Em 1997 e 1998 se organizaram 59 igrejas locais batistas no Estado de São Paulo, das quais 36 tinham entre 51 e 100 membros, 18 menos de 50 membros e 5 mais de 100 membros²⁵⁴, seguindo-se o mesmo padrão de distribuição para o conjunto das igrejas já existentes, onde de um total de 924 igrejas apenas 74 possuem mais de 300 membros²⁵⁵. Nestas igrejas o pastor receberá um salário entre R\$ 300,00 e R\$ 1.000,00²⁵⁶, o que é pouco para o sustento familiar. Os desejos estão voltados, em sua maioria, para dentro do próprio universo batista, onde o sonho de uma grande igreja, da fama de um bom ministério e de uma boa capacidade homilética, representam, além do sucesso espiritual, o bem estar material.

²⁵³ Entrevista concedida ao autor por Luis Eduardo Vicente, último anista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 23/05/2000.

²⁵⁴ ROCHA, José Vieira. Jornal **O Batista Paulistano**. Edição Comemorativa do Centenário dos Batistas em São Paulo, 1999, p. 64.

²⁵⁵ Idem, p. 64.

²⁵⁶ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**, 1997, p. 28. Pesquisa realizada pela empresa Serviços de Pesquisa, Análise e Informações (SPAI).

O curso de Teologia em especial traz consigo uma carga muito forte de promoção religiosa interna ao sistema religioso protestante em geral. A partir do momento em que se está oficialmente cursando uma Faculdade Teológica, o aluno já recebe algum reconhecimento prévio, uma parcela da honra designada ao pastor que ele será em breve. Ele venceu uma primeira barreira que não é material, cognitiva ou simplesmente social, mas sim uma prova de “habilitação espiritual”, e esse sentimento é incorporado e reforçado pela igreja e Faculdade Teológica, como reflexo da própria crença doutrinária e ortodoxa de que o pastor é um indivíduo especial, portador de um chamado divino, portanto de certa forma inquestionável humanamente, tanto por ele, que é o alvo da chamada, como por aqueles à sua volta. Cabe a ele, enquanto candidato, aceitar sua missão e ser o instrumento divino em um determinado ministério, e aos demais de sua comunidade cumpre o papel de ratificar a decisão divina. A sensibilidade individual ao desejo de Deus é confirmada pela sensibilidade coletiva da igreja local a esse mesmo desejo.

3. A vida acadêmica como espaço de crises

Pode-se identificar nos alunos da Faculdade Teológica Batista de Campinas crises de natureza diversas a quem se propõe a realizar um curso noturno e outras mais específicas a um estudante de um curso confessional. A que mais se destacou foi a de natureza financeira, ligada ao desemprego ou a subempregos que proporcionam ganhos baixos:

“(...) eu tive essa crise tremenda financeira, desemprego e tudo o mais. Eu passei inclusive necessidades dentro do lar, eu tive acompanhamento psicológico, tive a nossa professora Nelma (...) eu estava assim, em profunda tristeza e humanamente falando, sem condições de assistir uma aula. Então, eu chegava, marcava com ela,

*ela me recebia, ela conversava, ela me orientava dentro da área dela, que é Psicologia (...)*²⁵⁷

Atualmente o custo mensal do curso de teologia é de R\$ 240,00, um valor pequeno se comparado a outros na área de humanidades de faculdades particulares, porém é um valor relativamente alto quando se fala da realidade dos membros de pequenas igrejas locais. O valor fica mais representativo quando se considera que a maioria dos alunos possuem somente o curso médio para competir no mercado, e alguns já estão casados e com filhos, ou compromissados, atrelando seu noivado e futuro casamento com o término do curso e sua ordenação. Os pastores em exercício pertencem, em sua maioria, à classe social B com 61,5% ou C com 31,6% do total para o Estado de São Paulo²⁵⁸. Com a inserção do aluno no pastorado efetivo, nota-se uma melhoria em sua renda geral por conta de ganhos indiretos, como a existência de casa pastoral em 50,4% do total de igrejas locais e 63,2% nas do interior do Estado²⁵⁹, e quando não as possuem subsidiam o aluguel para a família pastoral. Outros benefícios concedidos pelas igrejas se tornam comuns na atualidade e elevam o padrão do pastor, principalmente daquele que está iniciando no ministério, que é o pagamento de plano de saúde, fundo pastoral (equivalente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), auxílio combustível, água, luz, telefone e cesta básica.

Além das crises quanto a questão financeira, o tempo consumido em um curso noturno também se constitui fator de diminuição de qualidade de vida, pois retira dos alunos o convívio familiar e o lazer, crescendo, de outro lado, a necessidade de leituras e atividades exigidas nas disciplinas, o que produz o cansaço físico e mental. Uma especificidade do aluno do curso de teologia é o seu inevitável envolvimento com sua igreja local, que tradicionalmente se dá aos sábados e domingos, impondo uma rotina pesada e desagregadora. A pressão que ele sofre passa pelo imaginário coletivo de sua comunidade, que esperaria

²⁵⁷ Entrevista concedida ao autor por Carlos Otonis de Araújo, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

²⁵⁸ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**. Pesquisa realizada pela empresa SPAI, 1997, p. 27.

²⁵⁹ Idem, p. 34.

dele propostas e soluções inéditas para problemas antigos, uma vez que ele agora é portador de um saber teológico especial, representando o estereótipo do novo. Além disso ele deve dividir seu tempo no trabalho secular, que lhe dá o sustento de vida, estudar, que lhe dá o sustento espiritual e teológico e trabalhar nas atividades da igreja, que materializa seu saber e lhe dá parte da legitimidade necessária à consecução de seu objetivo final – a ordenação. Pouco sobra para o lazer que restaura o corpo e a mente, ou para os filhos e esposa (ou marido pois várias mulheres cursam teologia), e pior ainda, para as mulheres que acumulam outras cargas de trabalho. Esse imaginário, que pré-define como o tempo do pastor deve ser utilizado, é uma armadilha para o futuro do pastorando, pois dentro da visão puritana de seu uso cabe ao pastor, ao servo de Deus, sempre preenchê-lo com o árduo trabalho eclesiástico.

“(...) a gente sente a dificuldade, a falta de tempo, a crise no contexto da família (...), uma grande quantidade de horas que eu poderia ter gasto com as minhas filhas, com a minha esposa, que eu tive de abrir mão, de abrir mão de períodos com a minha família para poder estudar, para poder me dedicar (...) Nós temos uma igreja por detrás de nós, ao mesmo tempo que ela nos apoia, eu não sei se essa é a realidade em igrejas grandes, mas dentro da minha realidade, de uma igreja pequena, a igreja espera resultados imediatos de você, e a igreja cobra esses resultados, as pessoas querem ver esses resultados e você se depara com a impossibilidade de poder atender esses anseios da igreja, de não conseguir atingir as expectativas (...)”²⁶⁰

Na verdade, têm-se duas crises: a do tempo e o desempenho exigido na igreja local por resultados. Portanto o desempenho do pastorando é notado em sua prática na igreja local, academicamente no curso teológico e na dedicação para com sua família.

²⁶⁰ Entrevista concedida ao autor por Luis Eduardo Vicente, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 23/05/2000.

Considerando-se o grande número de pastores, alunos e docentes que crêem na vocação e chamada ao ministério pastoral como divina, e da aceitação dessa convocação como a parcela humana nesse processo, outra crise que se apresenta está em sentir-se, ou não, como o alvo da escolha de Deus para o ministério. Um paradoxo se instala à medida que o indivíduo tem seu chamado reconhecido oficialmente por seu pastor e por sua comunidade, mas irrompe na dúvida pessoal, o que significaria resistir e renegar a vontade divina para sua vida.

“As realidades da Igreja você começa a ver, as dificuldades de você trabalhar com pessoas, de você estar à frente das pessoas como ministro, às vezes desrespeitado, desvalorizado, aí você já vai entrar em contato com essa realidade (...) E há crise sim: mas, será que é isso mesmo, será que eu não errei....será que eu ouvi mal da parte de Deus, será que Ele me chamou mesmo...mas as coisas não estão dando certo !!!... se não estão dando certo, é porque Ele não me chamou...(..) E agora, o que é que eu faço? Vamos chegar e falar - pessoal, eu acho que me enganei, não era isso que eu queria – acontecem muitos casos assim. Aí, entre altos e baixos, essas crises vão passando e aí eu acho que é o momento de você buscar a convicção do chamado.”²⁶¹

A crise de convicção em seguir o pastorado pode estar relacionada ao contato com “novos conhecimentos”, mesmo que seja no sentido de aprofundar a interpretação do texto sagrado reforçando a tradição doutrinária batista, por exemplo, através do estudo das línguas originais, que aproximam mais o indivíduo do sentido da mensagem original, derrubando a magia de suas próprias interpretações anteriores, subjetivas e desprovidas de método. O desencanto com

²⁶¹ Entrevista concedida ao autor por Edmar Miguel, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

as crenças antigas que agora ganham novo significado, leva o pastorando a reelaborar e questionar o sentido geral de sua fé e, portanto, de sua vocação:

“Quando você entra num seminário, você começa a estudar essas questões mais profundamente. Principalmente quando você entra em Teologia Sistemática, que você vai entrar na questão doutrinária, então, a gente começa a ver algumas coisas que chocam com alguns conceitos fundamentalistas que você aprendeu, recebeu dentro da igreja. Então, aí que eu vejo, que muitos entram em crise: “ Afinal de contas, o que é correto ? É o que eu aprendi lá, ou o que eu aprendi aqui.”²⁶²

Essa vivência acadêmica faz o aluno passar por um processo de reconstrução de sua teologia, só que de certa maneira com os mesmos recursos que ele obteve na igreja local, dada a confessionalidade da Faculdade Teológica Batista de Campinas. Por analogia, ele está em uma espiral de conhecimento, passando através do curso de teologia para um anel mais elevado, porém dentro da mesma ortodoxia. A diferença é que no novo plano que ele se encontra agora, o do curso teológico, os conhecimentos estão sistematizados, divididos, metodizados, e seu grupo de interlocutores são seus pares e pastores de outras igrejas locais. Uma consequência imediata é a possibilidade de comparação mais livre, que se oferece dos aspectos do modo de vida experimentado em outras igrejas locais através de um triângulo formado entre o novo conhecimento, sua própria igreja local e a dos outros alunos e pastores, sendo este fenômeno uma especificidade do universo da educação teológica protestante em geral. Os alunos do curso de teologia têm, nesse sentido, uma oportunidade de troca muito maior, pois o acesso a determinadas informações do modo de condução administrativa, eclesiástica e espiritual que outras igrejas locais e pastores adotam para suas comunidades é grande, incluindo-se a facilidade de visitas e até mesmo de

²⁶² Entrevista concedida ao autor por Carlos Otonis de Araújo, ultimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

participação em partes do culto ou ensino, legitimados por sua condição de pastorando e por amizades pré-existentes, que se traduzem em confiabilidade. Em geral os alunos de cursos superiores seculares conhecerão, durante sua formação, um número reduzido de empresas, instituições ou responsáveis por cargos gerenciais ligadas à sua área de estudos e atuação, diferentemente do que ocorre com o estudante de teologia. Se, de um lado, toda essa trama de vivências e relacionamentos acelera a visão geral eclesial e experiências práticas do aluno, por outro traz a lume também com maior rapidez as contradições e dificuldades que desencadearão crises e dúvidas com relação à sua vocação e ao mundo religioso, desfazendo boa parte da magia inicial que envolvia a expectativa com relação ao curso de teologia.

Outras queixas de menor monta se fixam na falta de respeito e valorização mútuos entre o aluno e seu pastor, evidenciando a possibilidade de certa concorrência emergente que o aluno possa representar, e as responsabilidades futuras associadas à solidão do cargo pastoral.

“(...) Muitos pastores ficam com ciúme do seu seminarista e o seminarista tem muito potencial. Aí, pastor começa a cortar ele e aí...”²⁶³

Passamos agora a considerar que lacunas existentes no currículo proposto pela Faculdade Teológica Batista de Campinas e pelo sistema de ensino superior batista em geral devem ser consideradas a partir de seu objetivo de formação para o ministério, do “pastor de igreja”, tem como características a liderança espiritual de um grande número de pessoas, dentro de um escopo de atuação definido, mas que não prescinde de um conhecimento generalizado de outras áreas de conhecimento. O contato com esses outros conhecimentos pode trazer como resultado a percepção de que o sistema religioso batista ou qualquer outro que se

²⁶³ Entrevista concedida ao autor por Gilmar Feliciano de Oliveira, último-anista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 09/05/2000.

apresente não traz respostas a todos os problemas do homem e da sociedade, mas sim às suas necessidades espirituais. Todavia é um fenômeno recorrente muitos fiéis entenderem que todos os sistemas sociais e as ciências devem passar pelo crivo do sistema religioso e de suas afirmações doutrinárias, nesse caso batista, para validação do conhecimento por eles construído. Essa forma falaciosa de pensar a vida produz distorções que poderiam ser evitadas através do incremento de disciplinas como Filosofia, Antropologia, Sociologia e Psicologia, que reforçam a formação humanista e proporcionam a absorção de conceitos-chaves para melhor se entender o indivíduo e a sociedade, que é para onde a Igreja focaliza seu olhar. Uma das dificuldades da ortodoxia são suas respostas catalogadas exclusivamente via Escrituras Sagradas para os problemas da vida, sem aperceber-se de que é possível haver dúvidas que serão respondidas pelo entendimento de processos explicados por outras áreas de conhecimento:

“Eu diria que psicologia e filosofia são dois cursos excelentes, um pela evolução do pensamento e o outro para o conhecimento do homem. (...) Compreender como é o ser humano e descobrir depois que o que a Bíblia diz sobre o homem é verdade. A questão é que muitas vezes a leitura que a denominação faz da Bíblia prevalece sobre o que está na Bíblia. Rubem Alves diz isso no livro dele “Protestantismo e Repressão”, que o indivíduo se converte, mas quem interpreta a Bíblia para ele é a instituição chamada igreja, e a igreja já tem os óculos pelos quais devemos olhar.”²⁶⁴

Faz parte das expectativas dos alunos uma formação complementar, seja para preencher lacunas existentes em decorrência do currículo do curso de teologia, seja para alcançar uma legitimação e respeito social maior, através de um curso reconhecido e aceito como tradicional:

²⁶⁴ Entrevista concedida ao autor por Isaltino Gomes Coelho Filho, em 18/04/2000.

“(...) vou continuar estudando, pretendo fazer o mestrado também em Teologia e prosseguir nos estudos, não quero parar.”²⁶⁵

“Planejo, também, fazer mestrado; planejo inclusive, talvez fazer uma Faculdade, outra, de Psicologia, penso.”²⁶⁶

As opções mais procuradas estão no campo das humanidades, por uma afinidade devido à natureza transcendente das temáticas pertinentes a teologia. No Estado de São Paulo 74,4% dos pastores possuem o curso superior de teologia, o que se explica pela formação oferecida no passado através dos Institutos Teológicos em nível de primeiro ou segundo graus, realidade já alterada nessa geração e na anterior, quando se encontra a formação superior em 99,9% dos pastores entre 26 e 36 anos e 93,4% dos pastores entre 37 e 49 anos. Desse total 38,4% buscaram uma formação complementar em outros cursos, sendo 24,4% em direito, 22,2% em pedagogia, 20% filosofia, 11,1% em letras e 8,9% em psicologia. Os demais estão distribuídos em cursos variados²⁶⁷.

A pós-graduação também figura como uma opção de continuação dos estudos, tendência que se poderia estimular dada a baixa especialização ou formação complementar dos pastores batistas em geral, que hoje conta apenas com 13,8% de pós-graduados em teologia²⁶⁸. O estímulo não deveria se restringir apenas ao campo da teologia, mas estender-se também a outras áreas de conhecimento, acompanhando as principais opções manifestas atualmente.

²⁶⁵ Entrevista concedida ao autor por Carlos Otonis de Araújo, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

²⁶⁶ Entrevista concedida ao autor por Edmar Miguel, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

²⁶⁷ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**, 1997, p. 26 e 27. Pesquisa realizada pela empresa SPAI. Os consultores realizaram suas análises com relação ao grau de escolaridade dos pastores batistas baseados em dados fornecidos pela Convenção Batista do Estado de São Paulo.

²⁶⁸ Idem, p. 27.

4. O acompanhamento do pastorando pela igreja e pela Faculdade de Teologia

Quando se focaliza a função pastoral que o aluno irá desempenhar futuramente, vê-se que o acompanhamento de suas atividades e dele próprio durante o curso teológico – enquanto sujeito atingido por necessidades e carências diversas – é importante como mecanismo de adequação prática a esta nova vida. Em outras palavras, de controle. O acompanhamento do aluno deve se dar na igreja local por seu pastor para as atividades práticas por desenvolvidas e para seu desempenho acadêmico. Em muitas das vezes esse acompanhamento é relegado pelo pastor em prol de outras preocupações:

“para mim fez falta, um acompanhamento próximo do pastor (...) E eu não me lembro de nenhuma vez que ele me chamou ao gabinete dele, ou ele foi em casa, ou eu fui à casa dele, para que nós estivéssemos conversando alguma coisa a respeito do desenvolvimento do curso. Inclusive, nem das notas da Faculdade para ver o desempenho, nada disso ele perguntou.(...) Então, eu senti da parte dele, uma falta de interesse no acompanhamento, na orientação.”²⁶⁹

“Dentro da Igreja podemos dizer que sim. No curso, não. Ele não tem participado.”²⁷⁰

“Ele nem pergunta as minhas notas. Mas aí é bom para mim também, que eu estou aprendendo como não devo ser.”²⁷¹

A revalidação semestral da indicação do pastorando pode fazer crer na existência de um acompanhamento sistemático das atividades acadêmicas dos

²⁶⁹ Entrevista concedida ao autor por Carlos Otonis de Araújo, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

²⁷⁰ Entrevista concedida ao autor por Edmar Miguel, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

²⁷¹ Entrevista concedida ao autor por Gilmar Feliciano de Oliveira, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 09/05/2000.

alunos por todos os pastores das igrejas locais. Isso pode ocorrer com mais freqüência nas atividades dos pastorandos na igreja local, por representar o âmbito de poder do pastor titular, gerando, nesse caso, o interesse em um acompanhamento específico, associado ao controle sobre o membro-aluno, para garantia das orientações político-eclesiástico-doutrinária adotadas. Nas demais atividades do pastorando, e principalmente no aspecto acadêmico, pode-se afirmar que há genericamente um desinteresse ou um acompanhamento distante, eventual. A percepção mais elevada por parte dos pastores responsáveis por alunos, ou dos pastores batistas em geral, (de que o apoio e interesse por possíveis candidatos e por aqueles que já realizam o curso de teologia são formas de investimento nos quadros do sistema religioso batista), é ofuscada pelo temor da comparação da comunidade com o aluno que representa o novo, uma concorrência emergente.

Como condição de matrícula inicial e de renovação semestral, a carta de recomendação é votada pela igreja local em assembleia, porém suas respostas são elaboradas pelo pastor e devolvidas à Faculdade Teológica Batista de Campinas em caráter confidencial.²⁷²

O questionário tem como opção de resposta os qualificativos excelente, bom, regular, ruim e péssimo, devendo ser datado e assinado pelo pastor responsável da igreja local do aluno. Nota-se que as exigências de acompanhamento para com os alunos se circunscrevem na ortodoxia batista e na subjetividade de quem realiza a avaliação do aluno na igreja local, ou seja, do pastor. Os padrões morais e o compromisso com Deus são relativos às doutrinas e costumes batistas, o espírito ou capacidade potencial de liderança dizem respeito à capacidade de influência e mobilização da comunidade em torno de comportamentos e crenças também pré-estabelecidos e o equilíbrio psíquico e emocional está ligado à leitura subjetiva e individual de quem o avalia. Vale observar que os questionamentos sobre conduta moral são inerentemente

²⁷² Documento “Carta de Recomendação” obrigatória para matrícula dos alunos nos cursos oferecidos pela Faculdade Teológica Batista de Campinas, 2000. Em resumo as perguntas são as seguintes: “O candidato tem demonstrado: (a) Viver segundo os padrões morais da Palavra de Deus? (b) Espírito de liderança? (c) Equilíbrio psíquico e emocional? (d) Compromisso com Deus? (e) Capacidade potencial de liderança? (f) Pontualidade em seus compromissos?.”

dotados do direito de prova e refutação, inclusive no campo jurídico, e que a aceitação do que é considerado como comportamento psíquico e emocional equilibrado, não obstante o senso comum, depende de avaliação realizada por profissionais credenciados oficialmente na área da psicologia, psicanálise ou psiquiatria, o que não ocorre com a maioria dos pastores. Junto com a carta-questionário segue o boletim de notas do aluno, referente ao seu desempenho acadêmico nas disciplinas.

Os pastorandos contam ainda com o SAE-Serviço de Apoio ao Estudante – criado a partir de 1997, que se propõe a dar assistência aos alunos nas áreas de Aconselhamento, Integração com as igrejas e Socialização²⁷³. O Aconselhamento ocorre no âmbito pessoal, para questões gerais de vida, por iniciativa do próprio pastorando, podendo existir indicação terapêutica se for o caso, a não ser quando envolva algum aspecto percebido em classe pelo docente, que em caso de confirmação faz com que esse tipo de atendimento ganhe uma característica mista acadêmico-pessoal, por possíveis vinculações a questões de personalidade ou crises que venham a afetar o conjunto dos alunos.

A área de Integração com as Igrejas tem como função o aprimoramento da relação igreja local-Faculdade Teológica, através do contato direto com os pastores responsáveis pela indicação dos alunos, mediada pelo Serviço de Apoio ao Estudante, tanto para prestação de informações sobre a Faculdade Teológica Batista de Campinas, como no atendimento as necessidades das igrejas e dos alunos. Uma das idéias presentes nesse serviço é avaliar a aplicação e desempenho prático nas atividades da igreja local.

A área de socialização procura atender às necessidades decorrentes da transição de um modo de vida e sobrevivência familiar de caráter mais secular, para outro religioso. Considerando-se que o pastorando possui família e que sua renda vem do trabalho fora da esfera religiosa, a mudança repentina advinda do trabalho em tempo integral assumido em uma igreja é grande. Muitos dos benefícios existentes no antigo modo de vida como plano de saúde, cesta básica,

²⁷³ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. Documento “Reunião do Conselho de Educação Teológica e Ministerial e Conselho Geral da Convenção Batista do Estado de São Paulo”. Relatório, 26/05/1997.

auxílio alimentação ou mesmo um salário condizente com a média do mercado para uma certa função serão perdidos. Desta forma são realizados encontros com esposas e famílias dos estudantes, com a abordagem de temas específicos ligados à vida ministerial. Às esposas dos alunos que cursam teologia que desejarem estudar, é destinado um programa de benefícios²⁷⁴, que garante a gratuidade de mensalidade de 6 (seis) créditos semestrais, e 20% de desconto para os demais que forem escolhidos, o que representa mais de 50% de desconto sobre o valor total da mensalidade. As exigências de matrícula são as mesmas dos demais alunos.

Os alunos também poderão solicitar o agendamento²⁷⁵ com o professor que desejarem, diariamente no horário das 18:00 às 19:00 horas, para questões de vocação e chamada ministerial, ou assuntos particulares. Esse atendimento utiliza as dependências do Serviço de Apoio ao Estudante, e caso se identifique alguma necessidade maior, a orientação é de encaminhamento a conselheiros e psicólogos cristãos. O aluno, nesse caso, pode escolher o docente com quem tenha mais afinidade e confiança para o aconselhamento. Com respeito aos acompanhamentos, deve-se observar que possíveis problemas que surjam ou já pré-existam são orientados a que se recorra a profissionais de outras áreas, postura adotada pela instituição.

Uma idéia defendida com relação à existência desses acompanhamentos, que efetivamente vão além das questões meramente acadêmicas, é de fazer com que haja um tipo de laudo de habilitação para que o aluno possa de imediato passar pelo concílio de ordenação e assumir um ministério em uma comunidade. Tais acompanhamentos seriam realizados por profissionais da área de psicologia, tendo como um de seus objetivos a identificação da “vocação e chamada” do aluno, reforçando, assim, quem efetivamente deseja se dedicar à responsabilidade pastoral de uma igreja local, de um grupo de fiéis, indo além do simples

²⁷⁴ Documento “Edital de Benefícios-Esposas de Seminaristas/Requerimento de Matrícula e Gratuidade”, Faculdade Teológica Batista de Campinas, 2000.

²⁷⁵ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. **Manual 2000**. “Atendimento pelos Professores”, 2000.

aconselhamento sobre problemas emocionais ou de relacionamentos que ele esteja enfrentando:

“São duas coisas diferentes, ser chamado e ser formado. No nosso teologuês o ser chamado é esta vocação, e o outro lado é ter a formação que por vezes a pessoa tem para ser um líder cristão melhor, para ter mais profundidade, mais estabilidade, e às vezes até necessário para áreas que ela vai desempenhar na vida. Então formar-se num Seminário deve ser dissociado de ser consagrado ao ministério. O fato porém que formado é quase que uma recomendação, legítima. E o Seminário deveria ser restritivo, chegar mesmo ao ponto de dizer “olha nós não vamos deixar que você saia daqui com a recomendação do nosso Seminário.”²⁷⁶

Essa seria uma forma de diferenciar aqueles que, por motivos outros, não a paixão pela atividade ministerial, se aventurariam a “conduzir” espiritualmente uma comunidade. Um ponto vital da função pastoral é que ela lida invariavelmente com uma massa de indivíduos, sendo o grande número de pessoas a natureza da Igreja. Ainda há a questão do desligamento. O desligamento é possível de ser exercido, embora na prática não aconteça, devido a configuração do sistema de indicação, admissão e manutenção do aluno no curso, que torna as Faculdades Teológicas dependentes dos pareceres semestrais emitidos sobre eles pelos pastores das igrejas locais.

“Mas para mim a linha seria esta, um acompanhamento, e quando se definisse que a pessoa não tem possibilidade de ser ajudada ou não quer ser ajudada, então que ela fosse desligada. Mas as regras do jogo deveriam ficar bem claras desde o início.”²⁷⁷

²⁷⁶ Entrevista concedida ao autor por Isaltino Gomes Coelho Filho, em 18/04/2000.

²⁷⁷ Entrevista concedida ao autor por Isaltino Gomes Coelho Filho, em 18/04/2000.

Dois tipos de alunos não receberiam a recomendação da Faculdade ou Seminário: aquele que não deseja o ministério pastoral e aquele que não possui condições para tanto, sendo este último passível da ação de desligamento. Pode-se argumentar que essas ações não são simples acompanhamentos de desempenho, mas um monitoramento que romperia com direitos básicos dos indivíduos, à medida que entrariam em aspectos da vida privada que dizem respeito somente a ele e a mais ninguém, o que não deixa de ser verdade. Por outro lado, o curso teológico na Igreja Batista é confessional e existe para atender um perfil requisitado internamente pelas igrejas locais, portanto, para um mercado fechado e direcionado, do qual o pastor é cativo, cujo exercício da profissão pastoral diz respeito também a uma confessionalidade pessoal e a uma interação com a comunidade que vai muito além da mera relação de trabalho como em uma empresa, onde são exigidos competência, urbanidade e ética. Na relação pastor-igreja/membro essas qualidades de um profissional devem estar presentes de alguma forma, porém deve existir uma mesma fé que leva à irmandade e ao compartilhar de uma trajetória que se inicia nesse mundo físico e visível e tem continuidade em outro materialmente diverso e não visível. O pastor, devido a essa posição, usufrui da amizade e confiança dos fiéis num grau maior e diferente, por exemplo, de um supervisor ou gerente de empresa. Ele tem acesso a informações de vida pessoal, familiar, profissional ou emocional privilegiadas, que poderão ser manipuladas em prol de interesses duvidosos, se colocadas sob sigilo de indivíduos inescrupulosos. Essa é a importância da avaliação e do parecer sobre o caráter daquele que almeja o pastorado.

5. A relação docente–aluno e o futuro ministério pastoral

Um papel importante exercido pelo docente sobre o aluno não está fundamentado somente no conhecimento teórico formal que ele pode oferecer, mas também na contribuição de sua vivência prática enquanto pastor que possui

um ministério e é, portanto, portador de uma experiência que pode ser transferida em sala de aula, pois sua imagem de pastor permanece forte, sobrepondo-se muitas vezes à do professor. Nesse caso, uma grande maioria de docentes são pastores e estão engajados no mesmo tipo de trabalho e universo em que o aluno estará futuramente, sendo essa outra especificidade que envolve a confessionalidade do ensino teológico batista:

“Então é muito importante, eu creio, que o professor-pastor se doe mais, não se preocupe só com cumprir aquele currículo de aula e que os alunos saibam interpretar um texto bíblico, mas também em dar o suporte na hora de uma necessidade do aluno, em trocar experiência (...).”²⁷⁸

Nesse caso o aluno tem a vantagem de contar numericamente com vários docentes que desempenham a mesma função que ele está buscando, o que se constitui em valiosa fonte de informações sobre práticas ministeriais diversas, diferentes estilos de liderança adotados e formas encontradas para se resolver determinados problemas que um dia atingirão o pastorando em sua futura comunidade.

“Tem hora que ele para a aula (...) dá cinco minutos de aconselhamento ou conta um experiência dele, que a gente sente que realmente pode parar para ouvir, porque aquela experiência vai servir para a gente no ministério. Então, esse é muito bom e tem essa visão, ele está olhando para o aluno ali, e o aluno não é apenas um aluno. O aluno é um colega de ministério dele. Se todos tivessem essa visão, seria fantástico.”²⁷⁹

²⁷⁸ Entrevista concedida ao autor por Rute Salviano Almeida, ultimoanista do curso de teologia e professora da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 09/04/2000. A professora Rute Salviano Almeida possui formação em Estudos Sociais e leciona as disciplinas de História do Cristianismo, Religiões Mundiais e Seitas e Metodologia da Pesquisa.

²⁷⁹ Entrevista concedida ao autor por Gilmar Feliciano de Oliveira, último anista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 09/05/2000.

O desenvolvimento de uma relação que tangencia a amizade acaba estimulando o sentimento de pertença à categoria pastoral, alterando a dinâmica habitual existente em sala de aula em comparação aos cursos seculares em geral. A contribuição prática é incorporada como parte das funções de ensino e do relacionamento professor-aluno e ganha um peso complementar significativo na formação oferecida pela Faculdade Teológica Batista de Campinas, como integrante de seu conteúdo:

“Em sala de aula e em contatos pessoais, os professores buscam o desenvolvimento total daqueles que estudam na FTBC. E num ambiente bastante favorável à aprendizagem. Os professores transmitem não apenas conhecimentos teóricos, mas também noções práticas e experiências pessoais e ministeriais.”²⁸⁰

Se o cumprimento de um certo papel pastoral sobre a vida do aluno é visto internamente como positivo, pois transfere um saber que será intensamente utilizado na vida prática, o papel essencialmente docente fica prejudicado pela falta de preparo adequado e mínimo no desempenho da função pedagógica, da capacidade de ensino. Essa lacuna crônica ocorre pelo fato de a maioria dos docentes possuírem exclusivamente a formação teológica, que não prevê a atividade acadêmica de ensino superior, fazendo com que eles não tenham contato com disciplinas da área pedagógica que lhes proporcionariam o arcabouço necessário ao exercício do ensino, à transmissão do conhecimento, seja teológico ou não:

“Então também um problema é a falta de preparo pedagógico de nossos professores, que são recrutados do pastorado. Mas não fizeram pedagogia, não tem as noções, e então submetem os alunos a aulas de

²⁸⁰ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. **Manual 2000**. “Apresentação”, 2000.

*leituras e preenchimento de fichas de leitura, mas o aluno não reflete, ele vai engolindo conceitos.*²⁸¹

6. O pastorando e suas expectativas com relação ao futuro ministério pastoral

O estereótipo do pastor egresso da Faculdade Teológica Batista de Campinas ainda está atrelado historicamente às primeiras iniciativas missionárias do final do século passado, realizadas através de agências missionárias, modelo usualmente utilizado à época, cunhado pela expressão “protestantismo de missão”, cuja ênfase primordial era a evangelização e a formação de igrejas locais, com intensa dedicação ministerial:

*“(...) mas ela não tem por base uma formação teológica de cunho reflexivo do ponto de vista filosófico (...)Então, como é fruto desse projeto missionário, as Faculdades Teológicas, e a nossa tem esse perfil, talvez até um pouco mais acentuado, ela tem uma origem muito mais voltada para a igreja, para o ministério da igreja, no sentido da expansão, da evangelização, do crescimento. Então, a Educação nossa, que é a educação teológica, ela assumiu um caráter essencialmente voltado para a expansão da obra missionária.”*²⁸²

A educação do pastorando será voltada para o evangelismo, a pregação bíblica e do apascentamento de seu “rebanho” (membros de sua igreja local), dentro do ortodoxia batista, de caráter pietista e fundamentalista, herdada da tradição norte-americana. A educação proposta pela Igreja Batista considera mais a instrumentalização para o exercício da prática pastoral, em detrimento de

²⁸¹ Entrevista concedida ao autor por Isaltino Gomes Coelho Filho, em 18/04/2000.

²⁸² Entrevista concedida ao autor por Natanael Gabriel da Silva, em 21/10/2000.

disciplinas voltadas aos aspectos filosóficos e críticos da teologia. O currículo atual tem a seguinte distribuição para o curso de teologia²⁸³:

Faculdade Teológica Batista de Campinas Currículo 2000	
Área	Número de disciplinas
Bíblica	25
Eclesiologia	05
Prática pastoral	13
Psicologia	03
Outras (línguas, história, filosofia, etc)	18

Como se pode notar, as maiores concentrações de disciplinas estão na área bíblica, de prática pastoral e eclesiologia, respondendo a uma realidade existente dentro da igreja local, à qual o pastorando deverá se adequar ao deixar o curso de teologia. O pensamento corrente é de que o pastor deve ser um generalista, sem contudo abrir mão dos princípios e doutrinas que formam a ortodoxia batista. Sua formação deverá também ser voltada à administração de pequenas comunidades, que compõem a grande maioria das igrejas batistas na atualidade, fazendo com que os ministérios ganhem uma característica “intimista”. Assim o relacionamento individual ou familiar ganha relevância em relação às grandes comunidades, exigindo do pastor recém formado constante envolvimento direto nos problemas e dificuldades que surjam.

“A Teológica forma pastores, forma obreiros, forma teólogos e nesse sentido, ela precisa ter uma preocupação menos acadêmica e mais prática. Defendo a idéia de que os professores da Faculdade Teológica deveriam a um volume razoável, ser formado por pastores, que estão no exercício do ministério, para poder trazer esta prática, para a gente

²⁸³ FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. **Manual 2000**. “Cursos oferecidos”, 2000.

*não correr o risco de formar muito academicamente as pessoas, retirando eles de um extrato razoavelmente prático (...)*²⁸⁴

Outras sinalizações para o perfil pastoral se encontram nas preferências dos membros das igrejas locais em relação ao culto, onde figuram a pregação (36,5%) e o louvor (35,8%)²⁸⁵, e nas tarefas essenciais da Igreja²⁸⁶, que são evangelização (89,4%), ensino bíblico (79,7%), doutrinação dos membros (67,6%) e ajuda espiritual aos membros (67,2%), o que também explica a tendência a um comportamento sectário da Igreja Batista e de seus pastores.

Uma primeira consideração a ser realizada é a de que os alunos da Faculdade Teológica Batista de Campinas são, em geral, jovens, estando em um estágio de vida que se pode classificar como adolescência ou o final dela. Tal fase tem características semelhantes em qualquer instituição de ensino superior secular pública ou privada. Nesse estágio o aluno está em transição para o mundo adulto do trabalho, ou para o mundo religioso do ministério pastoral. Como a natureza da função pastoral exige uma responsabilidade sobre uma comunidade local, a transição entre a condição de membro de uma igreja e de aluno para o pastorado efetivo é radical, realizando um corte profundo em um prazo de tempo curto, constituindo-se em mais uma especificidade do curso teológico e da vida ministerial. Porém, para a maioria dos alunos que se enquadram nesse grupo, a entrega apaixonada a um projeto de vida ministerial idealizado faz parte de um processo normal desta fase:

“Quanto à religiosidade, fenomenologicamente se observa que o adolescente pode se manifestar como um ateu exacerbado ou como um místico muito fervoroso, como situações extremas. Logicamente , entre

²⁸⁴ Entrevista concedida ao autor por José Vieira Rocha, atual Secretário Executivo da Convenção Batista do Estado de São Paulo, 1º Vice-Presidente da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Seção do Estado de São Paulo e pastor da Igreja Batista do Braz, em 18/05/2000. José Vieira Rocha também ocupou dentre outros cargos os de presidente da Convenção Batista do Estado de São Paulo (6 mandatos) e presidente da Junta de Educação.

²⁸⁵ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**, 1997, p.68. Pesquisa realizada pela empresa SPAI.

²⁸⁶ Idem, p. 65.

*elas há uma grande variedade de posicionamentos religiosos e mudanças muito freqüentes.*²⁸⁷

Nos cursos seculares existe a idéia implícita de progressividade profissional, tendo como caminho natural o estágio empresarial/institucional, a assunção a cargos menores e por fim cargos médios de supervisão, até que se alcance os cargos de direção, salvo em negócios próprios ou similares. No universo religioso protestante batista o indivíduo passa diretamente ao cargo máximo da igreja local, de pastor, sem que o tempo e as experiências nele distribuídas tenham cumprido seu papel em direção a uma maturidade importante para essa função. Tudo o mais que se pensar como necessário para o seu amadurecimento se dará no campo de trabalho pastoral.

A expectativa inicial que cerca o aluno é sobre a possibilidade concreta de receber um convite para pastorear uma comunidade, um de seus objetivos ao ingressar no curso teológico, e associado a isso o imaginário coletivo que a igreja possui sobre o desempenho de seu pastor, gerando certa insegurança também no candidato:

*“Mas eu vejo que hoje o jovem se preocupa muito em primeiro saber se vai ter um convite. Uma questão que também eu me perguntava é se eu conseguiria dar conta do recado. (...) Eu tinha medo de cair pelo meio do caminho, por causa do estereótipo que fazem de pastor. (...)”*²⁸⁸

O estereótipo do pastor inclui o domínio sobre um saber teológico que tem resposta para todas as dúvidas humanas e do mundo espiritual, uma conduta moral irretocável ao melhor estilo puritano e uma espiritualidade que o aproxima mais da condição divina do que humana. Esse estereótipo retira do indivíduo uma condição de vida que se pode chamar de normal, com suas emoções, falhas e dúvidas, para inseri-lo em uma redoma, onde sua humanidade se encontra do

²⁸⁷ ABERASTURY, Arminda, KNOBEL, Maurício. **Adolescência Normal**. 4.ed.,Porto Alegre: Artes Médicas, 1985, p. 40.

²⁸⁸ Entrevista concedida ao autor por Isaltino Gomes Coelho Filho, em 18/04/2000.

lado de fora. A ansiedade de responder a essas expectativas o acompanhará permanentemente, independente dele ser um novato no ministério, assim como a busca por não cometer erros, de ser enxergado como eficiente, de mostrar-se competente nos campos da teologia, eclesiologia e administração, atendendo, dessa forma, à multifuncionalidade desejada pela igreja para um pastor:

“A minha ansiedade emocional, ela vinha, a princípio, da minha – quando você sente à flor da pele a sua incapacidade e ao mesmo tempo, você sente o peso da sua responsabilidade, então, você fica com as emoções à flor da pele (...)”²⁸⁹

Ainda no imaginário coletivo da Igreja, estar casado é um pré-requisito quase que indispensável para a ordenação pastoral e para um bom desempenho à frente da comunidade. A esposa do pastor, na visão da comunidade, cumpre papéis importantes de liderança de várias áreas da igreja e de estabilidade emocional de seu marido e de seu lar. A crença bíblica de que a mulher foi criada divinamente para estar ao lado de seu marido para ajudá-lo é transferida para o modelo da Igreja com grande intensidade, a ponto de que a condição de solteiro chega a ser um problema a ser solucionado. Fica então colocada a ansiedade de se encontrar uma esposa, uma vez que o pastorado é destinado aos homens na Igreja Batista:

“Eu sou solteiro e isso também pesa, no meio Batista, não em todos os casos, cada igreja é uma igreja; (...) Um pastor solteiro até então... quer dizer que eu não vou casar imediatamente, eu estou no último ano, não é. Tem essa dificuldade, talvez se eu fosse casado, eu teria já um “know-how” maior ainda, mais fácil ser ordenado, assumir uma igreja, não sei (...)”²⁹⁰

²⁸⁹ Entrevista concedida ao autor por Luis Eduardo Vicente, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 23/05/2000.

²⁹⁰ Entrevista concedida ao autor por Edmar Miguel, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

O “mercado de trabalho” existente para o pastor não possui limites – o pastorando pode ser convidado por qualquer igreja local brasileira, ou até mesmo de outro país, dado o princípio de autonomia das igrejas batistas. Tamanha flexibilidade carrega algumas dificuldades quando o convite é realizado por uma comunidade geograficamente distante de seus vínculos sociais, acarretando o afastamento familiar, adaptações à nova cultura local e o desenvolvimento de outro círculo de amizades. Essas dificuldades se agravam quando se verifica que a média de permanência de um pastor em uma igreja batista é de 5 (cinco) anos²⁹¹, impedindo que sua família crie “raízes” em determinada localidade, processo que atinge o pastorando já no início de sua vida ministerial.

A grande maioria de igrejas pequenas, entre 50 e 100 membros, no Estado de São Paulo carrega como consequência baixos salários pastorais. Dessa forma surge o temor da igreja em não conseguir sustentar o pastor adequadamente ou de que ele tenha de deixar sua dedicação integral, dividindo o seu tempo e o seu ministério com um trabalho secular:

“Dinheiro é uma das áreas graves na vida do pastor. (...) eu creio que não muito, mas eu já estou meio preparado para viver dentro de um determinado orçamento, para controlar um pouco das finanças. Eu acho que tenho condições de olhar bem a minha parte financeira.”²⁹²

Outra consequência do pastor assumir uma igreja local é que haja uma mudança significativa em sua vida econômica-financeira, melhorando-a, caso ele não possua um emprego pregresso que lhe forneça uma boa renda, ou impondo-lhe um estilo de vida mais modesto que o anterior. A instabilidade traz preocupação se o pastorando tiver filhos, condição que aumenta os custos de manutenção familiar. A questão salarial dentro da Igreja Batista deve ser vista a

²⁹¹ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**, 1997, p. 32. Pesquisa realizada pela empresa SPAI.

²⁹² Entrevista concedida ao autor por Gilmar Feliciano de Oliveira, último anista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 09/05/2000.

partir do princípio de autonomia que rege a igreja local, pois, em assembléia os membros determinam o salário e benefícios que serão negociados ao se apresentar o convite ao candidato a pastor. Desde o momento em que ele assumir o pastorado de uma igreja, todas as possíveis alterações estarão atreladas a uma aprovação pela assembléia, conforme os estatutos da igreja local, o que também é um fator estressante, dada a enorme flexibilidade na condução das questões que venham a surgir, por serem decisões dotadas de forte caráter político.

Aqui também se coloca a contraposição entre o imaginário do pastorando com relação à sua futura vida ministerial e as realidades pertinentes às igrejas locais. Poderia-se argumentar sobre o quanto a sua participação nas atividades de uma igreja local se transformam em experiências aplicáveis na sua liderança de uma comunidade. Geralmente os planos de atuação do membro de uma entidade e de seus líderes têm escopos bem diferenciados, o que faz com que o pastor tenha que reelaborar a visão de seu sistema religioso para tornar-se capaz de aprender novas regras e mecanismos que regem um plano mais elevado de seu mundo, que ele imaginava conhecer e dominar.

A igreja também irá apresentar as mesmas dificuldades que qualquer grupo social não religioso, independente das expectativas do pastorando. A base de funcionamento da igreja, que é a voluntariedade, tanto da contribuição em dinheiro como da colaboração pessoal, já se constitui para a maioria das igrejas um problema crônico. Os valores de manutenção de um pastor e de outras despesas fixas já são relativamente altos frente à arrecadação mensal através do dízimos e ofertas, retirando muitas vezes a possibilidade de investimento em projetos sociais que tenham como alvo a população do bairro em que se localiza uma determinada igreja local. Na Igreja Batista não existe a centralização de recursos arrecadados pelas igrejas locais para sua posterior redistribuição com base em tamanho da igreja ou orçamento, devendo cada uma viver com o montante arrecadado naquele mês:

“(...) as dificuldades passaram a ser outras, problemas de ministério, depois que eu me envolvi com a igreja, a gente começou a se envolver

com os problemas das pessoas, começaram a aparecer drogados, começaram a aparecer pessoas violentas. Aí, você fica naquela tensão; você quer ajudar, mas você não tem recursos, entende? Aí começa a vir as tensões de ministério, quer dizer, antes de ser pastor, já tem a tensão de ministério.”²⁹³

A falta de recursos é um dos primeiros problemas que o pastorando espera enfrentar, o que modifica a maneira de lidar com os problemas ou projetos pretendidos, ou até mesmo faz com que muitos deles sejam postergados ou desprezados. Isto também se aplica aos investimentos internos, voltados às programações das várias áreas, à ação social aos membros e à ampliação das condições estruturais e de recursos materiais.

Como a voluntariedade é a base da cooperação e depende do bom entendimento entre os membros do grupo e da comunidade local, torna-se um dos desafios encontrados com freqüência pelos pastores. Como em qualquer sistema social, os interesses diversos são mediados pela ação política de grupos internos ou de pessoas, na tentativa de manutenção de poder sobre as decisões e sobre os encaminhamentos de vida comunitária. O pastorando deverá demonstrar capacidade conciliadora diante dos diversos modos de pensar e de elencar valores, sendo mais uma vez prisioneiro da ausência de uma fase intermediária que poderia existir entre o final do curso e o início efetivo do ministério como pastor titular de uma igreja local. Todavia o princípio de governo batista congregacional e não centralizado, associado ao princípio de autonomia existente na totalidade das igrejas pertencentes à Convenção Batista Brasileira, não permitiria a adoção plena de um sistema com esse formato. Para que isso pudesse vigorar, todas as igrejas locais deveriam submeter à sua assembléia local a criação de um estágio pastoral destinado aos egressos dos cursos teológicos. Talvez assim poderia-se constituir um projeto seletivo, voltado para igrejas de grande e médio porte, cujos recursos o permitissem. Mesmo assim outras

²⁹³ Entrevista concedida ao autor por Jakson Garcia Parreira, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 23/05/2000.

questões políticas e de poder estariam envolvidas nessa alteração sistêmica, o que torna essa realidade distante.

“(...) mas uma das grandes dificuldades que eu tenho encontrado em uma igreja, inclusive onde eu estou trabalhando, é relacionamento interpessoais. É uma das coisas que mais tenho encontrado dificuldade.”²⁹⁴

“Hoje na igreja está faltando muito um espírito de mutualidade, companheirismo. (...) Eu teria dificuldade nesta parte, de se o pessoal não fosse unido, estar unindo e reconciliando, nas diferenças da igreja.”

295

As diferenças de opiniões internas em uma igreja local se colocam diante da necessidade de que as propostas vencedoras sejam apoiadas em termos cooperativos pela maioria do grupo, sob o risco de que não se viabilizem na prática cotidiana. Saber trabalhar as relações interpessoais dos membros é imperativo ao pastor, assim como desenvolver uma relação amigável e construtiva com a comunidade, pois qualquer conduta diferente dessa se constitui fator desagregador, uma vez que os membros são regidos carismaticamente e não sob o pagamento de um salário em um determinado cargo. Demonstrar suas qualidades carismáticas pessoais ao grupo e ser assim reconhecido é fundamental para a manutenção da coesão dos membros entre si e destes com o pastor:

“Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de sua dignidade tradicional; e, portanto, também somente enquanto essas

²⁹⁴ Entrevista concedida ao autor por Carlos Otonis de Araújo, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

²⁹⁵ Entrevista concedida ao autor por Edmar Miguel, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

*qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto seu carisma subsiste.*²⁹⁶

Apesar de o cargo pastoral ser votado pela assembleia da igreja local, são estes membros que deverão enxergar continuamente nesse pastor as “qualidades excepcionais” que permitirão sua permanência como líder da comunidade. Numa igreja protestante batista as qualidades são em primeiro lugar espirituais, ligadas ao conhecimento bíblico, à capacidade de pregação (homilética), à sabedoria no aconselhamento e outras que compõem um perfil pietista. Deve-se observar que nessa “espiritualidade” muitas vezes a forma de expressão do pastor é confundida com o domínio de conteúdo específico ao mundo religioso. Formas de expressão que utilizam imitação de voz, gesticulações teatrais, manipulação emocional e abusos de autoridade (confundidos com uma capacidade de liderança eficaz e firme), são por vezes e erroneamente entendidas como qualidades espirituais, sem se considerar que possam ser justamente o contrário, modos de velar a falta de conteúdo e densidade teológico e bíblico do líder.

Administrar as diferenças entre os membros é um desafio cotidiano, assim como conviver com a realidade de não conseguir agradar a todos, o que é visto como um problema constante:

*“Ninguém consegue agradar a gregos e a troianos. Então, muitas vezes, você toma alguma atitude ou você planeja alguma coisa que vai ser muito boa para a igreja e tem um grande maioria que está vibrando com a idéia e apoiando e tem aquele grupo que torce o nariz, faz cara feia : “para que mudar, sempre foi assim”, então isso é difícil (...)*²⁹⁷

A necessidade de agradar a todos e a impossibilidade de realizá-la pode ser entendida pelos sujeitos-pastores como um fator desagregador dentro da

²⁹⁶ COHN, Gabriel (org.). **Max Weber**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 135.

²⁹⁷ Entrevista concedida ao autor por Rute Salviano Almeida, ultimoanista do curso de teologia e professora da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 09/04/2000.

igreja local, e não como um embate de forças natural e de direito presentes em todos os sistemas sociais. O pensamento pietista subentende uma atitude condescendente e de docilidade com os que detêm o poder local, no caso os pastores das igrejas locais. Colocar-se contra o desejo do pastor pode assumir o significado de resistência ao desejo divino, cujo representante é o pastor, ainda dentro da idéia do “ungido do Senhor”²⁹⁸.

A solidão do cargo pastoral é uma realidade a ser enfrentada. Os problemas denominacionais e institucionais poderão ser compartilhados sem dificuldades com membros e colegas pastores, todavia a observação estrita de uma ética que privilegia o indivíduo e sua vida acentuará essa sensação:

“(...) o ministério, o pastor Júlio sempre disse para mim: “ Você aqui, esse sofrimento que você passa aqui, isso não é nada, porque aqui você tem o professor, você tem o seu par, você tem o diretor, você tem um aluno, um colega que ora com você, mas quando chegar no ministério, esse sofrimento vai triplicar, vai quadruplicar, porque ali você não vai ter ninguém para falar com você (...)”²⁹⁹

A função pastoral vai lidar com a confidencialidade do aconselhamento, com expectativas de pessoas e de grupos, com carências e preciosismos, e com o imaginário de que o pastor possui a capacidade e a influência de resolver a quase totalidade das demandas de vida da igreja local. O rompimento da ética e moralidade que resguarda a vida pessoal, familiar, profissional ou de qualquer outra natureza, quebrará uma das principais qualidades do pastor: a confiança. Carisma e confiança andam lado a lado, havendo a requisição da existência de ambos para a continuidade da relação pastor-membros. Ser discreto e manter a confidencialidade é indispensável e pertinente ao exercício da função pastoral, bem como a compreensão de que a vida do outro, seja membro ou não, por mais

²⁹⁸ Conforme visto no capítulo IV, item 1.

²⁹⁹ Entrevista concedida ao autor por Jakson Garcia Parreira, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 23/05/2000.

que se queira exercer qualquer influência ou ingerência não lhe pertence eticamente.

O pastorando sempre espera que em seu futuro ministério ele possa, de alguma forma, inovar e não incorrer em erros que tenha visto em igrejas locais. Ele pensa projetos, em modelos de relacionamento idealizados, fórmulas diferenciadas para resolução de problemas antigos, e em meio a seus planos vai construindo imaginariamente seu ministério, elaborando mentalmente os mecanismos e normas que regerão sua relação com a comunidade que irá lhe receber. Ele já espera pelo reconhecimento de seu carisma para as realizações pretendidas frente à sua comunidade.

O ensino bíblico possui uma ênfase privilegiada nos ministérios pastorais, pois através dele a reprodução da interpretação batista das Escrituras Sagradas é garantida aos fiéis, cumprindo o papel de manutenção da identidade interna realizada pela ortodoxia explicada nos bancos da igreja local. Através do ensino são formados os agentes multiplicadores da Igreja, os quais só poderão ocupar cargos e se tornar bons evangelizadores se conhecerem sua doutrina:

“E eu me sinto, meio que pai das pessoas e eu me sentiria realizado, quando essa igreja conseguisse me ver como um pai, não só me respeitando, mas confiando, confidenciando, se abrindo e principalmente quando eu perceber que as coisas que eu tenho ensinado, não tem sido vãs. Que as pessoas têm assimilado os ensinamentos, têm conseguido, além de assimilar, passá-los adiante e que esses ensinamentos têm feito diferença para as vidas deles. Então, eu acho que isso será para mim algo de grande importância.”³⁰⁰

A função pastoral, apesar da orientação denominacional batista quanto à ortodoxia a ser seguida, proporciona certa autonomia de realização de uma leitura personalizada da vida religiosa e de seus ensinamentos bíblicos, o que de per si é

³⁰⁰ Entrevista concedida ao autor por Carlos Otonis de Araújo, ultimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

um projeto ministerial que causa atração ao pastor, pois permite impregnar a comunidade com seu estilo pessoal . A confiança em todo esse processo é a base da liderança carismática:

“O carisma só conhece a determinação interna e a contenção interna. O seu portador toma a tarefa que lhe é adequada e exige obediência a um séquito em virtude de sua missão. Seu êxito é determinado pela capacidade de consegui-los.(...)”³⁰¹

Formar um grupo que assuma a mesma visão ministerial do pastor é uma expectativa a ser concretizada, porém conflitante com capacidade do grupo e dos seus integrantes individuais pensarem e decidirem seus próprios caminhos³⁰², seja no aspecto espiritual ou social de vida. Quando às funções eclesiais do pastor, de aconselhamento e apascentamento, estas são direcionadas para um relacionamento de caráter paternalista e corre-se o risco de que a comunidade não desenvolva a maturidade necessária para um relacionamento interno sadio.

Nos projetos ministeriais está incluída a questão da humanização do membro, indo além da mera preocupação com a condição espiritual do indivíduo:

“(...) Eu acho que o pastor precisa ver a ovelha num todo. Ver a necessidade espiritual, que é o propósito do pastor, mas ver também o contexto social da ovelha e a vida particular, financeira, a vida familiar, como está a vida familiar. Porquê ? Porque a vida financeira, a vida familiar, a vida conjugal reflete diretamente na igreja. Então, eu, como pastor, eu preciso me preocupar com minha ovelha num todo, porque se eu me preocupar com a parte espiritual e não me preocupo com a

³⁰¹ WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, p. 285.

³⁰² Documento “**Código de Ética Ordem dos Pastores Batistas do Brasil- Secção Estado de São Paulo**”. Anais da 58ª Assembléia Anual Estadual, São Caetano-SP, 05 e 08/07/2000, item 26, p. 27. Este item fala que “O pastor deve respeitar as decisões da igreja, com prudência e amor, orientando seu rebanho e o esclarecendo na tomada de decisões administrativas – (II Cor. 3: 5,6)”.

*parte social, a parte humana, eu estou sendo um pastor pela metade.
(...)*³⁰³

Essa preocupação humanitária posteriormente é politizada, pois o bem-estar individual e coletivo em vários aspectos da vida dos membros traz conseqüências diretas na vida da igreja local. As condições de vida social poderão afetar a vida da igreja local, seu equilíbrio financeiro, no caso de membros desempregados, emocional, quando existirem conflitos familiares que influenciarão o clima interno da comunidade.

A “restauração de vidas”, termo usado pelos protestantes e pentecostais para definir o ministério de ajuda espiritual, ocorre inicialmente pela aproximação dos pastores e da comunidade junto aos membros mais necessitados, alterando sua realidade através da solução de problemas imediatos e alterando, também, a maneira pela qual ele enxerga os processos sociais, utilizando para isso a lente religiosa da fé e do biblicismo:

*“(...) restauração de vidas em todos os sentidos: espiritual, moral, emocional e edificação de vidas, que é isso que trabalha o crescimento espiritual na fé, no ministério da igreja e usando diversos métodos. Principalmente, seria o aconselhamento e o ensino, seja através da pregação em si, mas também principalmente através da educação religiosa na igreja, educação cristã.(...)”*³⁰⁴

Essa ação sobre os membros da igreja local utiliza métodos variados, como a pregação e a educação religiosa que são voltados à massa, e o aconselhamento ou discipulado (ensino personalizado) de caráter individualizado. O objetivo é o “crescimento da fé” individual, assegurando a permanência na comunidade.

³⁰³ Entrevista concedida ao autor por Carlos Otonis de Araújo, ultimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

³⁰⁴ Entrevista concedida ao autor por Edmar Miguel, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

O modelo de ministério centrado unicamente na pessoa do pastor também encontra resistência na atualidade. Se o pastor centralizador possui a legitimidade de governar uma igreja local por ter sido eleito por ela para ocupar tal cargo, não possui necessariamente a autoridade que vem do reconhecimento de que suas ações são legitimamente as melhores e mais corretas do ponto de vista do direito de participação dos membros nos aspectos de vida da igreja. Pastores que não sabem delegar e dividir as responsabilidades sobre atividades acabam por retirar a possibilidade de uma participação coletiva mais intensa da igreja local, incluindo-se os processos de planejamento e decisão e não somente de execução mecânica de projetos impostos a partir do púlpito.

*(...) Aqui o pastor faz tudo: ele bate escanteio, ele corre fazer gol de cabeça, depois ele vai para o gol para espalmar, quando ele espalma, ele vai pegar o rebote, chuta de novo. Então, o pastor não pode fazer tudo, não deve fazer tudo. É horrível, ridículo, e um dos grandes traços da incompetência e a prova da insegurança pastoral que eu tenho visto, é quando ele quer fazer tudo para provar que ele sabe e o irmão fica ali estressado, sentado no banco, muitas vezes com muito potencial, às vezes mais do que o pastor e não pode ministrar. Então, eu me sentirei realizado quando eu vir os leigos participando (...)*³⁰⁵

A atitude pastoral centralizadora pode ser confundida com “incompetência” ou “insegurança”, produzindo muitas vezes o desconforto do membro e das relações entre este e o pastor, incômodo demonstrado por um confronto direto na relação ou pela apatia, esperando que de alguma forma a comunidade manifeste seu descontentamento. Esse tipo de atitude se torna contraditória diante do padrão de divisão e funcionamento cotidianos propostos pela Igreja Batista e da necessidade participativa dos membros para a efetiva realização de todas as atividades existentes de evangelismo, ensino e de culto em geral.

³⁰⁵ Entrevista concedida ao autor por Gilmar Feliciano de Oliveira, último anista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 09/05/2000.

Outra ênfase ministerial buscada com intensidade é a democratização das relações pastor-membro pela aproximação através de mensagens mais contextualizadas com as realidades vivenciadas socialmente pelos membros. Essas mensagens poderão até ser ortodoxas na essência, devendo, no entanto, ser atraentes na forma.

“(...) eu queria ter um ministério assim, eu queria construir a idéia de púlpito criativo, bem próximo das pessoas (...) com um ministério amplamente voltado para a educação, para o crescimento educativo, para o crescimento cultural e até mesmo o crescimento intelectual das pessoas. (...) e eu sonho com um ministério bem voltado para isso, um púlpito didático, um púlpito que traga crescimento, que traga cultura, conhecimento e edificação para o povo.”³⁰⁶

O púlpito se torna o espaço de aproximação e os conteúdos apresentados didaticamente e voltados aos interesses e necessidades da comunidade vão além das questões espirituais, fazendo a mediação e dando sustentação a uma convivência mais próxima e íntima com os membros. A adoção dessa filosofia para o púlpito deve ser estendida para as outras áreas da igreja, como a de educação religiosa, onde de maneira mais informal, menos ritualizada, pode-se abrir a oportunidade de abordagem de assuntos políticos, de saúde, de trabalho e outros que serão analisados sob a lente da ortodoxia, tendência presente majoritariamente nos crentes batistas do ramo histórico. Essa tendência fica evidenciada quando se verifica que a pregação é a parte do culto preferida por 36,5% dos batistas e o louvor por 35,8%. Essa divisão percentual está ligada à idade, classe social e escolaridade dos membros, pois à medida que elas aumentam também cresce a preferência pela pregação bíblica³⁰⁷, cuja natureza intrínseca é a transmissão verbal de saberes no campo da teologia, ética, moral,

³⁰⁶ Entrevista concedida ao autor por Luis Eduardo Vicente, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 23/05/2000.

³⁰⁷ CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil Batista**, 1997, p. 68-69. Pesquisa realizada pela empresa SPAI.

cultura geral e interpretações de caráter geral das realidades sociais. Essa é a visão utópica de capacitação e transformação do indivíduo via púlpito, entendida, por vezes, como competente para dar conta da complexidade de todos os aspectos de vida dos membros, tendo como referencial principal para o seu desenvolvimento a condição pessoal do pastor da igreja local, que, como todos os membros de sua comunidade, possui limitações.

A linha autoritária de certos pastores no passado (alguns até hoje) e a tentativa de fazer crer em seu iluminismo e onisciência são paralelismos realizados com a forma de governo utilizada pelos militares durante seu governo no país. A linha ditatorial assumida no governo político do país era reproduzida dentro da igreja local sem a possibilidade de participação e expressão plena da comunidade em seus próprios assuntos. Nota-se na geração atual o desejo de inversão desse modelo, proporcionando a transferência das discussões e decisões para a coletividade, até mesmo pela colocação em pauta de assuntos antes considerados como restritos a uma elite interna.

“Só que no passado, principalmente na época do regime militar, as coisas eram diferentes, porque as pessoas não podiam reagir aos seus instintos, suas vontades, seus pensamentos; era algo mais restrito, mais interior, não se podia falar muito. O jovem, mesmo não concordando com muita coisa, ele submetia à autoridade, porque era do regime. Era toda uma filosofia, era tudo dentro de uma filosofia de regime militar. Então, até, inclusive este regime autoritário, ele era oferecido dentro da igreja. A palavra do pastor era a palavra do pastor e pronto. (...) As pessoas hoje, têm liberdade de pensar, as pessoas têm liberdade de expressar. (...)”³⁰⁸

³⁰⁸ Entrevista concedida ao autor por Carlos Otonis de Araújo, ultimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

O aluno vive dividido entre sua atual vida de membro-pastorando e de futuro pastor que enfrentará os problemas da igreja local na condição de responsável máximo. Seu entendimento sobre as necessidades da igreja são pautadas portanto por sua condição e vivência enquanto membro de sua igreja local.

Uma primeira dificuldade são os embates de interesses e práticas defendidas pelas diferentes gerações que compõe a igreja:

“Quando você faz uma abertura para o jovem, o idoso reclama. Quando você faz uma abertura para o idoso, o jovem reclama. (...) Então, o que mais pega no momento, nesta questão de geração, é exatamente na questão dos cânticos; na questão da liturgia (...)”³⁰⁹

Dada a dinâmica mais participativa dos membros das igrejas protestantes nos elementos de culto, é natural que na composição da liturgia, como em todos os planos de vida da igreja local, os grupos etários e de gênero que compõem uma determinada categoria queiram estabelecer o que consideram a melhor expressão prática de sua fé. Os cânticos ganham destaque pois a música, seja no campo religioso ou fora dele, possui forte associação com a temporalidade dos indivíduos, sendo associadas a determinadas épocas de vida:

“(...) Agora, outra coisa que eu sinto também dificuldade na igreja hoje, e que precisa ser trabalhado, é a questão do jovem, às vezes, querer imitar comportamentos que não são apropriados para o uso na igreja. (...)”³¹⁰

A socialização do jovem deve ser estimulada dentro dos padrões aceitos como “apropriados” para o puritanismo batista. Novamente esse tipo de

³⁰⁹ Entrevista concedida ao autor por Carlos Otonis de Araújo, ultimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

³¹⁰ Idem.

enquadramento está atrelado à flexibilidade do pastor, que estabelece a moral aceitável para a comunidade.

O discurso da Igreja Batista em muitos momentos parece privilegiar a tradição e o aspecto inflexível da ortodoxia em detrimento da aproximação do homem e de seus problemas, tornando sua mensagem irrelevante:

“(...) A igreja tem se mostrado um pouco quadrada, ela tem perdido a sua mobilidade de se adequar (...) Parece que, em nome da tradição, ela perde o seu poder de comunicação. E você vê muitas igrejas novas surgindo por causa disso; elas deixam de lado algumas coisas e isso faz com que elas tenham muito mais mobilidade do que as igrejas tradicionais.(...)”³¹¹

Parece que as maiores conseqüências desse comportamento – que coloca a instituição acima das pessoas que a compõe – é o risco de uma divisão interna com o abandono de parte de seus membros e a filiação a outra Igreja, ou a formação de uma nova Igreja, o que irá se constituir em mais um novo problema a ser enfrentado. A concessão àquilo que é periférico e aparentemente não fere à fé flexibiliza a vida dentro da igreja local, mantendo sua identidade e promove a permanência do crente dentro da Igreja. Weber comenta esse fenômeno ao falar, por exemplo, sobre o recasamento de pessoas divorciadas:

“(...) As organizações religiosas que facilitavam o novo casamento tinham grande atrativo. Algumas comunidades batistas, ao que se diz, teriam sido por vezes tolerantes quanto a isso, ao passo que a Igreja Católica, bem como a Luterana (Missouri), eram elogiadas pelo seu rigor. Essa correção, porém, reduzia o número de filiados a essas Igrejas, ao que se dizia. (...)”³¹²

³¹¹ Entrevista concedida ao autor por Edmar Miguel, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 17/05/2000.

³¹² WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, p. 351.

Outra dificuldade está ligada ao princípio de autonomia da Igreja Batista, no qual uma igreja local deve se auto sustentar, não havendo a obrigatoriedade de prestar auxílio a nenhuma igreja irmã. Portanto as dificuldades financeiras que atingirem uma igreja local não recebem tratamento sistêmico, no sentido de haver um órgão captador e redistribuidor de recursos às igrejas necessitadas, mostrando o caráter individualista e impessoal dessa autonomia:

“(...) nós encontramos hoje dentro da nossa denominação, igrejas, digamos assim, agonizando diante da situação, com poucos recursos financeiros, com poucos recursos humanos (...) enquanto nós vemos outras igrejas inchadas, cheias, entupidas desses recursos e completamente indispostas a prestar um auxílio, prestar um socorro às igrejas mais frágeis, às igrejas mais fracas. Eu entendo que essa individualidade da igreja, hoje, seja a carência, seja o maior problema da igreja, essa falta de cooperativismo das igrejas, que seja nossa carência maior (...)”³¹³

Na verdade o pastorando poderá enfrentar tanto a falta de recursos e necessitar de ajuda ou estar em condições de ajudar uma igreja irmã, só que nesse caso dependerá da aprovação da assembléia de sua igreja local. O sistema de autonomia batista incentiva as igrejas a se concentrarem individualmente em projetos próprios, fazendo com que o isolacionismo reforce também sua especificidade sectária no mundo evangélico e dentro da própria Igreja Batista, provocando a falta de “cooperativismo”.

³¹³ Entrevista concedida ao autor por Luis Eduardo Vicente, últimoanista da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 23/05/2000.

CAPÍTULO V

A educação teológica e a estrutura denominacional: tensões entre permanência e mudança

O conceito de denominação envolve elementos e idéias por vezes diferentes. A necessidade de se aproximar de um conceito que atenda melhor aos problemas ora levantados tornou-se legítimo à medida que há uma lógica eclesial relacionada aos valores do protestantismo histórico, que o torna mais adequado.

O conceito de denominação oscila entre entendê-la como um conjunto de igrejas ligadas a uma estrutura burocrática ou como comunidades que comungam doutrinas comuns, independente da estrutura burocrática construída a seu serviço. Institucionalmente tem-se a denominação dentro do primeiro conceito, onde ela figura como uma estrutura onde a igreja está incluída, o que faz com que ela possua obrigatoriamente uma hierarquia e cargos:

“Nem todos podem ocupar posições destacadas na Denominação, mas todos podem cooperar para que ela se fortaleça.”³¹⁴

“Pastor autêntico não anda à procura de posições. Sua obra o guindará às culminâncias da Denominação, se assim Deus o quiser. (...)”³¹⁵

“Porque eu acho que ela dá o corpo, ela dá sentido, ela ajuda, ela fortalece as igrejas, ao mesmo tempo que as igrejas fortalecem a Convenção [Batista do Estado de São Paulo]. Então, o meu conceito de

³¹⁴ FERREIRA, Ebenézer Soares, **Manual da Igreja e do Obreiro**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. JUERP, 1985, p. 183.

³¹⁵ Idem, p. 183.

*denominação é de um órgão agregador. Gosto de dizer assim: a Convenção é serva e orientadora das igrejas. Ao mesmo tempo serva e orientadora. É uma espécie de mordomo. Você sabe, que muitas vezes, o mordomo manda mais na casa, que o próprio dono, não é?. Acho que a Convenção tem essa tarefa. (...)*³¹⁶

Se o pastor inerentemente possui o cargo máximo da igreja local, a expressão usada sobre alcançar as “culminâncias da Denominação” pressupõe uma estrutura institucional maior ou de natureza diversa, porém indissociável, das igrejas batistas que formam sua base, estrutura nascida a partir dessas igrejas e da ortodoxia batista do início do século, para atender a obra missionária expansionista nacional, com a constituição de Juntas Executivas setoriais. Pressupõe-se também que essa estrutura está para servir sua comunidade, quando ela se expressa na forma da totalidade dos fiéis, no sentido sistêmico de seu funcionamento ou individual das igrejas batistas.

Apesar de o conjunto de doutrinas e valores expressos pelos batistas constituírem sua identidade, isso não descarta a existência de uma estrutura com a finalidade de ordenar administrativamente e realizar concretamente os desejos de sua coletividade, observando-se que qualquer atividade de planejamento também estaria alinhada a esses desejos. Portanto esta visão considera a função executora da estrutura e não elimina a capacidade pensante daqueles que estão em seus cargos, porém dentro da vontade das igrejas e não autonomamente, levando-as inversamente a seu reboque:

“Denominação para mim são as igrejas locais, e as doutrinas que as igrejas locais sustentam a séculos. Eu faço uma distinção entre denominação e estrutura institucional. A instituição que no modelo batista deveria ser de apoio às igrejas locais, hoje se serve da igreja local. Tem o seu próprio programa e deseja que as igrejas orbitem ao

³¹⁶ Entrevista concedida ao autor por José Vieira Rocha, Secretário Executivo da Convenção Batista do Estado de São Paulo, em 18/05/2000.

*redor do seu programa. Querem adesão e conformismo. Na ótica batista, como batista histórico, eu entendo que a instituição denominacional existe para servir a igreja local, deve prestar contas à igreja a local, deve lealdade a igreja local. (...)*³¹⁷

Poderia perguntar-se então se a abolição da forma atual da estrutura e de seu modo de funcionamento implicaria na eliminação da denominação. Fica evidente que a denominação continua existindo, independente de sua estrutura, pois o que a compõe são pessoas que intrinsecamente enxergam as questões de fé sob uma mesma ótica, possuem as mesmas crenças doutrinárias, valores e costumes eclesiais e entendem a forma atual da igreja como bíblica e estão inseridas nas igrejas locais. Deve-se fazer a distinção de que as Escrituras Sagradas nos dão “pistas” sobre a forma e funcionamento da igreja e a estabelecem, não valendo essa afirmação para a estrutura burocrática moderna. Assim, da diversidade de estruturas burocráticas entre os protestantes e pentecostais, deve-se considerar ainda a função política que elas assumem, o aumento ou diminuição do controle sobre as igrejas locais e seus pastores, propondo uma forma de gestão dos recursos arrecadados e estabelecendo os mecanismos de manutenção da ortodoxia.

Weber estabelece que a burocracia moderna possui um funcionamento específico e três elementos constituintes³¹⁸, que são as “*atividades regulares aos objetivos da estrutura governada*”, a “*autoridade de dar ordens necessárias à execução desses deveres oficiais*” e as “*medidas metódicas para a realização regular e contínua desses deveres e para a execução dos direitos correspondentes*”, e observa ainda:

“Nos governos públicos e legais, esses três elementos constituem a “autoridade burocrática”. No domínio econômico privado, constituem a “administração burocrática”. A burocracia, assim compreendida, se

³¹⁷ Entrevista concedida ao autor por Isaltino Gomes Coelho Filho, em 18/04/2000.

³¹⁸ WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, p. 229.

*desenvolve plenamente em comunidades políticas e eclesiásticas apenas no Estado moderno, e na economia privada, apenas nas mais avançadas instituições do capitalismo.*³¹⁹

A estrutura denominacional batista possui estatuto próprio que a rege, hierarquia provida de cargos e funcionários pagos para desempenhar suas tarefas. Pode-se, portanto, também estabelecer uma diferença clara entre a denominação, que são crentes agregados em igrejas locais e que se identificam por uma mesma fé doutrinária, costumes e práticas, da estrutura criada para servi-la, com sua “administração burocrática”. Deve-se também distinguir que nessa estrutura os funcionários escolhidos para os cargos não obedecem rigidamente um treinamento ou exames especiais para ingresso, nem são necessariamente especialistas em suas áreas de atuação, sendo em sua maioria pastores ou detentores de confiança destes. Assim, apresenta-se como dificuldade a gestão das áreas que compõem essa estrutura, uma vez que muitas delas possuem natureza bem diversificada. A Igreja Batista segue uma correspondência em sua estrutura com a divisão e funcionamento interno da igreja local, existindo órgãos para planejamento de atividades para atendimento das várias categorias de membros, para a produção de material impresso e desenvolvimento de mídia. Existe a orientação interna na Igreja Batista de que se privilegie pastores para a ocupação dos cargos burocráticos, sem que haja a devida correspondência de qualificação profissional, provocando assim dificuldades de gestão técnica específica e financeira, que estão presentes tanto no plano estadual como nacional:

“(...) a Convenção não tem condições de arcar com todo o crescimento, de construir igrejas, ajudar a sustentar missionários, pastores que ganham pouco, quer dizer, não há estrutura, não consegue nem sequer construir um patrimônio pessoal, as instituições dessa Convenção Brasileira estão com dificuldades seríssimas , praticamente todas elas.

³¹⁹ Idem, p. 229.

*Hoje, pelo que eu tenho notícia, a única entidade hoje saudável é a Junta de Missões Mundiais. Só. Nós temos JUMOC, com problemas financeiros seríssimos, Juratel, com problemas financeiros, temos JUERP, que nem se fala, problema financeiro que teve, que é uma editora que era a menina dos olhos da Convenção. (...)*³²⁰

Uma das explicações possíveis para o não atendimento das demandas das igrejas locais, sua estrutura burocrática ineficiente e as crises que ora se apresentam está no comportamento autônomo adotado pela administração burocrática batista:

*“(...) Mas hoje ela está se portando como modelo de correção doutrinária, como paradigma de ortodoxia, tem o seu próprio programa, geralmente estão todas financeiramente encalacradas, porque são mal geridas, porque pastor não é administrador, não é empresário, não conhece regras de mercado, devia se confinar à igreja, e deixar as lojas, as empresas com empresários, mas hoje ela quer que paguemos as contas.(...) Nós colocamos pastores em nossas empresas e estamos colocando empresários nas nossas igrejas. Algumas igrejas se portam como empresas, amearhar dinheiro, é não gastar, é não investir, é preocupação com patrimônio, com isso, com aquilo, e não com gente. E as empresas administradas de qualquer maneira. Mas para mim denominação são as igrejas e as doutrinas, a instituição é serva das igrejas e não o que está acontecendo agora.”*³²¹

Esse comportamento autônomo se manifesta na construção de um modelo imposto de ortodoxia, que tem como pretensão ser o referencial para a denominação estadual, desprezando o movimento de suas bases em direção a novos valores, à confecção de programas e projetos próprios respondidos pela

³²⁰ Entrevista concedida ao autor por Natanael Gabriel da Silva, Diretor da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 21/10/2000.

³²¹ Entrevista concedida ao autor por Isaltino Gomes Coelho Filho, em 18/04/2000.

ausência voluntária de participação das igrejas locais, portanto, sem sua legitimação. Acresce-se também a questão da distorção da representatividade nas assembleias anuais da Convenção Batista do Estado de São Paulo, em que o pastor da igreja local e talvez algum delegado indicado entre os seus membros é que comporão a assembleia. Todavia, o comportamento mais comum encontrado entre os pastores é o de representação de seu próprio pensamento com relação às questões colocadas em pauta, pois membro algum ou igreja local conhece previamente os assuntos a serem tratados e não vota sobre sua posição com respeito a eles:

“Não. E isso não é só exclusivamente um problema das igrejas. Toda a representatividade, todo o âmbito, toda a procuração que se – procuração talvez não seja a expressão correta – mas toda a entidade que se administra por colegiado eletivo, o colegiado é irresponsável, ou seja, ele não responde. Então, na verdade, você tem votações de uma assembleia abstrata, que depois você não sabe quais foram os delegados que estiveram lá para votar exatamente aquilo. (...)”³²²

Portanto o pastor, como regra mais genérica dentro do sistema congregacional autônomo que se estende para a estrutura burocrática, não é o representante legítimo do pensamento de sua igreja local quando está reunido com seus pares das igrejas-irmãs. Ele irá expressar sua opinião própria calcada em suas experiências pessoais, considerando-se ainda que sua leitura da realidade estará dominada por sua posição de liderança na igreja local e por sua participação na categoria pastoral. Nesse sentido a Convenção Batista do Estado de São Paulo não serve às igrejas locais e não possui canais de comunicação eficazes para conhecer o pensamento de suas bases sobre suas questões de vida interna.

³²² Entrevista concedida ao autor por Natanael Gabriel da Silva, Diretor da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 21/10/2000. Resposta à pergunta: Mas esses pastores e delegados, efetivamente representam o pensamento e o desejo das igrejas ?, sobre a representação dos pastores e delegados nas assembleias anuais da Convenção Batista do Estado de São Paulo.

1. Ministério pastoral da mulher: a discriminação interna e legitimação em construção

A ordenação das mulheres ao pastorado não é reconhecida oficialmente pela Igreja Batista brasileira nem pela Convenção Batista do Estado de São Paulo. Existe, na verdade, uma orientação geral contrária sobre essa prática. Dentre as igrejas protestantes históricas que já aceitam a ordenação feminina estão a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Igreja Metodista, Igreja Episcopal, Exército da Salvação, Igreja Presbiteriana Unida e, a partir de 1999, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. Entre as pentecostais e neo-pentecostais tem-se a Igreja do Evangelho Quadrangular, Renascer em Cristo, Igreja Evangélica Pentecostal Missionária e Comunidade Sara Nossa Terra.

À mulher batista estão destinadas funções subsidiárias ou até mesmo algumas de relevância. Ao sentir-se “vocacionada” ela será encaminhada ao curso teológico superior com a idéia preconizada da comunidade de que se casará com um pastor e o auxiliará em seu ministério, servirá no campo missionário ou então será um membro capacitado a servir em variados cargos dentro do ministério de uma igreja local.

Quais seriam as bases de resistência e os impedimentos para que a mulher ocupe a função pastoral nas igrejas batistas?

O primeiro argumento que se apresenta é sobre o papel da mulher no contexto do casamento e da família que se estendem e reproduzem dentro da igreja local, acompanhando um determinado raciocínio e interpretação dos textos bíblicos³²³ sobre ela:

(1) “Mas quero que saibais que Cristo é a cabeça de todo o varão, e o varão a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo. (...)”

³²³ Bíblia Sagrada. O apóstolo Paulo apresenta estas idéias nos textos de (1) I Coríntios 11: 3, (2) I Coríntios 14: 34-35, (3) Efésios 5: 24 e (4) I Timóteo 2: 11-12.

(2) *“As mulheres estejam caladas nas igrejas; porque lhes não é permitido falar; mas estejam sujeitas, como também ordena a lei. E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos; porque é indecente que as mulheres falem na igreja.”*

(3) *“De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos.”*

(4) *“A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio.”*

Muitos cristãos crêem tomando como base vários textos bíblicos que a mulher pode expressar sua opinião sobre questões de vida eclesial, mas não deve decidir sobre elas e, na igreja local, não deve ocupar posições de liderança nem de ensino, constituindo-se inferiores física e intelectualmente aos homens. Não se pretende aprofundar o estudo teológico sobre os textos bíblicos a respeito da posição da mulher no contexto cristão, mas evidenciar como o biblicismo, característica maior do fundamentalismo, rege uma interpretação literal do assunto e despreza a regra hermenêutica simples de se considerar o contexto de quem fala, no caso Paulo e Pedro, a cultura, a religiosidade, a vida familiar e social judaicas. Pode-se recordar, por exemplo, que na sociedade judaica o nascimento de uma mulher não era bem vindo, pois todos os judeus esperavam que o Messias viesse através de sua família. Além disso, a entrada de uma mulher no Templo era limitada, com local separado dos homens (e depois na sinagoga): ela era considerada “imunda” (associada à idéia de impureza) no período menstrual, não poderia desempenhar funções ligadas à educação e seria apedrejada até a morte em caso de adultério. Muitos desses valores preconceituosos são

preservados ainda hoje pelos judeus³²⁴. Deve-se lembrar a passagem bíblica clássica em que uma mulher adúltera é trazida por escribas e fariseus que exigiam de Jesus a sentença de morte por apedrejamento calcados na *Lei de Moisés*. Ao se ver pressionado a tomar uma decisão, Jesus diz: *“Aquele que dentre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela”*³²⁵. Porém o homem que praticara o adultério com aquela mulher teve tratamento diferenciado, não sendo sequer trazido para o julgamento.

As lideranças batistas ainda mantêm a forma de pensamento de papéis diferenciados para mulheres e homens, no plano familiar e eclesiástico:

*“Eu acho que a inversão de papéis que a sociedade tem admitido, ela contraria o que a Escritura determina. Acho que há papel para a mulher que o homem não deve se meter neles. O homem não deve pretender fazer papéis que pertençam a uma mulher. (...) Quando Deus criou o mundo, quando Ele criou o homem e a mulher, Ele definiu papéis, e a mulher terá papéis na liderança das igrejas que o homem não é capaz de desempenhar e se for fazer, vai fazer tolice. Mas o homem também tem papéis na liderança da igreja que é dele e se ele estiver abrindo mão disso, ele vai desorganizar as coisas como Deus pretende que sejam e vai haver problemas. Então, neste sentido, para o papel de sacerdote principal, para o papel de responsável principal pela família, pela igreja, é papel do homem, esse papel. Eu entendo na Escritura assim.”*³²⁶

A narrativa da criação do homem e da mulher em Gênesis não aponta diferença quanto à competência entre eles, nem estabelece uma ordem de superioridade, mas relata que ambos foram criados à imagem e semelhança divinos. Admitir diferença incluiria a crença de que as mulheres são

³²⁴ ASHERI, Michael. **O Judaísmo Vivo: As Tradições e as Leis dos Judeus Praticantes**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

³²⁵ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. João 8: 7.

³²⁶ Entrevista concedida ao autor por José Vieira Rocha, Secretário Executivo da Convenção Batista do Estado de São Paulo, em 18/05/2000.

intelectualmente inferiores e, portanto, sem a possibilidade de exercer o sacerdócio e assumir as responsabilidades que decorrem dessa prática. Essas mesmas mulheres poderão desempenhar socialmente funções políticas, médicas, administrativas, cargos de confiança como presidentas de empresas e juízas de direito, mas no sistema religioso batista não poderão ser pastoras:

“Só é possível entender as razões dessa polêmica examinando, ainda que brevemente, o passado do cristianismo. No Antigo Testamento, são várias as passagens que relacionam a mulher a situações de ruína humana, a começar por Eva. Se hoje não é mais vista como a responsável pela entrada do pecado no mundo – Romanos 5.12 mostra que a história é outra – na mente masculina ela sempre foi, no mínimo, cúmplice. (...) O Novo Testamento é bem mais condescendente com a mulher, mas o termo submissão é frequentemente associado a seu ideal de comportamento.”³²⁷

O apóstolo Paulo ocupou papel de destaque na sociedade judaica antes de sua conversão ao cristianismo, alcançando cargos de importância social, política e religiosa. Paulo mudou sua fé, perdeu suas posições políticas e eclesiásticas no judaísmo, foi considerado traidor dos judeus, mas não mudou seu valor social sobre a mulher, mantendo e reforçando a restrição do papel da mulher³²⁸ dentro das atividades da igreja cristã primitiva:

“Nos escritos do apóstolo Paulo, parte essencial do Novo Testamento, encontram-se os fundamentos da desigualdade que discrimina as mulheres. Em suma, Cristo é o cabeça (inteligência, direção, domínio)

³²⁷DUTRA, Marcelo, ALMEIDA, Marcos. **Lugar de mulher é no púlpito**, Revista Vinde. www.elesianet.com.br/web/vinde, em 12/09/2000.

³²⁸REILY, Duncan Alexander. **Ministérios Femininos em Perspectiva Histórica**. 2ª ed., São Paulo: ASTE, 1997. Esse trabalho apresenta uma leitura diferente sobre a postura do apóstolo Paulo a respeito da mulher, analisada também a partir de seus textos bíblicos.

*da Igreja assim como o homem é o cabeça da mulher na família. Em consequência, a Igreja depende de Cristo e a mulher do homem.*³²⁹

Quando a desigualdade cultivada socialmente é transportada da sociedade judaica para o âmbito da igreja primitiva, ela extrapola a questão material do gênero e da capacidade intelectual dos indivíduos para se aprofundar na alma das pessoas, sugerindo uma vida de fé de menor importância, o que segrega a mulher espiritualmente, fenômeno que perdura até hoje:

*“(...) E também daria uma resposta, quase que metade, quase que 50% dos alunos de nossos Seminários são mulheres. Se nós dizemos que Deus está chamando, nós estamos com um problema, Deus chama e nós não reconhecemos. Deus se enganou ou nós estamos lutando contra Deus. (...) O fato é que discriminar alguém por causa de sexo..., há muitas mulheres muito mais competentes, são até mais sensíveis, compreendem mais os problemas, e desempenham funções com tanta eficiência quanto homens. Agora é interessante como nós somos fundamentalistas quando nos é conveniente e somos liberais quando nos ajuda. Eu não tenho nenhum problema quanto a isto.*³³⁰

De fato um problema se coloca a partir do momento em que a Igreja Batista defende o sacerdócio universal dos crentes, a vocação e chamada do indivíduo como obra divina e a salvação oferecida indistintamente a todos, sem contudo abrir mão da postura machista quando aceita as evidências de que não existe restrição alguma ao pastorado feminino, mas não o reconhece.

Qual o procedimento correto quando uma mulher se apresenta como vocacionada ao ministério pastoral nas faculdades e seminários protestantes? Qualquer procedimento diferente da aceitação e do respeito dessa realidade como surgida a partir da relação pessoal dela com seu Deus, independente da

³²⁹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **A mulher e a Igualdade**. Jornal *Correio Popular*, Campinas, 10/03/1998, p. 3.

³³⁰ Entrevista concedida ao autor por Isaltino Gomes Coelho Filho, em 18/04/2000.

subjetividade de tal situação, torna-se abuso e discriminação. Se, de um lado, a Reforma Protestante no passado democratizou o acesso às Escrituras Sagradas e ao Divino, de outro ela continuou politicamente com o impedimento formal da participação da mulher em certos cargos e atividades internas à Igreja³³¹:

“Várias reflexões de teólogas brasileiras e estrangeiras insistem em que um fator preponderante nas desigualdades, principalmente em termos de poder de decisão na Igreja, é a história da negação do acesso da mulher ao “sagrado” em toda a tradição cristã oficial. Portanto a ordenação é um salto qualitativo sem precedentes.”³³²

Há uma contradição em relação ao discurso adotado dentro da Igreja Batista e nas evangélicas em geral quanto à suposta igualdade de direitos entre os gêneros, via de regra também baseado em um texto bíblico que diz:

“Porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos revestistes de Cristo. Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus.”³³³

O mesmo Paulo, contraditoriamente, faz a apologia de que, no cristianismo, não deveria existir discriminação cultural/étnica, de condição social ou gênero, pois todos, do ponto de vista teológico, compartilham de uma mesma essência em Cristo. Esse discurso, que coloca como ponto central a igualdade absoluta no plano espiritual entre as pessoas que compõem a Igreja, não encontra correspondência no cotidiano das igrejas locais batistas, nem no discurso de fraternidade cristã construído por seus membros masculinos:

³³¹ CLOUSE, Robert G.: **“Introdução”**. In CULVER, Bonnidell, CLOUSE, Robert G. (edit.): **Mulheres no Ministério: quatro opiniões sobre o papel da mulher na igreja**. São Paulo: Mundo Cristão, 1996, p. 11-26.

³³² ROHDEN, Fabíola. **Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente**. In Cadernos Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas (8/9), 1997, p. 66.

³³³ BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. Gálatas 3: 27-28.

“(...) se buscamos uma mensagem específica para as mulheres, é uma aparente contradição: por um lado, um discurso “andrógino”, negando as diferenças entre os sexos e igualando a homens e mulheres como irmãos na fé; por outro lado, um discurso sobre a família cristã, verdadeira obsessão dos grupos fundamentalistas há um século. (...)”³³⁴

O limite de validade desse discurso é a sua prática. À medida em que as mulheres reivindicam coerência do discurso e desejam ocupar espaços cativos do homem no universo religioso batista instala-se um problema grave que é o rompimento de uma situação não meramente histórica, mas também de uma crença doutrinária da submissão e inferioridade que compõe a ortodoxia batista com relação à condição da mulher, de negação de oportunidade idênticas no sistema:

“A experiência por si só não é um teste daquilo que é bíblico. Mas quando a experiência ao longo dos séculos desmente nossas “interpretações” da Bíblia, talvez seja sábio reconsiderar se nossas interpretações restritivas expressam, na verdade, a mente de Deus”³³⁵

Dentro desse raciocínio doutrinário a Igreja Batista entende que o modelo ofertado à mulher deve ser encarado como natural, divinamente instalado e aprovado em seu sistema religioso (inclusive social/familiar), portanto, pensado por Deus e por isso reforçado por uma conotação sacralizada, tornando possível a acentuação do machismo como mais um elemento aprofundador das diferenças. A cultura machista, sobejamente reconhecida entre os brasileiros, coloca-se como uma das grandes barreiras a serem vencidas, pois implica no aceite de que as mulheres passem a ter condições semelhantes aos homens de sustento,

³³⁴ TARDUCCI, Mónica. **“O Senhor nos libertou”**: gênero, família e fundamentalismo. In Cadernos Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas (3), 1994, p. 154.

³³⁵ MICKELSEN, Alvera: **“Um ponto de vista igualitário: Não há homem nem mulher em Cristo”**. In CULVER, Bonnidell, CLOUSE, Robert G. (edit.): **Mulheres no Ministério: quatro opiniões sobre o papel da mulher na igreja**. São Paulo: Mundo Cristão, 1996, p. 216.

visibilidade, empenho do tempo, concorrência de ocupações e desenvolvimento pessoal em uma “carreira” no sistema religioso batista.

“(...) Porque apesar de às vezes, os homens admirarem uma pregadora, uma oradora, uma palestrante, ele fala “puxa, fala bem, mas para estar dirigindo rebanho, não”. Então, há muito, muito preconceito realmente ainda com essa questão de liderança da mulher.”³³⁶

Apesar das resistências encontradas na Igreja Batista, em junho de 1999 ocorreu a ordenação da bacharel em teologia Sílvia Nogueira, oficialmente a primeira pastora batista no Brasil, promovida pela Primeira Igreja Batista de Campo Limpo, na capital de São Paulo, cujo exemplo típico e histórico pode ser tomado como subsídio ao presente tema. A pastora Sílvia Nogueira assumiu o cargo de pastora titular da Primeira Igreja Batista de Campo Limpo, mas a igreja foi excluída da lista de igrejas filiadas à Convenção Batista do Estado de São Paulo³³⁷. Deve-se observar que:

- ? Os atos de uma igreja local batista são regidos pelo princípio de autonomia, inclusive para a ordenação de um pastor. Assim a orientação da Convenção Batista do Estado de São Paulo é para que haja sete pastores da região a qual pertence a igreja local que está propondo a ordenação e o Concílio Examinatório. Essa prática está inserida no campo da tradição e não da obrigatoriedade, podendo qualquer igreja local realizar tais procedimentos através de seus membros, conforme legitima sua autonomia.

³³⁶ Entrevista concedida ao autor por Rute Salviano Almeida, ultimoanista do curso de teologia e professora da Faculdade Teológica Batista de Campinas, em 09/04/2000.

³³⁷ SANTANA, Esequias. **Crítérios Jornalísticos observados neste Caderno OJB Debate**. Caderno OJB Debate, O jornal Batista, Rio de Janeiro, 04 a 10/10/1999, p.7. Além da explicação dos “critérios jornalísticos” referentes à solicitação de publicação de convocação para a referida ordenação, o artigo faz a reconstituição histórica do processo de ordenação da pastora Sílvia Nogueira e da exclusão da Primeira Igreja Batista do Campo Limpo da lista de igrejas da Convenção Batista do Estado de São Paulo.

- ? Uma igreja local não deixa de ser batista por não estar afiliada à Convenção Batista do Estado de São Paulo, assim como um pastor não deixa de ser pastor se não estiver afiliado à ordem dos Pastores Batistas.

- ? A identidade da Igreja Batista se faz por sua ortodoxia que envolve suas doutrinas, valores, práticas e costumes, e que determinados conflitos internos se inscrevem dialeticamente e são assim compreendidos, portanto não retirando de uma igreja local sua identidade.

Inicialmente as resistências encontradas no processo de ordenação da pastora dizem respeito aos argumentos sobre o preconceito contra a mulher:

“(...) outros líderes são contra a ordenação de mulheres por uma leitura literal e fundamentalista da Bíblia, certo? Então, eu mesma recebi cartas de um pastor que tem um livro publicado, dizendo que eu era uma maldição para essa igreja; que mulher era maldição. De onde ele tirou isso, senão de uma leitura literal e fundamentalista da Bíblia?”³³⁸

Todavia uma nova realidade se apresenta antes velada e desfocada pelo calor dos debates em torno da legitimidade da ordenação feminina: a competição pela ocupação do cargo e conseqüente ameaça ao mercado cativo masculino na função pastoral. Agora a questão se materializa com mais vigor, pois representa a possibilidade de rompimento de uma exclusividade masculina ao ministério pastoral que garantia menor competitividade e maior sobrevivência àqueles que dele participam:

“(...) um pastor renomado escreveu um artigo sobre a ordenação feminina, contra, na sua posição contra. E o argumento dele não era nem um argumento Bíblico, (...) não foi um argumento pela questão

³³⁸ Entrevista concedida ao autor por Sílvia Nogueira, pastora da Primeira Igreja Batista em Campo Limpo, São Paulo-SP, em 03/10/2000.

dessa luta de gênero, uma luta social e tal, mas foi uma luta mercadológica. Ele disse, vou citar palavras dele: “é um absurdo ordenar mulheres ou começar ordenar mulheres, se há um grande contingente de seminaristas recém ordenados que estão sem igreja”. Então é uma questão de mercado.”³³⁹

A questão do mercado é reforçada pela idéia de otimização ministerial que o *status quo* da situação da mulher seminarista possui hoje. A bacharel em teologia na Igreja Batista se dedicará a uma igreja local gratuitamente, retirando seu sustento através de um trabalho secular ou ganhará um salário ínfimo por sua dedicação integral. Poderá ainda, entrar no campo missionário, ou se casará com um pastor e participará de seu ministério. Especificamente com relação ao casamento com um pastor, a idéia da otimização ministerial está presente à medida que a igreja local pagará oficialmente o salário de um pastor e terá potencialmente a força de trabalho de dois:

“(...) Nossas moças passam quatro anos, cinco anos no Seminário, investem em si mesmas e a alternativa delas qual é? Casar com um pastor porque aí a igreja contrata dois pelo preço de um, um grande negócio, ou um subsalário. Vai viver de caridade dentro da igreja.”³⁴⁰

Os órgãos da burocracia batista representados pela Associação Batista de Ferreira e Região (ABAFER), Ordem dos Pastores Batistas do Brasil – Secção do Estado de São Paulo (OPBB-SP) e Convenção Batista do Estado de São Paulo (CBESP) manifestaram-se contrários à ordenação feminina solicitada pela Primeira Igreja Batista de Campo Limpo e realizada à época por seu pastor titular Antônio Carlos Melo Magalhães. As manifestações foram realizadas em forma documental por esses órgãos burocráticos e encaminhadas à referida igreja³⁴¹,

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Entrevista concedida ao autor por Isaltino Gomes Coelho Filho, em 18/04/2000.

³⁴¹ ROCHA, José Vieira [et.al]. **CBESP reafirma posição sobre ordenação feminina**. Caderno OJB Debate, O jornal Batista, Rio de Janeiro, 04 a 10/10/1999, p. 9.

mantendo-se válidas até o presente como expressão de seu entendimento sobre a questão. A Primeira Igreja Batista de Campo Limpo também se manifesta a respeito dos acontecimentos reafirmando, dentre outras posturas, sua convicção batista como igreja local:

“Como temos reafirmado em outras cartas, fomos, somos e seremos batistas, abraçaremos os seus princípios, defenderemos suas declarações de fé, mesmo quando nos defrontamos com instâncias institucionais que não toleram determinadas posturas de igrejas locais. Mesmo se isto significar desligamento de suas instâncias, fomos, somos e seremos batistas.”³⁴²

A realidade batista no mundo com respeito à ordenação das mulheres segue esse mesmo padrão reacionário ligado ao seu fundamentalismo, contando, contudo, com iniciativas e movimentos um pouco mais arrojados em certos países. A Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, à qual os batistas brasileiros devem historicamente sua inserção no Brasil, realizou em 1993 a identificação de mais de 1.000 (mil) mulheres batistas que estavam no ministério, sendo que 900 (novecentas) foram ordenadas e, destas, uma pequena porcentagem serviam como pastoras³⁴³. Os exemplos de mulheres, que colocadas à frente de igrejas, órgãos denominacionais e projetos institucionais e que tiveram seu empreendimento bem-sucedido, são muitos, assim como deve haver muitas histórias de fracassos, evidenciando que os binômios de competência/incompetência, sucesso/insucesso e tantos quantos se puder imaginar são comuns aos homens e mulheres indistintamente:

“Luz M. Dones de Reyes é uma mulher porto-riquenha que em 1971 foi convocada para pastorear uma congregação batista rural de doze

³⁴² MAGALHÃES, Antonio Carlos M.. **Carta resposta da Primeira Igreja Batista de Campo Limpo sobre a ordenação feminina**. Caderno OJB Debate, O jornal Batista, Rio de Janeiro, 04 a 10/10/1999, p. 8.

³⁴³ VAUGHN, Carol Ann. **Baptist Women: Present Roles**. Baptist Center for Ethics, www.baptists4ethics.com/ebyte/current.htm, 26/09/2000.

*peças em Porto Rico. Presumia-se que ela simplesmente enterraria a pequenina congregação. Dez anos mais tarde, ela ainda era a pastora, mas a igreja passara a ter 900 membros – a maior igreja rural da região. Em 1981, quatro igrejas batistas porto-riquenhas passaram a ser pastoreadas por mulheres. A qualidade de seu trabalho tornou o conceito de mulheres no ministério pastoral muito bem-aceito entre os batistas porto-riquenhos.*³⁴⁴

Um exemplo histórico que evidencia a capacidade da mulher no desenvolvimento de ministérios é o da americana Charlotte Giggs Moon, mais conhecida como Lottie Moon, nascida em 1840 na Virgínia, e missionária batista a partir de 1873 na China. Permaneceu inicialmente à frente de uma pequena escola de 40 crianças, sob a supervisão missionária de um diretor autoritário que impedia seu pleno aproveitamento em projetos mais arrojados. Nesta época, Lottie Moon escrevia em revistas missionárias a respeito do papel inferior relegado às mulheres, a falta de oportunidade e liberdade e sobre o tratamento não igualitário entre homens e mulheres no campo missionário, considerados assuntos arrojados para sua época. Enfrentando os riscos e a rejeição dos chineses sofridos pelos estrangeiros, em 1887 transferiu-se para Ping-tu estabelecendo uma igreja local. Em 1889 um missionário batista ordenado foi chamado para realizar os primeiros batismos decorrentes desse trabalho e, nos vinte anos seguintes, já se contava mais de mil confessos batistas. Ping-tu, através do trabalho de Lottie Moon, transformou-se no maior centro de atividades missionárias da China. Entre 1890 e 1912, ela dividiu seus esforços no trabalho evangelístico e no treinamento de novos missionários. Também desenvolveu um bem sucedido projeto de apoio às missões na China realizado somente por mulheres de seu país. A resposta a esse projeto veio no Natal de 1888, quando as ofertas ultrapassaram mil dólares, valor suficiente para sustentar três mulheres em missões, transformando-se em uma tradição americana batista até os dias de

³⁴⁴ MICKELSEN, Alvera: “Um ponto de vista igualitário: Não há homem nem mulher em Cristo”. In CULVER, Bonnidell, CLOUSE, Robert G. (edit.): **Mulheres no Ministério: quatro opiniões sobre o papel da mulher na igreja**. São Paulo: Mundo Cristão, 1996, p. 215.

hoje. Em nome das missões Batistas do Sul têm-se arrecadado valores impressionantes para essas atividades. Em 1925 alcançou-se o valor de 300 mil dólares e, na década de 90, chegou-se ao montante de 20 milhões de dólares anuais. Lottie Moon morreu em 1912 no Japão aos 72 anos de idade³⁴⁵.

³⁴⁵ TUCKER, Ruth A.. “... Até os Confins da Terra.” – *Uma História Biográfica das Missões Cristãs*. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida nova, 1986, p. 248-253.

CONCLUSÃO

O número de alunos *vocacionados* na Igreja Batista tem crescido constantemente. A Faculdade Teológica Batista de Campinas, na década de 90, mais que dobrou o número de matrículas em seus diversos cursos, alcançando os atuais 193 alunos. O perfil de sua clientela também mudou, que agora está dividida igualmente entre homens e mulheres. Esses pontos são positivos diante do reacionismo ao novo, da resistência à mudança, tão característica não somente da Igreja Batista como do protestantismo em geral. Dado esse crescimento, o momento atual torna-se estratégico para que a Igreja Batista, enquanto instituição, reveja seus rumos e suas formas de atuação dentro de uma sociedade cada vez mais flexível e mutante. Essa revisão de valores deveria considerar – para poder alcançar efetivas mudanças – o pensamento existente no plano interno de seu relacionamento, para com seus fiéis, e no externo, tanto com as demais denominações que formam o universo protestante como com outros sistemas da sociedade, religiosos ou não. Essas aproximações proporcionariam maior clareza na identificação de suas contradições e dificuldades, bem como melhor adaptação a determinadas demandas sociais – por exemplo com relação a atuação da mulher na igreja – sem abrir mão de sua identidade. O temor da desconstrução dessa identidade que tais relações possam causar é compreensível, porém o que tem caracterizado o sistema religioso batista é sua inércia crônica, e sua falta de envolvimento com temas prementes em áreas como a justiça social, política, saúde e educação, que, apesar de não serem diretamente objetos da Igreja, requerem dela uma opinião e participação, imposta pelo ponto de vista teológico/eclesiástico que afirma que o *Reino de Deus* não é desse mundo visível, mas é integrado por seus fiéis, humanos, visíveis e detentores de responsabilidades e obrigações sociais. A educação superior teológica entra aqui com seu papel formador pastores, que influenciarão a opinião, a consciência e a vida dos fiéis de suas igrejas, que por sua vez estão inseridos em diversos sistemas sociais e tomando decisões segundo suas crenças e valores. É

necessário incorporar ao curso teológico conhecimentos que estejam num campo de intercessão com outras ciências na formação do pastor, também subsidiando-o teoricamente fora da ortodoxia batista. Perde-se assim a possibilidade de instrumentalizar os futuros pastores com conhecimentos mínimos que o auxiliem a relacionar o sistema religioso com os demais sistemas sociais e que lhes dê condições de questionar sua própria realidade. O tema da educação superior na formação de pastores batistas não poderia prescindir da análise da ortodoxia, do puritanismo e do fundamentalismo da Igreja Batista, pois são essas características que fazem com que os batistas desenvolvam um marcante comportamento sectário, reproduzido em seu interior também através de sua proposta educacional. Em decorrência desse sectarismo, todo projeto educacional é monitorado proximamente pelo poder burocrático batista, que desvaloriza possíveis contribuições que não se enquadrem em sua confessionalidade. A introdução de disciplinas ligadas às ciências sociais, filosofia ou educação, por exemplo, perdem lugar para outras bíblicas que reforçam ainda mais a ortodoxia batista. A política da Convenção Batista do Estado de São Paulo em não admitir docentes de outras denominações em suas instituições de ensino superior, vai nessa direção sectária, acarretando prejuízos na qualidade de seu ensino. O temor causado pela idéia de perder-se a identidade batista estimula ações desse tipo.

A história institucional da Faculdade Teológica Batista de Campinas é reveladora da política adotada pela Convenção Batista do Estado de São Paulo, e executada por seu Conselho de Educação Teológica e Ministerial – seus tutores – que apresentam um discurso de apoio e reconhecimento ao desenvolvimento alcançado pela Faculdade Teológica durante sua existência, porém com dificuldades na materialização dessas intenções. Das necessidades históricas da Faculdade Teológica a mais recorrente é a busca por uma sede própria, assim como a que recebeu maior número de propostas e promessas não cumpridas, ressaltando-se que os valores por ela arrecadados mensalmente são de pequena monta, até mesmo simbólicos, o que torna impossível a realização desse projeto com recursos próprios, dessa forma transferindo essa decisão, que é mais política

do que administrativa, para o poder burocrático batista. Creio que o hiato entre o discurso que confirma a necessidade de investimentos na educação superior teológica e sua consecução pela Convenção Batista do Estado de São Paulo, resulta de sua leitura dessa educação teológica como *alguma coisa* dotada de automatismo, que caminha de *per sí*, portanto, também dotada de menor valor e atenção por não precisar ser pensada, planejada, atualizada e articulada, interna ou externamente.

O continuísmo burocrático da Igreja Batista influencia de maneira marcante a política de formação de pastores, que futuramente irão compor seus quadros e tomarão decisões relacionadas à educação superior teológica, fechando um ciclo interno de sobrevivência denominacional. Esse ciclo não oferece oportunidade ao novo, representado por novas formas de pensar sua realidade, pois aqueles que já estão incorporados ao poder dominante, só permitem espaço de atuação aos que pensarem de maneira semelhante a eles, senão idêntica. Nesse sentido, mais importante que a competência dos indivíduos, é o assentimento deles com a mesma leitura realizada pelos dominantes da burocracia batista, seja em termos de sua ortodoxia e fé, ou da condução político-administrativa de suas ações. Na verdade, desgastar-se pensando um modelo que já está pronto e funcionando desde o século passado, equivale – para esse poder dominante – a questionar a sabedoria acumulada ao longo de muitos anos, comportamento classificado como heresia.

Há uma distância cada vez maior entre a Convenção Batista do Estado de São Paulo e as igrejas locais a ela filiadas. Esse distanciamento é manifesto através da falta de cooperação das igrejas na manutenção dessa estrutura e pela não responsividade aos projetos por ela engendrados, pois não correspondem ao desejo dos fiéis. Nessa linha de pensamento, os pastores deveriam ser os legítimos representantes de suas igrejas na apresentação dos desejos coletivos dos crentes para a denominação, o que não ocorre, pois os assuntos institucionais constantes da pauta da burocracia superior batista, não chegam em forma de consulta às suas bases: as igrejas. Na verdade, esses assuntos são pertinentes ao conjunto das igrejas locais, inclusive aqueles relativos à educação superior

teológica de pastores, tornando imperativa a adoção de mecanismos de comunicação adequados entre Convenção Batista do Estado de São Paulo e as igrejas. Esse desconhecimento mútuo reflete-se na identificação do perfil desejado pelas igrejas, pois atualmente ele é transferido para o programas e currículos das Faculdades Teológicas exclusivamente por determinação da burocracia batista.

Dado o crescimento da Igreja Batista no Brasil, assim como do protestantismo em geral, espero que essa análise da educação teológica superior do sistema religioso batista possa auxiliar na melhor compreensão da sociedade em que está inserida, frente aos demais sistemas com os quais se relaciona.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

ANAIS DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA.

ANAIS DA CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

BAPTIST WORLD ALLIANCE. Site www.bwanet.org.

BÍBLIA SAGRADA.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Declaração Doutrinária**. Série Documentos Batistas. 2 ed., Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

_____. **Estatuto**.

CONVENÇÃO BATISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatuto**.

_____. Jornal **O Batista Paulistano**.

_____. **Perfil Batista**. São Paulo, 1997. Pesquisa realizada pela empresa Serviços de Pesquisa, Análise e Informações (SPAI).

_____. **Princípios Batistas**.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA E MINISTERIAL. **Regimento Operacional**.

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE CAMPINAS. **Estatuto**.

_____. **Manual 2000**.

FUNDAÇÃO SEADE. **Censo 1980**. Site www.seade.gov.br

IBGE. **Censo 1991**. Site www.ibge.gov.br.

ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL. **Código de Ética**.

_____. **Estatuto**.

ORDEM DOS PASTORES BATISTAS DO BRASIL – SECÇÃO SÃO PAULO. **Código de Ética**.

_____. **Estatuto**.

FONTES SECUNDÁRIAS

ABERASTURY, Arminda, KNOBEL, Maurício. **Adolescência Normal**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

ALVES, Rubem Azevedo, **Dogmatismo e Tolerância**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

_____. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

AZEVEDO, Israel Belo de. **A Celebração do Indivíduo: a Formação Liberal do Protestantismo Batista no Brasil**. Rio de Janeiro: Tese, UGF, 1995.

_____. **O Prazer da Produção Científica**. 4 ed., São Paulo: Unimep, 1996.

ASHERI, Michael. **O Judaísmo Vivo: As Tradições e as Leis dos Judeus Praticantes**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

BETTENSON, H. P. **Documentos da Igreja Cristã**. 2 ed., Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1983.

BLUE, Ken. **Abuso Espiritual: Como Libertar-se de experiências negativas com a Igreja**. São Paulo: ABU Editora, 2000.

BROWN, Colin (editor geral). **O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. 4 vol., São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1985.

CAIRNS, Earle E. **O Cristianismo Através dos Séculos – Uma História da Igreja Cristã**. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1984.

COHN, Gabriel (org.). **Max Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COLLINS, Gary R. **Aconselhamento Cristão**, 2ª ed. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1985.

COSTA, Ramon Santos da. **A Igreja de Cristo denominada Batista, em Nilópolis: sua entrada em um mundo religioso e profano (1930-1949)**. Tese, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999.

CRABTREE, A.R., **Baptists in Brazil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1953.

_____. **História dos Baptistas do Brasil até o ano de 1906, I Volume**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1937.

CULVER, Bonnidell, CLOUSE, Robert (edit.). **Mulheres no Ministério: Quatro Opiniões sobre o Papel da Mulher na Igreja**. São Paulo: Mundo Cristão, 1996.

DYCK, Cornelius J. (editor). **Uma Introdução à História Menonita**. São Paulo: Cristã Unida, 1992.

DREHER, Martin N.; SIEPIERSKI, Paulo D. (org.). **História da Igreja em Debate: um Simpósio**. São Paulo: Ed. ASTE, 1994.

EASTON, David. **Uma Teoria de Análise Política**. Tradução de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 19____.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A Face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1989.

FERREIRA, Ebenézer Soares. **Manual da Igreja e do Obreiro**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. JUERP, 1985.

FLEURY, Maria Tereza Leme e FISCHER, Rosa Maria (Coord.). **Cultura e Poder nas Organizações**. São Paulo: Ed. Atlas, 1989.

GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do Poder**. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

GONZALEZ, Justo L. **Uma História Ilustrada do Cristianismo – A Era dos Reformadores**. São Paulo Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1983.

HARRISON, Helen Bagby. **Os Bagby no Brasil; uma contribuição para o estudo dos primórdios batistas em terras brasileiras**. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. 2 ed., Rio de Janeiro: JUERP, 1985.

LANDERS, John. **Teologia dos Princípios Batistas**. Série Documentos Batistas. 2 ed., Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

LÉONARD, Émile-Guillaume. **O Protestantismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. JUERP/ASTE, 1981.

MACHADO, José Nemésio. **A Contribuição Batista para a Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. JUERP, 1994.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1995.

_____ e Prócoro Velasques. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

NAYLOR, Robert E. Naylor. **O Diácono na Bíblia**. 7 ed., Rio de Janeiro: JUERP, 1992.

NICHOLS, Robert Hastings. **História da Igreja Cristã**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1978.

PEREIRA, José dos Reis. **Breve História dos Batistas**, Rio de Janeiro: Ed. JUERP, 1987.

_____. **História dos Batistas no Brasil (1882-1982)**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982

RANDELL, Keith. **Lutero e a Reforma Alemã**. São Paulo: Ática, 1995.

REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: ASTE, 1993.

_____. **Ministérios Femininos em Perspectiva Histórica**. 2ª ed. São Paulo: ASTE, 1997.

ROSA, Merval. **Psicologia da Religião**. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1979.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SCHULZ, Almiro. **Fundamentos da Educação Protestante no Brasil: Hipóteses Explicativas**. Campinas, Tese: PUCAMP, 1989.

TAYLOR, William Carey. **Manual das Igrejas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1957.

TILLICH, Paul. **História do Pensamento Cristão**. São Paulo: ASTE, 1986.

_____. **Perspectivas da Teologia Protestante nos Séculos XIX e XX**. São Paulo: ASTE, 1986.

TUCKER, Ruth A.. “... Até os Confins da Terra.”- **Uma História Biográfica das Missões Cristãs**. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1986.

WALKER, Williston. **História da Igreja Cristã**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. JUERP e ASTE (co-edição), 1980.

WEBER, Max. **Sobre a Universidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 5ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

_____. **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

_____. **Economía y Sociedad**. 11^a ed. DF: Fondo de Cultura Económica, 1997.

ARTIGOS

DUTRA, Marcelo, ALMEIDA Marcos. **Lugar de mulher é no púlpito.** Revista Vinde. Site www.ecclesianet.com.br, 12/09/2000.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **A mulher e a igualdade.** Jornal Correio Popular, Campinas, 10/03/1998, p. 3.

ROHDEN, Fabíola. **Catolicismo e protestantismo: o feminino como uma questão emergente.** In Cadernos Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas (8/9), 1997.

TARDUCCI, Mônica. **“O Senhor nos libertou”:** **gênero, família e fundamentalismo.** In Cadernos Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp (3), 1994.

VAUGHN, Carol Ann. **Baptist women: Present Roles.** Baptist Center for Ethics. Site www.baptists4ethics.com/ebyte/current.htm, 26/09/200.

ENTREVISTAS

Carlos Otonis de Araújo, 17/05/2000.

Edmar Miguel, 17/05/2000.

Gecy Mary Pereira, 20/10/2000.

Gilmar Feliciano de Oliveira, 09/05/2000.

Isaltino Gomes Coelho Filho, 18/04/2000.

Jakson Garcia Parreira, 23/05/2000.

José Nemésio Machado, 05/04/2000.

José Vieira Rocha, 18/05/2000.

Leandro Mozart Alves da Costa, 05/05/2000.

Luis Eduardo Vicente, 23/05/2000.

Natanael Gabriel da Silva, 21/10/2000.

Nelma Cristina Medeiros Lobo, 17/10/2000.

Rodrigo de Frias Fontana, 20/04/2000.

Rute Salviano Almeida, 09/04/2000.

Sílvia Nogueira, 03/10/2000.

ANEXOS